

João Veloso

- FECIT-VII-MXIII



1 - Enquadramento Económico	3
1.1 - Enquadramento Exógeno	3
1.2 - Enquadramento Endógeno	6
1.3 - O Nosso Concelho.....	8
2. Órgãos Municipais.....	20
<i>Composição dos Órgãos do Município a 31 de Dezembro de 2017</i>	20
2.1 Recursos Humanos	22
3. Análise Financeira	28
3.1 – Resultados Orçamentais	28
3.1.1 Evolução da Receita	28
3.1.2 Receita por Grandes Agregados	29
3.1.3 Receita Estrutural	33
3.1.4 Evolução da Despesa	34
3.1.5 Despesa por Grandes Agregados.....	36
3.1.6 Despesa Estrutural	39
3.2 – Execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI).....	40
3.3 – Transferências efetuadas pela CM para o Sector Empresarial Local e Serviços Municipalizados	40
3.4 – Endividamento.....	40
3.5 –Saldo da Gerência.....	42
3.6 Evolução da Estrutura de Proveitos e Custos	43
Proveitos e Ganhos	43
<i>Custos e Perdas</i>	44
<i>Resultados</i>	45
3.7 Evolução da Estrutura Patrimonial.....	46
<i>Análise Financeira</i>	46
<i>Análise Económica</i>	47
3.8 Análise de Centros de Custos	49
A - Balanço	78
B - Demonstração de Resultados.....	82
C - Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados	84
4. Proposta de Aplicação de Resultados e Aprovação do Saldo de Gerência	94
4.1 – Proposta de Aplicação de Resultados	94
4.2 – Proposta de aprovação do Saldo de Gerência.....	94
5. Factos Relevantes ocorridos após o termo do exercício.....	95
6. Auditoria Externa das Contas	96
6.1 – Relatório e Parecer do Fiscal Único	96
6.2 – Certificação Legal das Contas	96
7. Declarações previstasartº 15º al. a) e b) LCPA	97
7.1 – Declaração de compromissos plurianuais existentes.....	97
7.2 – Declaração de Pagamentos em atraso.....	97
7.3 – Declaração de Recebimentos em atraso	97



1 - Enquadramento Económico

1.1 - Enquadramento Exógeno

A Organização das Nações Unidas (ONU) prevê uma recuperação, ainda que modesta, da economia global a partir de 2017, no entanto, refere que um crescimento sustentável continua difícil de ser alcançado devido à escassez de investimentos, apesar dos indicadores demonstrarem mais estabilidade económica, o que ainda não é suficiente para colmatar a fragilidade do comércio mundial e da desaceleração da produtividade laboral.

Em 2016 o comércio mundial de bens e serviços teve um aumento de apenas 1,2%, prevendo-se que em 2017 aumente 2,7% e 3,3% em 2018. Entre os fatores de baixo crescimento estão a queda da procura, as incertezas políticas internacionais e a maior liberalização do comércio mundial.

As incertezas nas relações internacionais que podem ter impacto na recuperação económica destacam-se as prováveis mudanças nas áreas do comércio global, imigração, mudança de políticas do governo norte-americano, a saída da Grã-Bretanha da União Europeia com o Brexit.

As regiões mais dinâmicas mundiais continuam a ser a Ásia Oriental e Meridional, graças à forte procura interna e às políticas macroeconómicas de apoio à economia. Dos países menos desenvolvidos, destacam-se 47 nações da África e da Ásia bem como o Haiti, ficam abaixo da meta de 7% fixada nos objetivos do desenvolvimento sustentável, no entanto prevê-se que este grupo de países deva crescer 5,2% em 2017 e 5,5% em 2018. Sendo que, 35% da população desses Estados se encontrará em pobreza extrema em 2030 se permanecer no atual patamar de crescimento.

Uma das principais causas do desaceleramento do crescimento mundial é a escassez de investimentos, derivada de uma queda do investimento público e privado, especialmente nas indústrias extrativas do petróleo.

Nos países exportadores de produtos primários, foram reduzidos investimentos em infraestruturas e serviços sociais, por parte das políticas governamentais, como resposta a uma brusca queda nas receitas e como consequência houve um



desaceleramento considerável da produtividade laboral na maioria das economias desenvolvidas e em desenvolvimento.

Ainda no âmbito da política internacional, destaca-se o conflito entre os Estados Unidos e a Rússia em relação à Síria para evitar novos ataques com armas químicas. Sendo estes ataques classificados como “crimes de guerra” pelo presidente da ONU.

A Bolsa dos EUA prologa otimismo com o alívio da ameaça de guerra comercial, depois de terem registado fortes ganhos devido às negociações entre Pequim e Washington, negociações essas que favorecem os produtores norte-americanos a acessarem aos mercados Chineses.

A nível das contas europeias, destacam-se os lucros do BCE com a emissão de mais moeda, correspondendo a 8 mil milhões de euros anuais de novas receitas próprias. O presidente do Euro-grupo, Mário Centeno, é favorável à utilização desses lucros para financiar o orçamento da União Europeia para o quadro financeiro plurianual 2021-2027. Neste momento estes lucros revertem para o orçamento dos Estados Membros, sendo distribuídos através dos bancos centrais. Estes recursos ao serem integrados no Orçamento da UE serviriam para financiar as reformas estruturais da zona euro ou instrumentos como o fundo monetário europeu, ou ainda para constituir um mecanismo de segurança para a união bancária. Estas receitas são europeias resultantes do mercado único e da moeda única, pelo que a transferência destas verbas para o orçamento da UE teria o objetivo de não onerar mais os contribuintes europeus.

Mário Centeno defende o aprofundamento da união monetária e económica, a fim de fortalecer a zona euro, tornando-a mais forte, mais resistente e mais eficaz. A atual conjuntura económica constitui uma oportunidade única para completar as reformas das uniões bancárias e do mercado de capitais.

No final de 2017, o indicador de sentimento económico registou um acréscimo de 1,6 pontos na UE e de 1,4 na Área Euro, tendo melhorado em todos os setores, em particular na indústria e nos serviços. Nas cinco maiores economias da área euro, o indicador demonstra que subiu em França +2,4, na Alemanha +1,6, na Holanda +0,7, mantendo-se estável em Itália +0,0 e desceu em Espanha -0,8. Em Portugal houve um



decréscimo de 0,6 pontos. Houve uma melhoria por parte das empresas industriais, do comércio a retalho e da construção. A avaliação das empresas dos serviços e dos consumidores foi menos favorável em dezembro do que no mês de novembro de 2017.

Em conformidade com dados do Banco de Portugal, o preço spot médio de Brent, ou seja o preço médio de petróleo foi em 2017 de 54,4 dólares/barril, refletindo um aumento de +23,4% face a 2016. Este preço corresponde a cerca de 48,2 euros (+21,0% do que em 2016), em dezembro, comparativamente ao mês de novembro, o preço médio foi de 64,2 dólares/barril, verificando-se um aumento de +2,6%.

No que diz respeito à evolução cambial, em dezembro de 2017, a cotação média do euro face ao dólar foi de 1,184 USD/EUR, +0,8% do que em novembro e +12,3% do que em dezembro do ano transato (1,054 USD/EUR). O euro apreciou-se face à libra +7,1%, ao iene +5,4%, ao US dólar +2,1% e ao franco suíço +2% e depreciou-se face ao real +6,5%.

Em dezembro, o índice cambial efetivo nominal em Portugal registou uma variação homóloga de +1,5%. Neste mesmo mês as taxas de juro médias da EURIBOR não registaram alterações com significado face ao mês anterior.

	Média anual Euribor			Média mensal Euribor		
	2016	2017	diferença	Dez-16	Dez-17	diferença
3 meses	-0,265%	-0,329%	-0,064 p.p.	-0,316%	-0,328%	-0,012 p.p.
6 meses	-0,165%	-0,260%	-0,095 p.p.	-0,218%	-0,271%	-0,053 p.p.
12 meses	-0,035%	-0,145%	-0,110 p.p.	-0,080%	-0,190%	-0,110 p.p.

Fonte: Banco de Portugal

Ao longo de 2017 as taxas médias da Euribor mantiveram uma trajetória descendente, verificando-se, a 3, 6 e 12 meses, valores médios anuais de -0,329%, -0,260% e -0,145%, respetivamente.

A taxa média nos saldos de empréstimos a sociedades não financeiras voltou a diminuir em novembro, face ao mês anterior. Nos saldos e empréstimos a curto prazo (1 ano), a taxa diminuiu 0,08 p.p., nos a longo prazo (entre 1 a 5 anos ou mais) recuou -0,02 p.p..



	Média anual juros empréstimos			Média mensal juros empréstimos		
	2016	2017	diferença	Dez-16	Dez-17	diferença
Até 1 ano	4,49%	3,77%	-0,72 p.p.	3,50%	3,01%	-0,49 p.p.
Entre 1 e 5 anos	4,26%	3,48%	-0,78 p.p.	3,25%	2,65%	-0,60 p.p.
Mais de 5 anos	3,08%	2,74%	-0,34 p.p.	2,65%	2,54%	-0,11 p.p.

Fonte: Banco de Portugal

A taxa de juro média nas novas operações de empréstimos a sociedades não financeiras manteve a tendência descendente, verificando-se em novembro de 2017 um novo mínimo histórico, com uma taxa de 2,58%. Nos empréstimos até um milhão de euros a taxa foi de 2,95% e nos empréstimos superiores a 1 milhão de euros de 2,05%, diminuindo, face ao mês anterior.

No mercado de capitais, o índice PSI-20 encerrou nos 5388,33 pontos, mais 15,2% que em 2016.

Segundo o INE, o PIB português cresceu 2,8% em relação ao período homólogo, este crescimento deveu-se ao melhor desempenho económico do país em 2017, sendo os principais responsáveis as exportações e os investimentos no país.

1.2 - Enquadramento Endógeno

A nível da Região Autónoma dos Açores, verificou-se em 2017 a necessidade líquida de financiamento da Região na ordem dos 57.036 mil euros. O rácio da necessidade líquida de financiamento sobre o PIB, em 2017, foi de -1,4%, inferior ao de 2016 que era de -1,6%, assim passou de -2,2% em 2012 para -1,4% em 2017. Enquanto a necessidade de financiamento do país corresponde a -0,3% do PIB, segundo dados do INE.

O total da dívida bruta da Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, incluindo o Governo Regional e as empresas públicas incluídas no perímetro da Administração Pública, foi de 1.690,4 milhões de euros, 41,6% do PIB, enquanto a dívida do país, segundo o BDP, corresponde a 125,7% do PIB.



Ainda seguindo informação do INE e dados do Banco de Portugal (BdP), o défice dos Açores é de 1,4% do PIB da Região, valerosse que é inferior ao melhor resultado registado pelo país em mais de 40 anos de Democracia, sendo a dívida pública menos de metade da média europeia.

A nível da Ilha Terceira, continua a debater-se o legado dos Estados Unidos da América na Base das Lajes, no que concerne ao solo contaminado e alegadamente com produtos cancerígenos, o que não se conseguiu provar que os vários casos de cancro existentes na ilha provenham de tal situação.

As entidades regionais têm estado a investigar e estudar a questão da contaminação dos solos, por danos à saúde pública.

Em Outubro de 2017 realizaram-se novas eleições autárquicas, continuando assim no concelho de Angra do Heroísmo, à frente dos destinos autárquicos o Partido Socialista com 54,23% dos votos, ficando assim com 5 vereadores, o Partido Social Democrata, o segundo mais votado obteve 30,37% dos votos, elegendo 2 vereadores, os restantes votos foram repartidos pelo CDS – Partido Popular com 7,59%; Bloco de Esquerda com 2,38%; Coligação Democrática Unitária com 1,91% e os votos inválidos com 3,53%, numa participação na ordem de 52,46% do eleitorado do concelho.

Destacou-se também o III Fórum de Empreendedorismo, onde esteve presente a StarUp Angra, a convite da Escola Profissional da Praia da Vitória, parceria com a incubadora de empresas angrense. A empresa AzoresTouch, empresa incubada na StarUp Angra, foi convidada a partilhar a sua experiência e a esclarecer dúvidas aos interessados. A iniciativa contou com entidades ligadas ao ecossistema empreendedor local, e decorreu no concelho da Praia da Vitória.

Fontes bibliográficas consultadas: INE; SREA; CCAH, M&E; BdP; CIP; Jornal Negócios; Wikipédia e Jornais locais

João Veloso

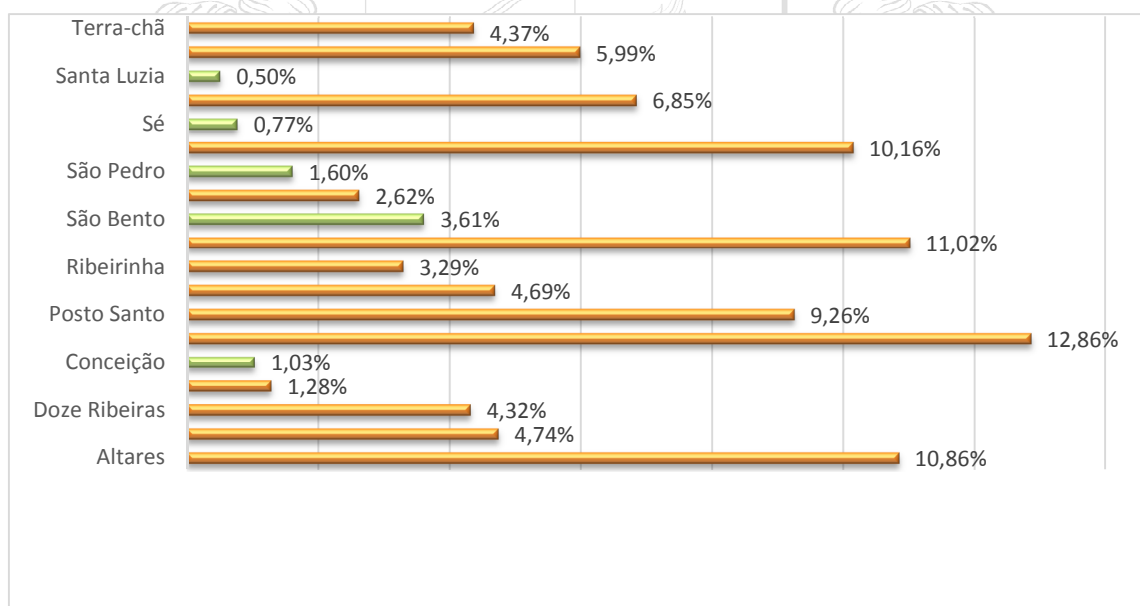
- FECIT-VII-MKIII



1.3 - O Nosso Concelho

O concelho de Angra do Heroísmo, situado no Arquipélago dos Açores, nomeadamente na Ilha Terceira, abrange cerca 239,88 km² de área. Na sua constituição fazem parte 19 freguesias, sendo as freguesias da Sé, São Pedro, Santa Luzia, Nossa Senhora da Conceição e São Bento as que compõem a sede do concelho, enquanto as restantes 14 são consideradas freguesias rurais - Altares, Raminho, Serreta, Doze Ribeiras, Santa Bárbara, Cinco Ribeiras, São Bartolomeu dos Regatos, São Mateus da Calheta, Terra-chã, Posto Santo, Ribeirinha, Porto Judeu, Feteira e São Sebastião.

Figura 1: Área das freguesias em relação à totalidade do concelho

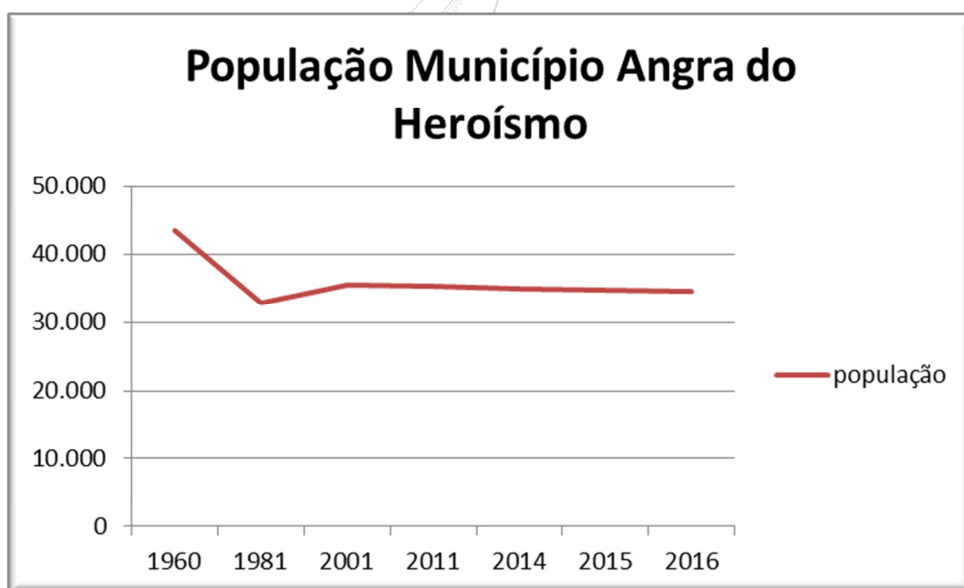


As cinco freguesias da sede do concelho perfazem apenas 8,54% da totalidade da área, com especial destaque para as freguesias de Santa Luzia, Sé e Nossa Senhora da Conceição. Por outro lado, nas freguesias rurais destacam-se o Porto Judeu, São Bartolomeu, Altares e São Sebastião, sendo as de maior dimensão, respetivamente.

- **Demografia:**

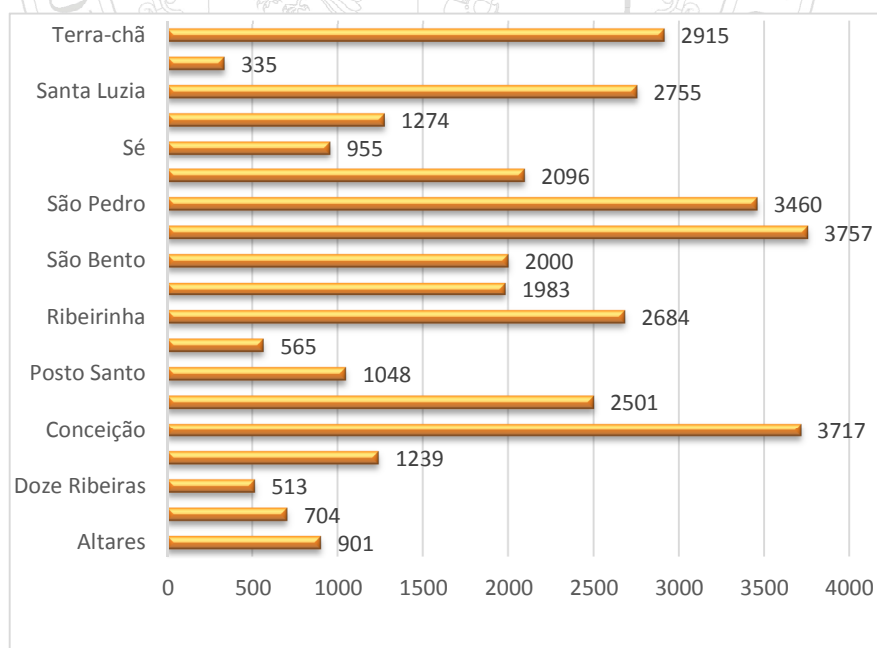
Quanto aos dados demográficos do município angrense, o último registo estatístico publicado indica que a população residente é de 34 900 habitantes, tornando-se este número de residentes o mais baixo dos últimos seis anos, como se pode observar através da linha ilustrada na figura 2.

Figura 2: População residente



Porém, no que respeito à distribuição dos habitantes pelas 19 freguesias o panorama é o refletido na figura 3, fundamentado nos censos de 2011.

Figura 3: Distribuição da população por freguesia





Neste quadro, algumas das freguesias urbanas, como esperado, são as que maior população apresentam: Conceição, São Pedro, Santa Luzia, São Bento e Sé apresentam na sua totalidade 12 887 habitantes, isto é, cerca de 36% da população total do município.

Neste contexto, no que concerne às freguesias rurais é de destaque São Mateus da Calheta e Serreta, onde a primeira é a que alberga mais habitantes (3 757), e a segunda somente 335 indivíduos.

Deste modo, e fundamentando novamente a análise em dados de 2011, as freguesias que compõem a sede do concelho são as que também registam, consequentemente, a maior densidade populacional. Como concluído pela figura 4, Santa Luzia, inequivocamente, assinala a maior densidade populacional, abrigando, em média, 2 296 habitantes por km². Contrariamente, a Serreta apenas abriga, em média, 23 habitantes por km², seguindo-se dos Altares. Por fim, São Mateus e Feteira são, das freguesias rurais, as que mais habitantes contêm por km².

Figura 4: Densidade populacional por freguesia

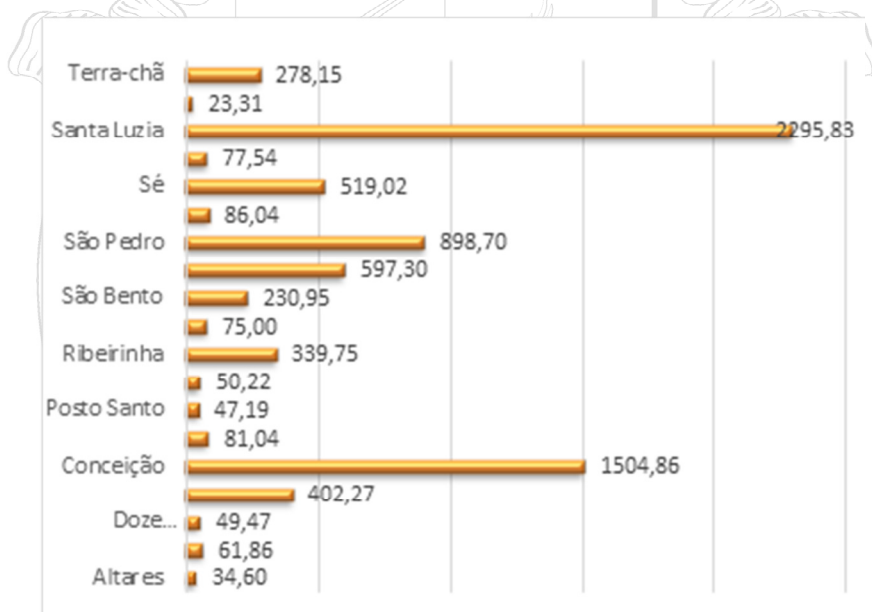


Tabela 1: Distribuição da população residente por grupos etários

	Total	0-14 anos	15-64 anos	65+ anos
1960	43.374	12.875	27.320	3.179
1981	32.808	8.412	20.392	4.004
2001	35.581	7.028	23.474	5.079
2011	35.402	5.793	24.398	5.211



Com base na tabela 1, conclui-se que, tal como na generalidade das zonas, também em Angra do Heroísmo a população está a tornar-se envelhecida, o que é uma questão preocupante. Para além da contínua diminuição no número da população residente, verifica-se que os que se mantêm residentes estão a tornar-se envelhecidos. Isto é, as camadas jovens cada vez são menos e, contrariamente, as camadas com mais idades têm registado aumentos. O que faz com que os índices de envelhecimento, longevidade e dependência dos idosos desde a década de sessenta tenha vindo, continuamente, a registar aumentos, como notado na tabela 2.

Tabela 2: Índices populacionais

	Índice de Envelhecimento	Índice de longevidade	Índice de dependência de Idosos
1960	24,7	37,9	11,6
1981	47,6	31,7	19,6
2001	72,3	43,0	21,6
2011	90,0	46,9	21,4

Tabela 3: Taxas populacionais

	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade
2001	12,0	11,4
2009	10,0	11,1
2010	9,2	11,8
2011	10,3	10,2
2012	9,4	10,1
2013	9,2	10,8
2014	8,7	10,3

João Veloso

- FEOT-VII-MKIII

Posto isto, também a taxa de mortalidade no concelho regista algumas diminuições, as quais, infelizmente, também são acompanhadas pela taxa de natalidade – tabela 3.

Finalizando, através do saldo migratório no município verifica-se que é cada vez mais a população que emigra em relação à população que imigra. Daqui resulta que o saldo total do movimento da população atinja em 2013, cerca de -169, isto é, as “saídas” da população do concelho têm sido notavelmente superiores às entradas.

Tabela 4: Saldo populacional

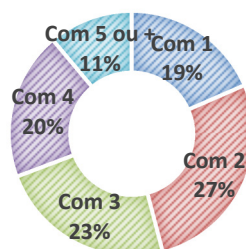
	Saldo total	Saldo natural	Saldo migratório
2009	-76,0	-39	-37
2010	-166,0	-93	-73
2011	-95,0	6	-101
2012	-122,0	-25	-97
2013	-160,0	-56	-104

- **Famílias:**

O número total de residentes em famílias clássicas, isto é, o conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco entre si, no concelho de Angra é de 12 195, segundo os últimos dados publicados (2011).

As famílias clássicas são distinguidas pela sua dimensão, isto é, são agrupadas em vários grupos, temos as famílias com apenas uma pessoa e as famílias constituídas por mais elementos, duas, três, quatro e cinco ou mais pessoas. Em Angra do Heroísmo, a maioria das famílias clássicas usufrui de uma dimensão de duas pessoas no agregado familiar (27%) e, seguidamente, de três pessoas (23%). Os residentes em agregados maiores, ou seja, com cinco ou mais pessoas, são os que apresentam menor percentagem no concelho, com apenas 11%.

Figura 5: População residente em famílias clássicas





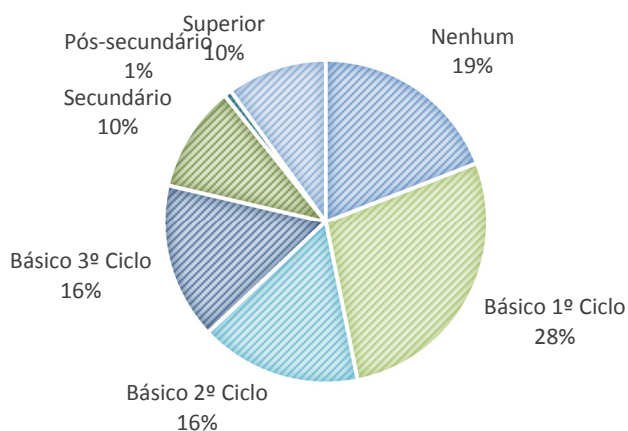
As freguesias da Conceição e São Pedro acarretam o maior número de residentes em famílias clássicas, com cerca de 11,3% e 10,7%, nomeadamente da população total de famílias clássicas. As freguesias de São Pedro e São Mateus da Calheta, sendo as onde maior população reside, são também as onde residem mais pessoas em agregados familiares com duas ou três pessoas.

Tabela 5: População residente por família clássica e por freguesia

	Total	Com 1	Com 2	Com 3	Com 4	Com 5 ou +
Altares	298	41	84	67	70	36
Conceição	1.377	360	427	273	193	124
Santa Luzia	937	220	285	224	137	71
São Pedro	1.306	334	364	287	205	116
Sé	395	148	111	70	35	31
Cinco Ribeiras	232	24	71	48	60	29
Doze Ribeiras	191	37	53	54	35	12
Feteira	427	65	119	111	86	46
Porto Judeu	771	86	193	170	178	144
Posto Santo	348	51	79	91	92	35
Raminho	202	34	68	42	42	16
Ribeirinha	908	144	230	228	197	109
Santa Bárbara	444	77	129	93	97	48
São Bartolomeu	655	86	165	172	145	87
São Bento	723	144	206	188	116	69
São Mateus	1.206	148	280	309	315	154
Serreta	117	19	35	24	29	10
Terra Chã	954	144	246	212	214	138
São Sebastião	704	92	201	184	146	81

- **Educação:**

Novamente com base em dados de 2011, pode-se concluir que, felizmente, a educação tem evoluído positivamente, apesar de lentamente. Cerca de 80,9% dos angrenses têm pelo menos o nível básico de educação, e cerca 19,1% não regista qualquer nível, levando a que a taxa de analfabetismo registada seja de 4,3%. A qual, desde a década de oitenta tem vindo a diminuir substancialmente.

Figura 6: População distribuída por nível de educação**Tabela 6: Taxa de analfabetismo**

	Total	Homens	Mulheres
1981	18,5	19,6	17,4
2001	8,5	8,7	8,2
2011	4,3	4,4	4,2

Os níveis de educação dividem-se entre ensino básico, onde fazem parte o 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo, ensino secundário, pós-secundário, onde fazem parte cursos de especialização como os CET, e, por último, o ensino superior.

Assim sendo, em Angra a maioria dos cidadãos com educação possuem apenas o 1º ciclo (9 831 pessoas). Numa perspetiva mais aprofundada conclui-se que as freguesias que compõem a sede do concelho, como a Conceição, Santa Luzia e São Pedro, são as que abrangem o maior número cidadãos tanto com um nível de ensino básico como um nível de ensino secundário, pós-secundário e superior.

Das freguesias rurais destacam-se São Mateus, Ribeirinha, Porto Judeu e Terra-chã. No entanto, a freguesia de São Mateus é sem dúvida, neste conjunto, a que tem mais habitantes com educação superior.

**Tabela 7: População por nível de educação e freguesia**

	Nenhum	Básico			Secundário	Pós-secundário	Superior
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			
Altares	202	263	178	142	74	2	40
Conceição	599	1.044	531	592	426	32	493
Santa Luzia	494	694	364	496	326	23	358
São Pedro	494	623	424	578	526	44	771
Sé	107	226	94	171	142	7	208
Cinco Ribeiras	136	217	122	121	68	5	35
Doze Ribeiras	107	181	90	67	54	0	14
Feteira	233	311	210	187	149	6	143
Porto Judeu	487	809	486	353	234	25	107
Posto Santo	193	294	190	164	130	9	68
Raminho	99	231	87	76	44	0	28
Ribeirinha	574	913	436	339	243	14	165
Santa Bárbara	266	455	236	178	95	4	40
São Bartolomeu	403	554	331	317	198	19	161
São Bento	299	559	310	362	238	18	214
São Mateus	879	962	674	563	344	26	309
Serreta	77	134	137	51	27	0	9
Terra Chã	620	709	510	499	274	21	282
São Sebastião	485	652	393	299	166	9	92

• Emprego e Mercado de Trabalho:

Na vertente de mercado de trabalho, a população divide-se em ativa e inativa, onde a primeira é constituída por indivíduos com idade mínima de 15 anos e que constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Isto é, da população ativa fazem parte tanto os sujeitos empregados como os que se encontram desempregados.

Em 2011, a população ativa era de 16 882 indivíduos, dividindo-se em 15 311 empregados e 1 571 desempregados. E, a taxa de atividade, no mesmo ano, atingiu cerca de 64,6%. Por outro lado, a taxa de inatividade desde a década de oitenta tem vindo a diminuir registando à volta de 36%.

É inativo quem não está empregado nem desempregado, como é o caso da população estudantil, doméstica e reformada. Ou seja, podemos concluir que esta diminuição na



taxa de inatividade advém do fato de as reformas serem mais tardias, da população doméstica cada vez mais decrescer e do aumento verificado no número de cidadãos empregados ou à procura de emprego. Porém, esta conclusão pode também estar relacionada com o aumento do nível de instrução dos cidadãos.

Tabela 8: População ativa e taxas de atividade e inatividade

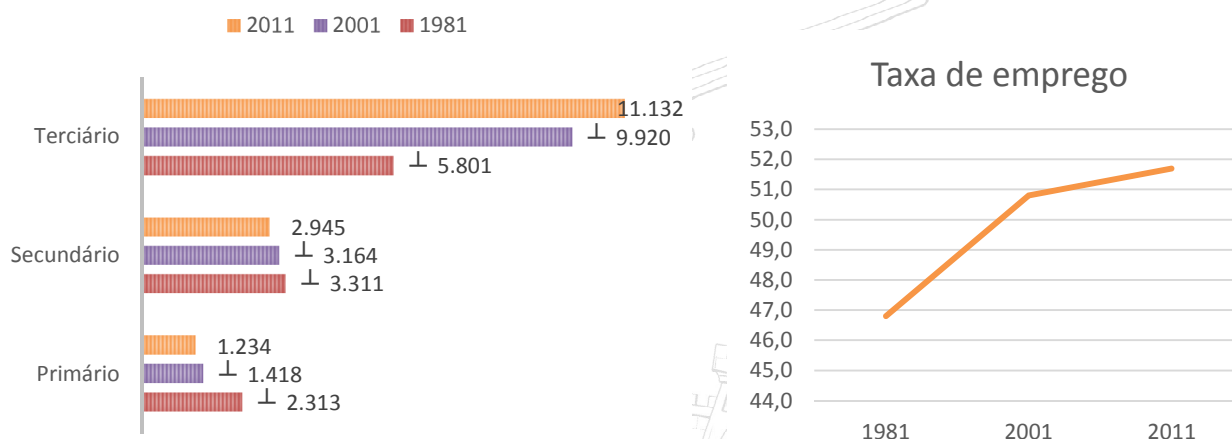
	População ativa	Taxa de atividade			Taxa de inatividade		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1981	11.679	79,8	79,8	17,8	43,8	20,1	66,7
2001	15.261	64,5	64,5	43,1	37,4	28,3	46,0
2011	16.882	64,6	64,6	50,0	35,9	29,4	42,2

A população empregada, como referido anteriormente, tem sido crescente. Deste modo, a taxa de emprego tem aumentado, atingindo 51,7%. Paralelamente, a população desempregada tem, também, aumentado. Tal pode ser devido à conjuntura das condições de mercado em que vivemos nos dias de hoje. Logo, a taxa de desemprego também aumentou atingindo, na última estimativa, cerca de 9,3%.

Ou seja, apesar de a taxa de emprego aumentar a taxa de desemprego também aumentou, o que se explica com o número de empregados não aumentar na mesma proporção que o número de indivíduos que estão à procura de emprego.

Relativamente aos setores de atividade, a população empregada encontra-se na sua maioria no setor terciário e na sua minoria no primário, 72,7% e 8,1%, respetivamente. São cerca de 11 132 trabalhadores que estão empregados nas áreas de comércio, transportes, administração pública, educação ou saúde. O setor secundário, constituído por 2 945 trabalhadores, abrange as áreas de indústria transformadora e construção. Por fim, o setor primário, que abrange a minoria dos empregados, é constituído pelas áreas da agricultura, floresta, caça e pesca.

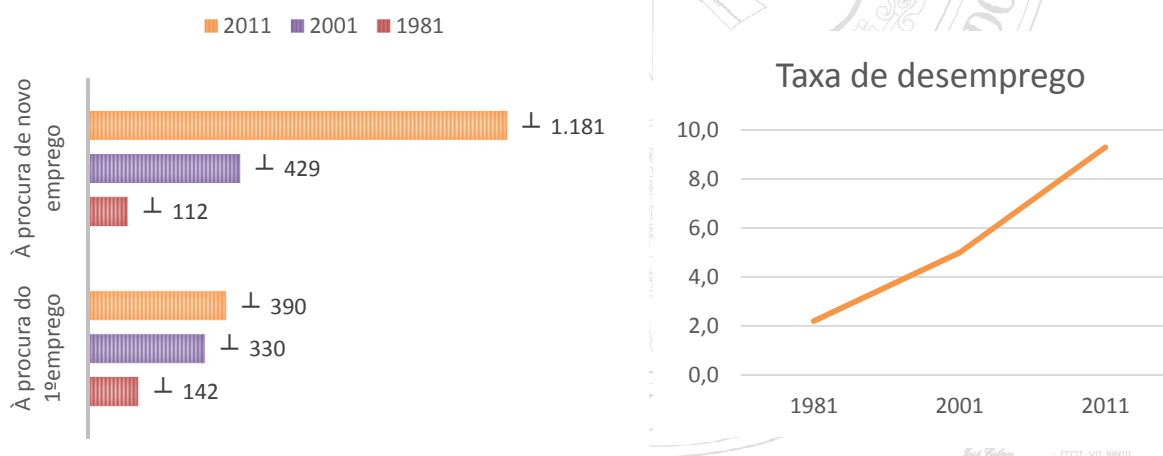
Figuras 7 e 8: Distribuição da população ativa por setores e taxa de emprego



No que diz respeito à população desempregada é dividida em dois grupos: os desempregados que se encontram à procura do primeiro emprego e os desempregados que estão à procura de um novo emprego.

Sem margem para dúvida que o segundo grupo é o que maior representação tem na população desempregada do concelho de Angra do Heroísmo. Este número tem vindo a aumentar desde 1981. Quanto aos desempregados à procura do primeiro emprego verifica-se que também têm aumentado, e, são, desde aumento, resultam, por exemplo, recém licenciados.

Figuras 9 e 10: Distribuição da população desempregada e taxa de desemprego



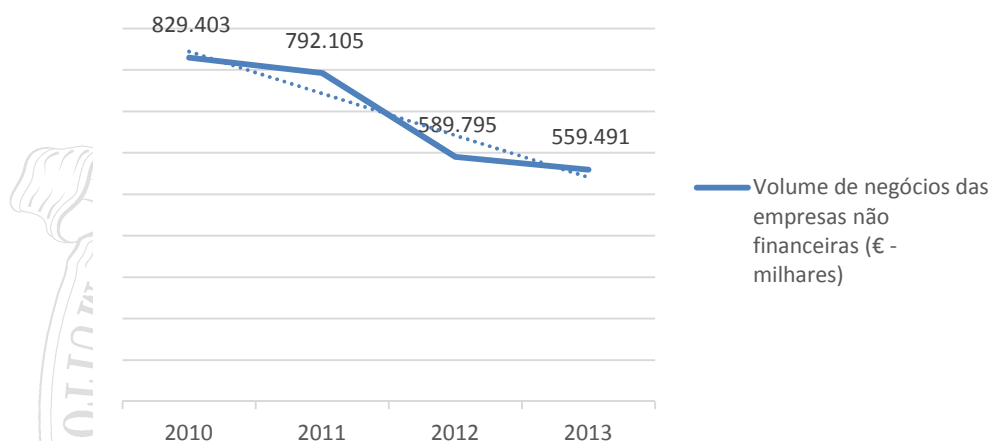
- **Empresas:**

Em 2013, o município de Angra do Heroísmo registava um total de 4 109 empresas não financeiras, isto é, cerca de 65% das empresas com sede na Ilha Terceira, o que faz com que seja Angra o “coração” da atividade económica da Ilha.

Deste grupo de empresas, 1 233 são do setor primário - agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca. A segunda maior área de atividade empresarial no concelho é a do comércio por grosso e a retalho registando as 632 empresas.

Quanto à totalidade do volume de negócios das empresas não financeiras tem vindo a diminuir desde 2010, como atestado na figura 11.

Figura 11: Volume de negócios das empresas não financeiras

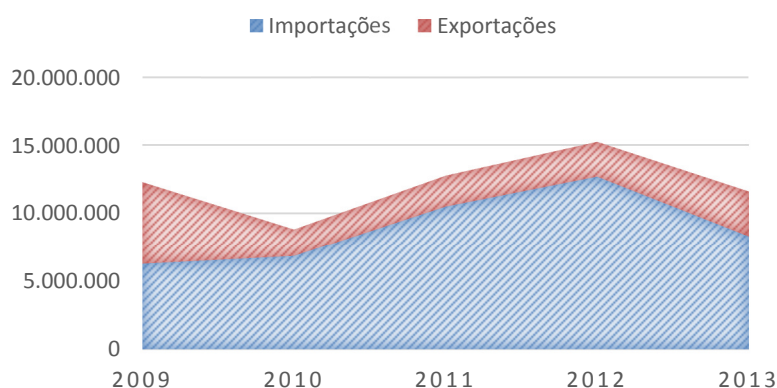


De um modo geral, todas as empresas diminuíram o seu volume de negócios, no que diz respeito ao intervalo de tempo de 2010 a 2013. Porém, a exceção à regra foram as empresas agrícolas que cresceram o seu volume de negócios, como podemos ver através da tabela 9. Por outro lado, as empresas da área da indústria transformadora e de comércio, sendo as empresas que mais representação têm no volume de negócios do setor empresarial do concelho (em conjunto com as empresas agrícolas), diminuíram o seu volume de negócios.

É ainda de destacar que as empresas imobiliárias, que em 2010 atingiam um volume de 21.076 mil euros, no ano de 2013 desceram substancialmente para um volume de 3.774 mil euros.

Por último, e analisando o valor dos bens importados e exportados pelas empresas conclui-se que nos anos mais recentes as importações diminuíram enquanto as exportações aumentaram. Ora vejamos:

Figura 12: Valor dos bens importados e exportados pelas empresas



- **Condições de vida:**

O indicador per capita do poder de compra pretende traduzir o poder de compra manifestada quotidianamente, por habitante, tendo por referência o valor nacional. Analisando este indicador para o município de Angra é visível que o poder de compra por habitante angrense tem aumentado, apesar de continuar, claramente, aquém da média nacional (valor da média nacional 100). No entanto, Angra do Heroísmo tem apenas a proporção de 0,30% 9 do poder de compra nacional.

Tabela 10: Poder de compra per capita e proporção de poder de compra

	Poder de compra per capita	Proporção de poder de compra
2000	71,78	0,257
2002	73,29	0,250
2007	90,72	0,300
2009	95,74	0,315
2011	91,22	0,306
2013	92,08	0,309



2. Órgãos Municipais

Composição dos Órgãos do Município a 31 de Dezembro de 2017

Câmara Municipal		
Presidente da Câmara	Vice- Presidente da Câmara	
		
José Gabriel do Álamo de Meneses Doutorado em Engenharia Civil e do Ambiente	José Gaspar Rosa de Lima Aposentado	
Vereadora	Vereador	
		
Raquel Gomes Caetano Ferreira Doutorada em Engenharia Florestal	Guido de Luna da Silva Teles Jurista	
Vereador	Vereador	Vereador
		
Paulo Alexandre Silva Lima Engenheiro do Ambiente	Marcos Duarte Machado do Couto Empresário	António Miguel Arieiro Gonçalves Bezerra Engenheiro Zootécnico



Gabinete de Apoio Pessoal da Presidente da Câmara a 31 de Dezembro de 2017

Chefe de Gabinete

Helena Maria da Rocha da Costa
Licenciada em Educação de Infância

Adjunto

Rui Miguel da Cunha Ataíde Bettencourt

Secretariado

Tiago Pedro Toste Vieira

Bruna Cátia Vaz Gonçalves

Assembleia Municipal Presidente



Ricardo Manuel Rodrigues Barros
Professor

1.º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz
Aposentado

2.ª Secretária

Tânia Gil da Rocha
Nutricionista

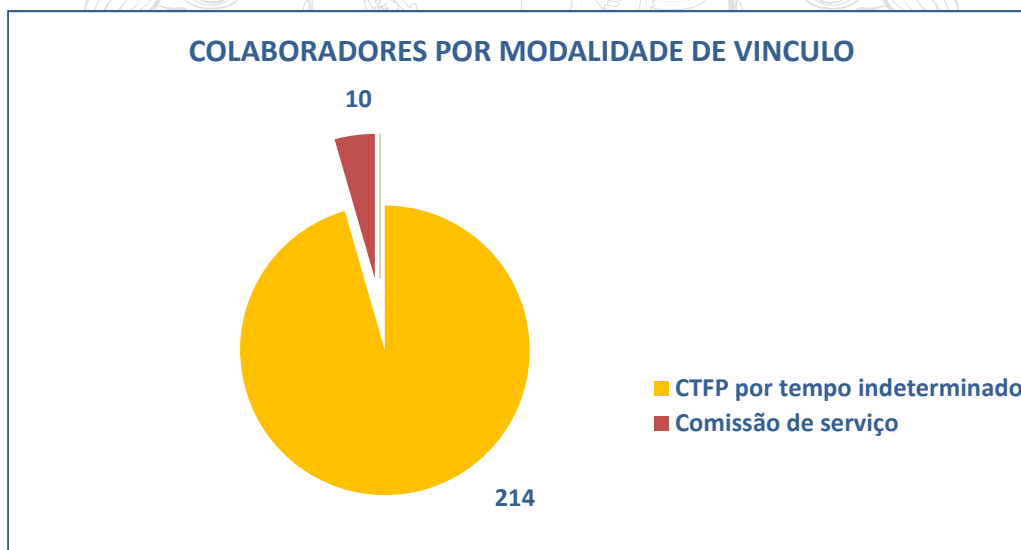


2.1 Recursos Humanos

No mercado de trabalho atual, monitorizar os recursos humanos pode ser decisivo como ferramenta de racionalização de recursos e otimização do desempenho. A atual conjuntura financeira transforma-os num elemento diferenciador e capaz de transformar qualitativamente os serviços, sem exigir recursos financeiros adicionais. Sabendo isto, é pertinente fazer uma análise, ainda que sucinta, aos recursos humanos existentes na Câmara Municipal de Angra em 2017.

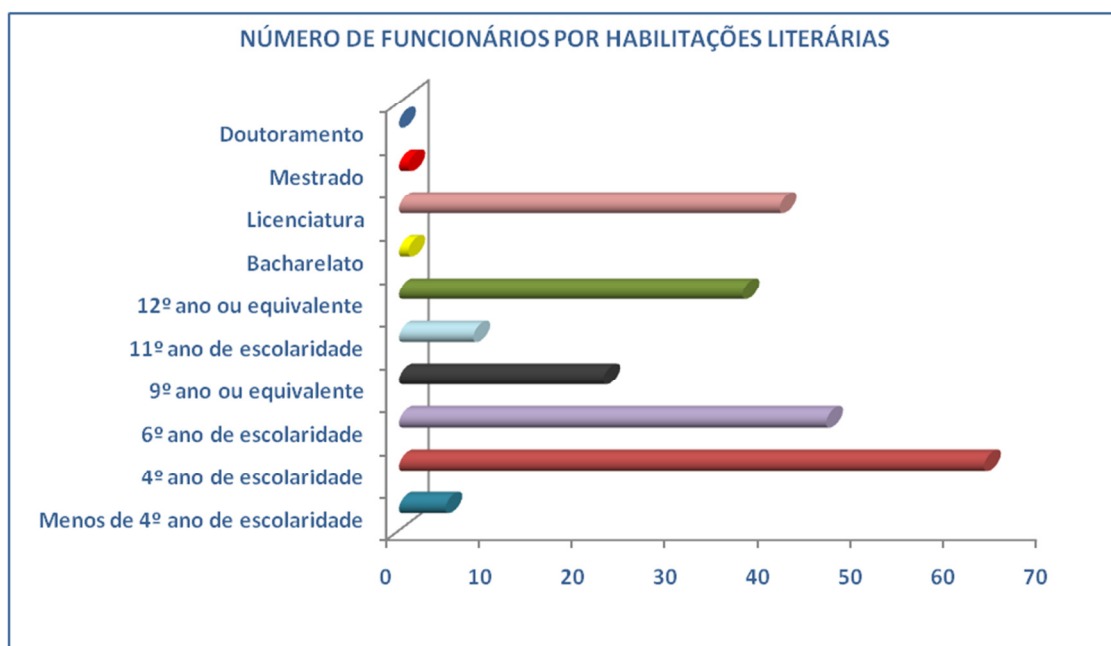
Estrutura

No final de 2017, a Câmara Municipal dispunha de um total de 224 colaboradores, do total de colaboradores, 214 eram contratados por tempo indeterminado, 10 estavam em comissão de serviço.



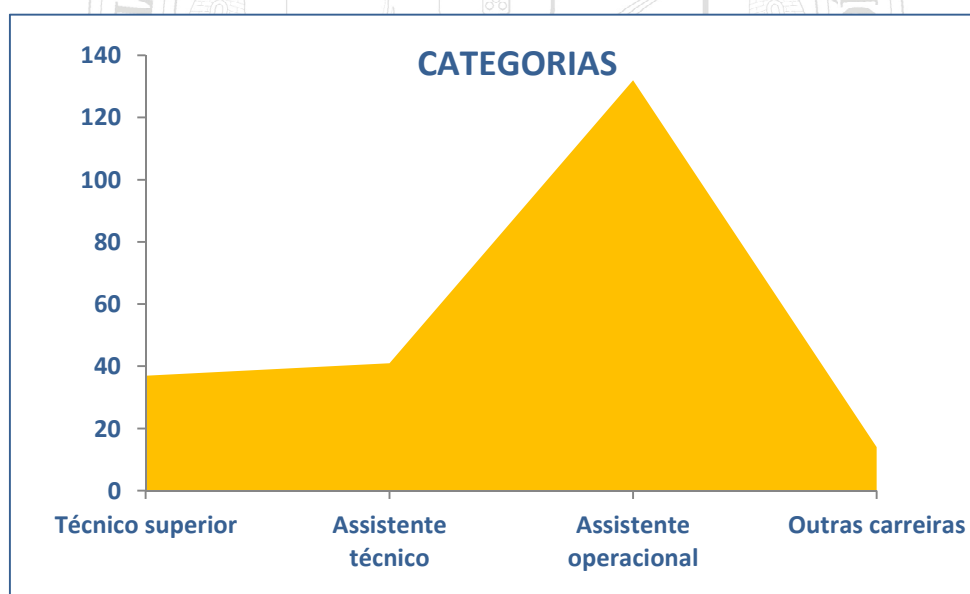
Habilitações Literárias

Da observação do gráfico abaixo, extraímos que, relativamente às habilitações literárias, 30,35% dos colaboradores tinham quatro ou menos anos de escolaridade, 30,35% tinham entre seis e nove anos de escolaridade, 3,57% o 11º ano, 16,51% tinham o 12º ano ou equivalente, 0,44% possuía bacharelato, 18,30% era detentor de licenciatura e 0,44% tinha mestrado.



Cargos e Carreiras

Dos 214 colaboradores contratados por tempo indeterminado, 58,93% pertenciam à carreira de assistente operacional, 18,30% eram assistentes técnicos, 16,52% constituíam a carreira de técnico superior e 6,25% pertenciam às restantes carreiras.





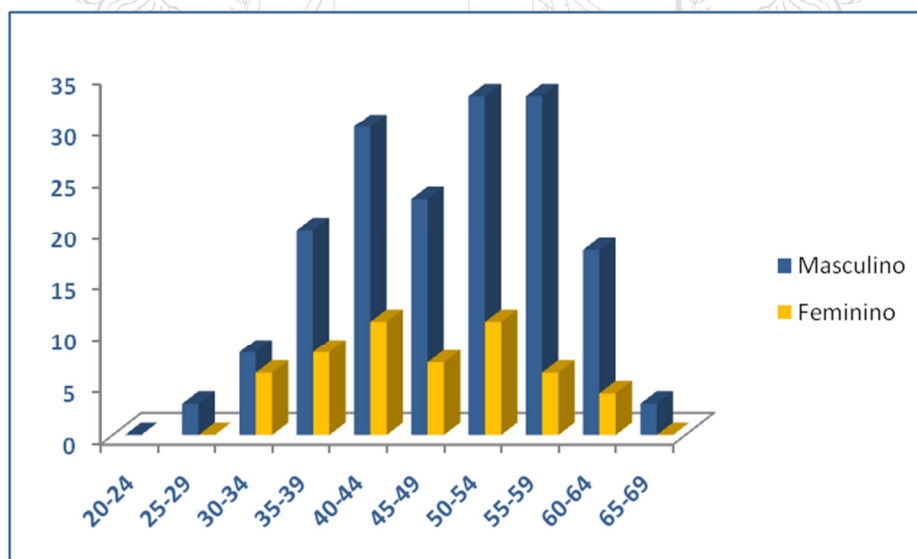
	Masculino	Feminino	TOTAL
Dirigente	5	1	6
Técnico Superior	22	15	35
Informática	3	1	4
Assistente Técnico	12	29	41
Assistente Operacional	125	7	132
Outros	4	0	4
TOTAL	171	53	224

Da análise do quadro anterior, destacam-se os seguintes aspetos:

- Dos 224 colaboradores da Câmara, 76,33% são homens.
- A carreira com maior relevância é a dos assistentes operacionais, sendo constituído por 132 colaboradores, na sua maioria do sexo masculino.

Contrariamente, a carreira dos assistentes técnicos representa cerca de 19,15% do pessoal, sendo formado, na sua maioria, por colaboradores do sexo feminino.

Trabalhadores segundo escalão etário e género

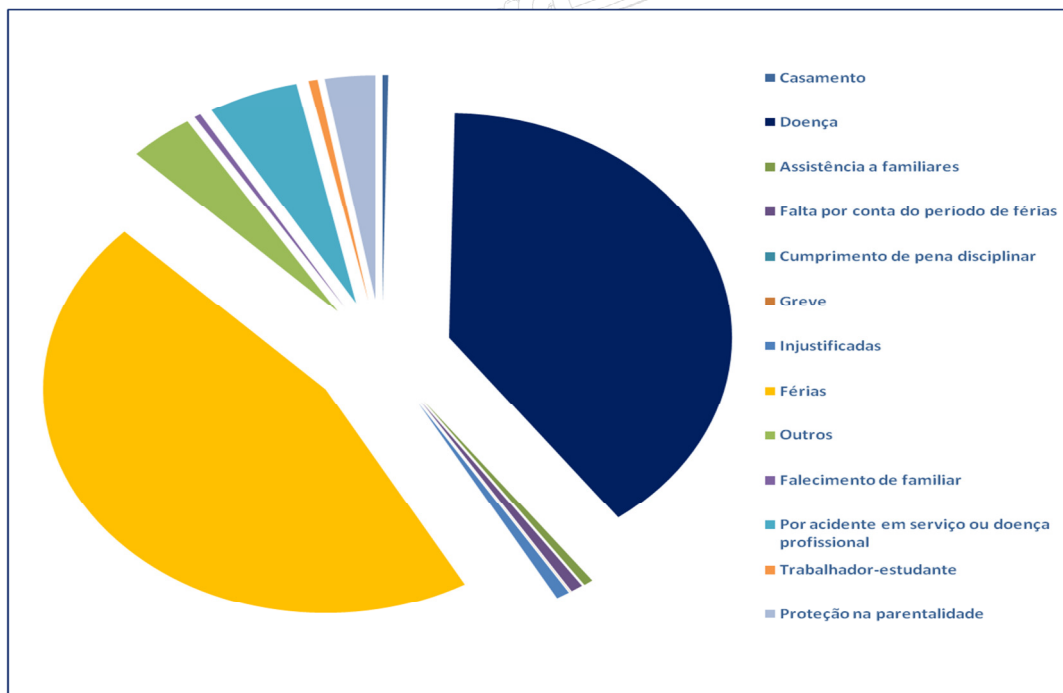


Do gráfico supra pode verificar-se que a média de idades dos trabalhadores da autarquia cifra-se no período entre os 50 e os 54 anos.



Absentismo

As ausências durante o ano foram de 13.909 dias, correspondendo, entre outros, 45,58% a férias, 39,48% a faltas por doença, 2,88% a faltas por proteção na parentalidade.

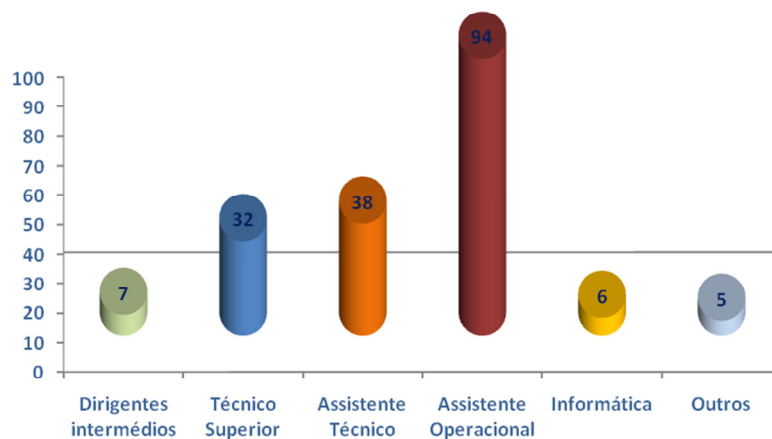


Ações de Formação

Realizaram-se 13 ações de formação correspondendo a 182 horas, durante o ano de 2017, nas áreas de informática, ciências empresariais, direito e ciências sociais (de acordo com a classificação nacional de áreas de educação e formação), nas quais participaram 182 colaboradores. A carreira que mais se destacou na frequência de ações de formação foi a carreira de assistente operacional.

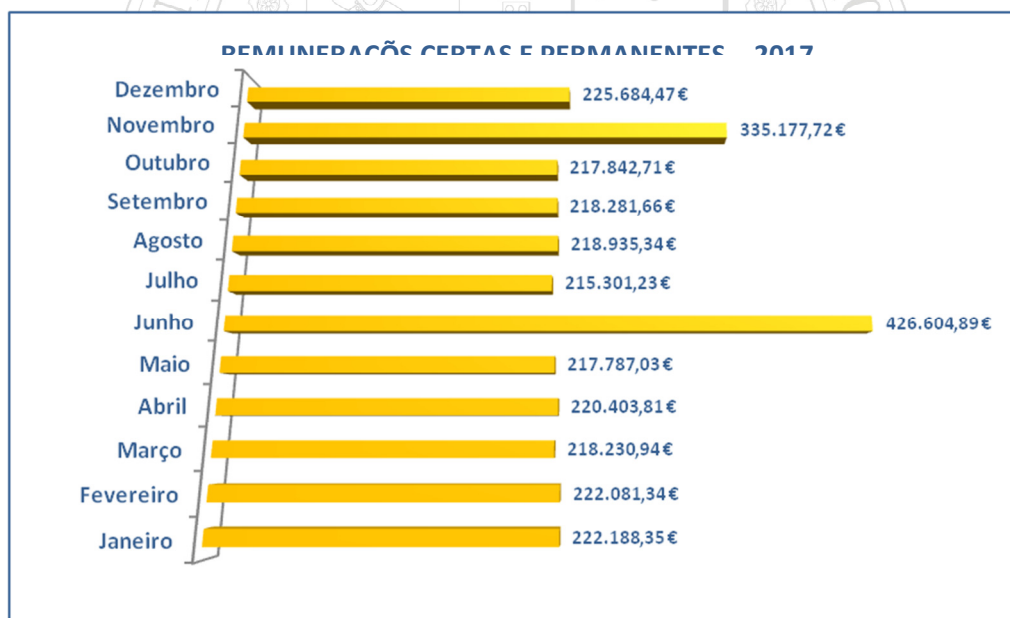


AÇÕES DE FORMAÇÃO



Renumerações certas e permanentes

Das remunerações certas e permanentes o mês de junho é o que tem maior peso em virtude de se tratar do mês em que é pago o subsídio de férias aos trabalhadores.



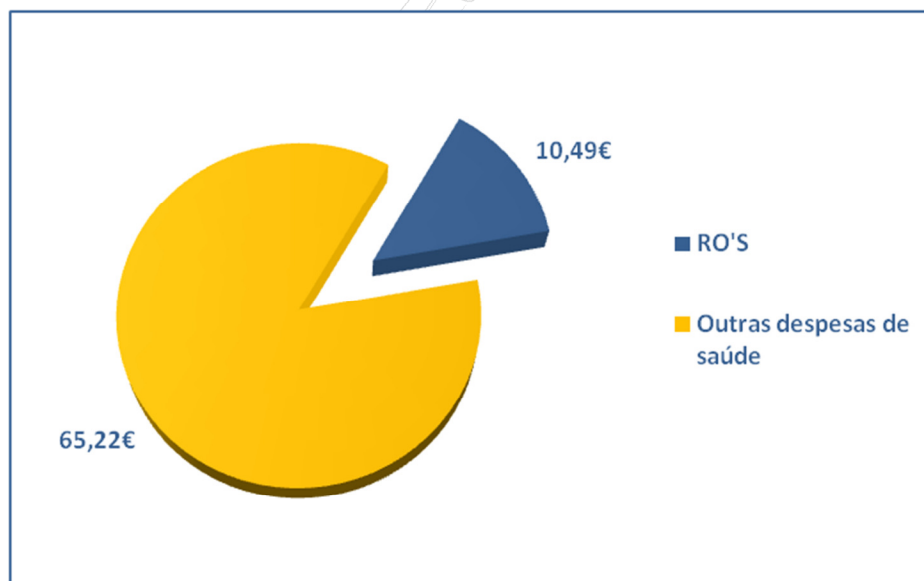
Abonos Variáveis ou Eventuais

Horas Extraordinárias



Ao longo de 2017, houve necessidade de recorrer a trabalho extraordinário, trabalho em dias de descanso complementar e descanso semanal. Esta necessidade traduziu-se em cerca de 1.274,36 horas extraordinárias, distribuídas pela Unidade de Proteção Civil e Meios Operacionais - 201 horas pela Unidade de Cultura, Desenvolvimento Socioeconómico - 518,86 horas e pela Unidade de Serviços Integrados – 554,50.

Encargos com a Saúde





3. Análise Financeira

3.1 – Resultados Orçamentais

3.1.1 Evolução da Receita

No final de 2017, a receita total ascendeu os 20,13 milhões de euros, dos quais 15,31 milhões de euros correspondem a receita corrente, 1,74 milhões de euros a receita de capital e os restantes 3,08 milhões de euros a outras receitas.

Quadro 01: Receita Corrente e de Capital

Unid: Euro

	2016		2017				Tx. Cresc.
	Cobrada	Tx. Exec.	Dotação	Liquidada	Cobrada	Tx. Exec.	
Receitas Correntes	14.403.506	101,4%	14.861.255	16.246.820	15.306.477	103,0%	6,3%
Receitas de Capital	2.844.528	59,1%	4.593.271	1.740.619	1.740.572	37,9%	-38,8%
Total	17.248.034	90,7%	19.454.526	17.987.439	17.047.049	87,6%	-1,2%
	(a)		(b)	(c)	(d)	(d/b)	(d/a)-1

Comparativamente com o período homólogo de 2016, a receita corrente teve um crescimento de 902,97mil euros, (6,3%), enquanto que nas receitas de capital houve um decréscimo na ordem dos 1,10 milhões de euros.

Os valores cobrados em 2017 mostram uma taxa de execução aproximadamente nos 88%.

Quadro: 02 Outras Receitas

Unid: Euro

	2016		2017				Tx. Cresc.
	Cobrada	Tx. Exec.	Dotação	Liquidada	Cobrada	Tx. Exec.	
Rep. N/Abatidas Pag.	1.078	21550,8%	5	6.687	6.678	133567,6%	519,8%
Saldo da Gerência	2.573.272	100,0%	3.075.571	3.075.571	3.075.571	100,0%	19,5%
Total Outras Receitas	2.574.350	100,0%	3.075.576	3.082.258	3.082.249	100,2%	19,7%
	(a)		(b)	(c)	(d)	(d/b)	(d/a)-1

A totalidade da receita em 2017 inclui também as reposições não abatidas aos pagamentos e o saldo de gerência transitado do ano de 2016, no valor de 3,08 milhões de euros.



A receita global do Município em 2017 foi no valor de 20,13 milhões de euros, sendo que as receitas correntes aumentaram em relação a 2016. As receitas de capital tiveram um decréscimo acentuado, enquanto que as outras receitas aumentaram significativamente em 507,90 mil euros.

3.1.2 Receita por Grandes Agregados

Quadro 03: Receita Por Grandes Agregados

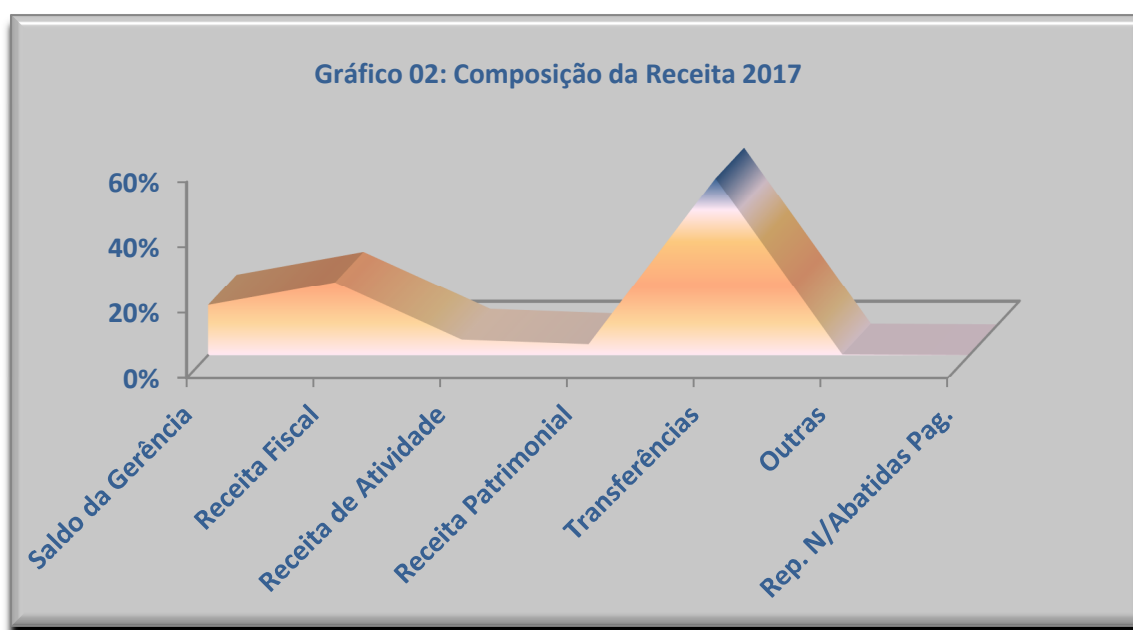
Unid: Euro

	2016		2017				Tx. Cresc.
	Cobrada	Tx. Exec.	Dotação	Liquidada	Cobrada	Tx. Exec.	
Receita Fiscal	4.246.114	106,9%	4.083.750	4.492.050	4.472.398	109,5%	5,3%
Receita de Atividade	1.012.339	113,5%	849.770	1.737.465	958.991	112,9%	-5,3%
Receita Patrimonial	1.042.671	97,7%	1.161.886	798.001	678.213	58,4%	-35,0%
Transferências	10.749.958	83,2%	13.315.080	10.887.044	10.887.044	81,8%	1,3%
Empréstimos	0	#DIV/0!	0	0	0	0,0%	
Outras	196.952	115,7%	44.040	72.880	50.404	114,5%	-74,4%
Rep. N/Abatidas Pag.	1.078	21550,8%	5	6.687	6.678	0,0%	519,8%
Saldo da Gerência	2.573.272	100,0%	0	0	3.075.571	0,0%	19,5%
Total	19.822.384	91,8%	19.454.531	17.994.126	20.129.298	103,5%	1,5%
	(a)		(b)	(c)	(d)	(d/b)	(d/a)-1

A receita é repartida por diversos agregados os quais se encontram listados no quadro supra. É necessário mencionar a importância das “transferências” que representam a maior receita neste grupo. A “receita fiscal” sendo a segunda com maior importância neste grupo tem uma taxa de crescimento positiva (5,3%) em relação a 2016.



Gráfico 02: Composição da Receita 2017



Receita Fiscal

Quadro: 04 Receita Fiscal

Unid: Euro

	2016	2017				
		Dotação	Liquidada	Cobrada	Tx. Exec.	Tx. Cresc.
Impostos Diretos	3.553.627	3.400.010	3.747.564	3.747.564	110,2%	5,5%
I.M. Imóveis	2.302.767	2.300.000	2.451.365	2.451.365	106,6%	6,5%
I.Único Circulação	621.081	620.000	659.023	659.023	106,3%	6,1%
I.M.T. onerosa Imóveis	629.778	480.000	634.575	634.575	132,2%	0,8%
Impostos Abolidos	0	10	2.600	2.600	26004,5%	
Outros	0	0	0	0		0,0%
Impostos Indiretos	692.488	683.740	744.486	724.834	106,0%	4,7%
Mercados e feiras	0	5	24.573	9.712	194233,0%	0,0%
Loteamentos e obras	19.149	16.000	9.249	9.249	57,8%	-51,7%
Ocupação da via pública	23.502	21.515	29.328	26.107	121,3%	11,1%
Publicidade	4.702	4.700	6.331	6.331	134,7%	34,6%
Saneamento	0	5	0	0	0,0%	0,0%
Utilização da r. viária M.	0	5	0	0	0,0%	0,0%
Outros	645.136	641.510	675.005	673.435	105,0%	4,4%
Total	4.246.114	4.083.750	4.492.050	4.472.398	109,5%	5,3%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d/b)	(d/a)-1

No ano de 2017 a cobrança de impostos diretos foi de 3,75 milhões de euros, registando-se um crescimento de 5,5%.

Em relação aos impostos indiretos a sua cobrança no ano, ascendeu a 724,83 mil euros, verificando-se um aumento na ordem dos 9,71 mil euros, nos “mercados e feiras”.

A receita fiscal total apresenta uma taxa de execução superior a 100%.



Receita Associada à Atividade

Quadro 05: Receita Associada à Atividade

Unid: Euro

	2016	2017				
		Dotação	Liquidada	Cobrada	Tx. Exec.	Tx. Cresc.
Txs, Multas e Outr. Penal.	384.103	335.225	382.423	370.920	110,6%	-3,4%
Mercados e feiras	0	5	0	0	0,0%	0,0%
Loteamentos e obras	39.695	41.500	59.606	59.606	150,2%	50,2%
Ocupação da via pública	278.552	237.505	190.204	180.022	68,3%	-35,4%
Outras	33.485	29.010	44.556	44.556	153,6%	33,1%
Multas e outras penalidades	32.371	27.205	88.057	86.736	318,8%	167,9%
Venda de bens e serv. correntes	628.235	514.545	1.355.043	588.071	114,3%	-6,4%
Venda de bens	4.660	4.535	5.034	4.707	103,8%	1,0%
Serviços Recreativos	0	0	0	0	0,0%	0,0%
Serviços Culturais	177.026	164.705	192.526	165.622	100,6%	-6,4%
Serviços Desportivos	35.416	28.800	37.249	48.565	168,6%	37,1%
Cemitérios	36.243	30.000	53.655	42.261	140,9%	16,6%
Rendas Mercados e feiras	29.390	23.000	43.117	20.441	88,9%	-30,4%
Rendas Habitações sociais	149.654	110.000	734.913	151.549	137,8%	1,3%
Rendas Terrenos Zona Industrial	133.059	113.000	253.672	138.433	122,5%	4,0%
Outros	62.788	40.505	34.878	16.492	40,7%	-73,7%
Total	1.012.339	849.770	1.737.465	958.991	112,9%	-5,3%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d/b)	(d/a)-1

A receita resultante da atividade, que se refere à cobrança de “taxas, multas e outras penalidades” e à “venda de bens e serviços correntes” arrecadou 958,99 mil euros, tendo uma taxa de execução aproximadamente dos 113% e um decréscimo em relação a 2016 na ordem 53,35 mil euros.

As taxas provenientes da ocupação da via pública e os serviços culturais são as receitas mais significativas deste agregado, com um total de 345,64 mil euros cobrados o que representa 36%, do valor total de execução.

O agregado das taxas, multas e outras penalidades apresentou uma taxa de execução de 110,6%. Neste grupo houve um decréscimo significativo das taxas provenientes da ocupação da via pública, com uma taxa de crescimento negativa (-35%).

Receita Patrimonial

Quadro 06: Receita da Alineação e Administração do Património Municipal

Unid: Euro

	2016	2017				
		Dotação	Liquidada	Cobrada	Tx. Exec.	Tx. Cresc.
Rendimentos da propriedade	96.815	185.856	259.688	139.900	75,3%	44,5%
Venda de bens de investimento	114.459	30	61.023	61.023	203408,3%	-46,7%
Ativos financeiros	831.396	976.000	477.291	477.291	48,9%	-42,6%
Total	1.042.671	1.161.886	798.001	678.213	58,4%	-35,0%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d/b)	(d/a)-1

A receita patrimonial abrange os rendimentos de propriedade, a venda de bens de investimento, bem como os ativos financeiros, os quais consideram-se alienação de bens de investimento. Neste agregado verificou-se uma cobrança total de 678,21 mil euros, com uma taxa de execução de 58%



aproximadamente. Neste grupo os rendimentos de propriedade apresentaram uma taxa de crescimento na ordem dos 44,5%, em relação a 2016.

Transferências Correntes e de Capital

Quadro 07: Transferências Correntes e de Capital

Unid: Euro

	2016	2017				Tx. Exec.	Tx. Cresc.
		Dotação	Liquidada	Cobrada			
Transferências correntes	8.996.542	9.697.854	9.693.658	9.693.658		100,0%	7,7%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	7.030.347	7.875.050	7.869.849	7.869.849		99,9%	11,9%
Fundo Social Municipal	574.883	627.145	627.145	627.145		100,0%	9,1%
Participação fixa no IRS	1.378.410	1.132.649	1.132.649	1.132.649		100,0%	-17,8%
Outras	12.902	13.000	51.194	51.194		393,8%	296,8%
Transferências de capital	1.753.417	3.617.226	1.193.386	1.193.386		33,0%	-31,9%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	795.266	848.497	848.497	848.497		100,0%	6,7%
Outras	0	10	0	0		0,0%	0,0%
Fundos Comunitários	621.426	2.558.435	260.038	260.038		10,2%	-58,2%
Administração regional	336.725	210.284	84.851	84.851		40,4%	-74,8%
Total	10.749.958	13.315.080	10.887.044	10.887.044		81,8%	1,3%
	(a)	(b)	(c)	(d)		(d/b)	(d/a)-1

As transferências recebidas em 2017 subdividem-se em transferências obrigatórias do Orçamento de Estado de 2017 e transferências provenientes da Administração Central, Regional, de Fundos Comunitários e outras.

A receita com as transferências no ano de 2017 foi de 10,89 milhões de euros com uma taxa de execução na ordem dos 81,8%, com uma taxa de crescimento positiva (1,3%), relativamente ao ano anterior.

As transferências correntes tiveram um acréscimo aproximadamente de 697,12 mil euros relativamente a 2016.

O Programa Operacional Açores 2020 (PO Açores 2020) é um programa participado pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE, para o período de programação 2014-2020, com execução na Região Autónoma dos Açores.

O programa foi preparado pelo Governo Regional dos Açores, sintetizando um conjunto muito amplo de consultas e contribuições de uma grande diversidade de agentes regionais, expressando as principais propostas em matéria de política regional de desenvolvimento para o futuro próximo.

A visão estratégica associada a este programa operacional assenta na ambição dos Açores em afirmarem-se como uma região europeia relevante.

Nesse sentido, apresentam-se no quadro seguinte as candidaturas submetidas no âmbito do PO Açores 2020 até ao final de 2017.



Projeto	Estado	Custo total elegível	Comparticipação	Executado	Comparticipação recebida	Taxa de execução	Obs.
Construção da nova Escola do Ensino Básico de Santa Bárbara e Circuito	Em execução	1.840.694,50 €	1.564.590,33 €	934.603,79 €	794.413,23 €	50,00%	Foi submetido o 5º pedido de pagamento
Aumentar a resposta a situações de emergência e de catástrofe no âmbito do sistema Municipal de Proteção Civil de Angra do Heroísmo	Em execução	167.572,17 €	142.436,34 €	70.496,95 €	59.922,41 €	42,00%	Foi submetido o 2º pedido de pagamento
Reabilitação de Espaços Públicos na Zona Classificada incluindo Jardim Duque da Terceira e criação do Percorso Pedestre Relvão/Fanal	Em execução	1.829.677,14 €	1.555.225,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	Foi submetido o 1º pedido de pagamento
Proteção, Consolidação e Valorização da Baía do Fanal	Aprovada	1.695.014,92 €	1.440.762,68 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
Startup – Dinamização de uma Rede de Suporte	Aprovada	66.998,84 €	56.949,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
Criação da Startup Angra – Incubadora de Base Local	Em apreciação	1.299.767,39 €	1.104.802,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
Elaboração de um Guia para o Investidor	Em apreciação	111.578,22 €	94.841,49 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
Angra SmartBikeSharing	Em apreciação	289.811,65 €	246.339,90 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	

A Comissão Europeia aprovou no dia 3 de junho de 2015 o novo Programa de Cooperação INTERREG V A Espanha-Portugal MAC (Madeira – Açores – Canárias) 2014-2020, que contará com um orçamento de 130 milhões de euro,s (85% financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER).

Neste âmbito foram submetidas as seguintes candidaturas:

Projeto	Estado	Custo total elegível	Comparticipação	Executado	Comparticipação recebida	Taxa de execução	Obs.
ECO-TUR	Em execução	130.000,00 €	110.500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	



CITY - 2020	Em execução	433.500,00 €	368.475,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
-------------	-------------	--------------	--------------	--------	--------	-------	--

O Programa de Desenvolvimento Rural dos Açores para o período 2014-2010, abreviadamente designado por PRORURAL+ foi aprovado pela Decisão de Execução C(2015) 850 da Comissão, a 13 de fevereiro de 2015.

Deste modo foi submetida a candidatura apresentada no quadro infra:

Projeto	Estado	Custo total elegível	Comparticipação	Executado	Comparticipação recebida	Taxa de execução	Obs.
Barraquinhas de apoio a atividades promocionais - Praça Velha	Em execução	13.421,01 €	10.736,80 €	5.368,40 €	5.368,40 €	39,00%	

3.1.3 Receita Estrutural

As receitas estruturais advêm dos recursos regulares e estáveis que o Município de Angra do Heroísmo é capaz de produzir nos diferentes anos económicos.

Quadro 08: Receita Estrutural

	2016	2017				Tx. Cresc.
		Dotação	Liquidada	Cobrada	Tx. Exec.	
Receita Tributária	4.246.114	4.083.750	4.492.050	4.472.398	109,5%	5,3%
Receita de Atividade	1.012.339	849.770	1.737.465	958.991	112,9%	-5,3%
Transf. Obrigatórias	9.778.906	10.483.341	10.478.140	10.478.140	100,0%	7,2%
Out. Rec. Estruturais	928.211	1.161.856	736.978	617.190	53,1%	-33,5%
Total	15.965.570	16.578.717	17.444.633	16.526.719	99,7%	3,5%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d/b)	(d/a)-1

Unid: Euro

Em 2017 a receita estrutural totalizava 16,53 milhões de euros, apresentando uma execução acima dos 99% em relação à dotação definida.

3.1.4 Evolução da Despesa

A despesa total atingiu os 18,71 milhões de euros, distribuídos em 10,51 milhões de euros do lado da despesa corrente e 8,19 milhões de euros do lado da despesa de capital, com taxas de execução na ordem dos 86% e 79,6% respetivamente.

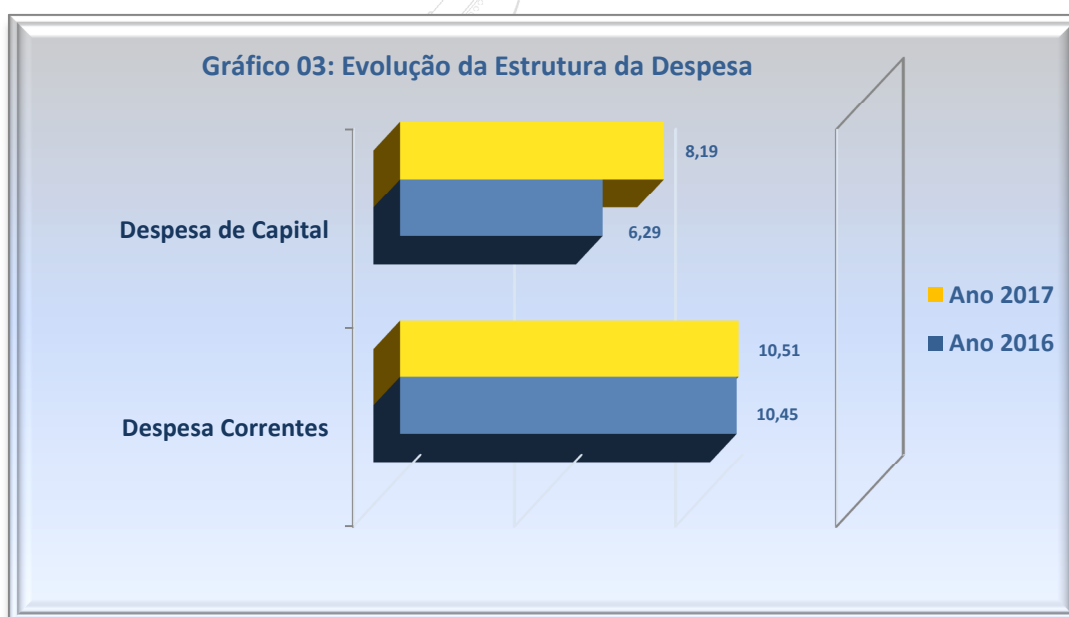
João Veloso - FEICIT-VII-MKIII



Quadro 09: Despesa Corrente e de Capital

	2016		2017					Unid: Euro
	Execução	Tx. Exec.	Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução	Tx. Exec.	Tx. Cresc.
Despesa Correntes	10.453.807	86,8%	12.221.398	11.515.725	11.439.019	10.513.229	86,0%	0,6%
Despesa de Capital	6.293.007	65,9%	10.297.539	9.414.876	9.188.014	8.193.169	79,6%	30,2%
Total	16.746.813,05	77,6%	22.518.937	20.930.601	20.627.033	18.706.397,51	83,1%	11,7%
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)	(e/a)-1

É importante ter em atenção que a execução da despesa corrente é, rara exceção, mais rígida do que a de capital, uma vez que incorpora as despesas fixas com pessoal, instalação e funcionamento dos serviços.



Quadro 10: Despesa Corrente

	2016		2017					Unid: Euro
	Execução	Tx. Exec.	Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução	Tx. Exec.	Tx. Cresc.
Pessoal	4.494.549	96,9%	4.833.717	4.545.430	4.545.430	4.527.517	93,7%	0,7%
Aquisição Bens e Serv. Correntes	3.395.392	80,1%	4.468.734	4.208.283	4.168.620	3.319.452	74,3%	-2,2%
Enc. Correntes Divida (juros)	66.008	50,7%	122.388	56.534	56.534	56.534	46,2%	-14,4%
Transferências correntes	2.053.154	84,6%	2.347.123	2.320.999	2.288.195	2.247.624	95,8%	9,5%
Subsídios	259.440	73,3%	230.025	230.000	230.000	219.767	95,5%	-15,3%
Outras despesas correntes	185.263	74,1%	219.411	154.479	150.240	142.336	64,9%	-23,2%
Total	10.453.807	86,8%	12.221.398	11.515.725	11.439.019	10.513.229	86,0%	0,6%
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)	(e/a)-1

Este grupo da despesa tem um grande peso na estrutura das despesas municipais no total de 10,51 milhões de euros em 2017, mais 59,42 mil euros do que no ano anterior (2016). Neste grupo aglomeram-se as despesas com o pessoal, que consumiram quase metade do valor total (43%). Outras duas rubricas que fazem parte deste grupo da despesa são a aquisição de bens e serviços correntes e as transferências correntes que no seu total contabilizam 5,57 milhões de euros com uma taxa na ordem dos 52%, relativamente ao valor total de execução.



Quadro 11: Despesa Capital

Unid: Euro

	2016		2017				
	Execução	Tx. Exec.	Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução	Tx. Exec.
Aquisição de bens de capital	3.525.180	55,1%	6.822.338	6.196.011	5.974.241	5.060.223	74,2%
Transferências de capital	1.248.724	89,9%	1.728.433	1.683.112	1.678.019	1.597.192	92,4%
Ativos financeiros	146.263		146.268	146.263	146.263	146.263	100,0%
Passivos financeiros	1.372.840	85,0%	1.600.500	1.389.491	1.389.491	1.389.491	86,8%
Outras despesas de capital	0		0	0	0	0	0,0%
Total	6.293.007	65,9%	10.297.539	9.414.876	9.188.014	8.193.169	79,6%
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)
							(e/a)-1

As despesas de capital atingiram, em 2017, o valor de 8,19 milhões de euros. As despesas de capital tiveram uma taxa de execução aproximadamente de 80%.

3.1.5 Despesa por Grandes Agregados

Quadro 12: Despesa por Grandes Agregados

Unid: Euro

	2016		2017				
	Execução	Tx. Exec.	Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução	Tx. Exec.
Despesas com Pessoal	4.494.549	96,9%	4.833.717	4.545.430	4.545.430	4.527.517	93,7%
Serviço da Dívida	1.438.848	82,4%	1.722.888	1.446.025	1.446.025	1.446.025	83,9%
Aquisição de bens e serviços	3.395.992	80,1%	4.468.734	4.208.283	4.168.620	3.319.452	74,3%
Transferências e Subsídios	3.561.317	85,4%	4.305.581	4.234.111	4.196.214	4.064.583	94,4%
Investimentos	3.525.180	55,1%	6.822.338	6.196.011	5.974.241	5.060.223	74,2%
Outras	331.526	83,6%	365.679	300.742	296.503	288.599	78,9%
Total	16.746.813	77,6%	22.518.937	20.930.601	20.627.033	18.706.398	83,1%
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)
							(e/a)-1

A despesa por grandes agregados inclui a despesa com o pessoal, as transferências e subsídios e os investimentos entre outras, mas são estas as que têm maior peso neste conjunto, com uma taxa de 72%, concernente ao valor total de execução deste grupo.

Despesas com Pessoal

Quadro 13: Despesas com Pessoal

Unid: Euro

	2016	2017				
		Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução	Tx. Exec.
Total das Remunerações Certas	3.487.424	3.737.424	3.516.822	3.516.822	3.516.822	94,1%
T.órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	97.435	167.539	150.836	150.836	150.836	90,0%
Pessoal do quadro-Contrato individ. Trab.	2.288.374	2.401.247	2.267.256	2.267.256	2.267.256	94,4%
Pessoal contratado à termo	0	15	0	0	0	0,0%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	0	0	0	0	0	0,0%
Pessoal aguardando aposentação	936	10.000	198	198	198	2,0%
Pessoal em qualquer outra situação	307.660	285.091	267.785	267.785	267.785	93,9%
Subsídio de refeição	219.734	233.975	229.967	229.967	229.967	98,3%
Subsídio de férias e de Natal	463.215	480.700	452.713	452.713	452.713	94,2%
Remunerações por doença e mat./paterni.	67.127	107.183	105.183	105.183	105.183	98,1%
Outras Remunerações	42.941	51.674	42.884	42.884	42.884	83,0%
Total Abonos Variáveis ou Eventuais	67.299	98.840	68.452	68.452	68.452	69,3%
Horas extraordinárias	12.684	28.500	15.759	15.759	15.759	55,3%
Subsídio de turno	19.893	26.000	19.939	19.939	19.939	76,7%
Indemnizações por cessação de funções	0	10	0	0	0	0,0%
Outros suplementos e prémios	20.336	21.330	20.353	20.353	20.353	95,4%
Outros Abonos	14.386	23.000	12.401	12.401	12.401	53,9%
Total Segurança Social	939.827	997.453	960.156	960.156	942.243	94,5%
Encargos com a saúde	39.041	60.005	48.327	48.327	41.691	69,5%
Outros encargos com a saúde	36.991	41.000	34.072	34.072	34.072	83,1%
Caixa Geral de Aposentações	592.746	581.340	581.181	581.181	581.181	100,0%
Segurança social-Regime geral	181.524	186.195	186.161	186.161	186.161	100,0%
Subsídio familiar a criança e jovens	27.325	36.277	35.277	35.277	35.277	97,2%
Seguros	47.508	64.350	59.916	59.916	49.015	76,2%
Outras Despesas c/Segurança Social	14.692	28.287	15.222	15.222	14.846	52,5%
Total	4.494.549	4.833.717	4.545.430	4.545.430	4.527.517	93,7%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)
						(e/a)-1

Em 2017 a despesa com pessoal teve uma execução orçamental de 93,7%.



O total das remunerações absorveu cerca de 77% das despesas com pessoal, registando-se um aumento de 29,40 mil euros, em relação a 2016.

O total de abonos variáveis verificou um ligeiro crescimento na ordem dos 1,7%, em relação ao seu período homólogo. Neste grupo as horas extraordinárias é que apresentou o maior aumento em relação a 2016.

A rubrica respeitante a despesas com a Segurança Social teve uma taxa de crescimento positiva (0,3%), em relação a 2016, devendo-se este aumento aos encargos com a saúde e ao subsídio familiar a criança e jovens.

Aquisição de Bens e Serviços Correntes

Quadro 14: Aquisição de Bens e Serviços Correntes

Unid.: Euro

	2016	2017					
		Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução	Tx. Exec.	Tx. Cresc.
Encargos das instalações	647.206	872.127	840.911	831.411	656.239	75,2%	1,4%
Comunicações	79.179	83.672	63.327	63.327	42.065	50,3%	-46,9%
Combustíveis e lubrificantes	96.053	114.305	98.291	97.374	78.944	69,1%	-17,8%
Material de escritório	24.835	35.369	34.564	34.564	28.211	79,8%	13,6%
Conservação de bens	170.058	206.947	192.422	191.061	147.030	71,0%	-13,5%
Locação de edifícios	0	30	0	0	0	0,0%	0,0%
Locação de outros bens	231.986	227.433	212.543	210.425	168.976	74,3%	-27,2%
Publicidade	79.495	89.031	84.226	83.277	73.775	82,9%	-7,2%
Outros trabalhos especializados	408.965	552.287	525.460	521.063	352.980	63,9%	-13,7%
Encargos de cobrança de receitas	87.991	94.805	94.695	94.695	94.695	99,9%	7,6%
Outros bens e serviços	1.569.624	2.192.727	2.061.844	2.041.422	1.676.537	76,5%	6,8%
Total	3.395.392	4.468.734	4.208.283	4.168.620	3.319.452	74,3%	-2,2%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)	(e/a)-1

À aquisição de bens e serviços obteve uma taxa de execução na ordem dos 74%, atingindo os 3,32 milhões de euros, tendo tido uma taxa de crescimento negativa de 2,2%. Para o valor alcançado contribui a redução na despesa em “comunicações”, “combustível e lubrificantes”, “conservação de bens”, “locação de outros bens” e “outros trabalhos especializados”.

Transferência e Subsídios

Quadro 15: Transferências Correntes e de Capital

Unid.: Euro

	2016	2017					
		Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução	Tx. Exec.	Tx. Cresc.
Transferências correntes	2.053.154	2.347.123	2.320.999	2.288.195	2.247.624	95,8%	9,5%
Freguesias	277.989	261.411	260.920	260.920	260.693	99,7%	-6,2%
Instituições sem fins lucrativos	1.353.440	1.683.915	1.662.027	1.630.771	1.590.627	94,5%	17,5%
Famílias	364.114	400.853	398.052	396.504	396.304	98,9%	8,8%
Transferências de capital	1.248.724	1.728.433	1.683.112	1.678.019	1.597.192	92,4%	27,9%
Emp. públicas municipais/intermunicipais	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
Freguesias	702.328	919.247	878.470	878.470	835.520	90,9%	19,0%
Serviços Municipalizados	34.494	20	0	0	0	0,0%	-100,0%
Instituições sem fins lucrativos	511.902	809.165	804.642	799.549	761.672	94,1%	48,8%
Total	3.301.877	4.075.556	4.004.111	3.966.214	3.844.816	94,3%	16,4%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)	(e/a)-1

O total das transferências correntes e de capital em 2017 situaram-se nos 3,84 milhões de euros, apresentando uma taxa de crescimento na ordem dos 16%, relativamente a 2016.



No quadro acima exposto pode-se confirmar que não houve transferências de capital para os Serviços Municipalizados.

Quadro 16: Subsídios Correntes

Unid: Euro

	2016	2017					Tx. Cresc.
		Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução	Tx. Exec.	
Empresas Municipais e Intermunicipais	0	10	0	0	0	0,0%	
Subsídios a Ent. Privadas	259.440	230.015	230.000	230.000	219.767	95,5%	-15,3%
Total	259.440	230.025	230.000	230.000	219.767	95,5%	-15,3%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)	(e/a)-1

No ano de 2017 os subsídios correntes apresentaram o montante 219,77 mil euros, com uma taxa de execução aproximadamente de 95%, taxa superior a 2016. É importante mencionar que o montante exposto destes subsídios foi restrito a Entidades Privadas.

Despesas de Investimento

As despesas de investimento no ano de 2017 contabilizaram um acréscimo de 1,36 milhões de euros em relação a 2016, estes investimentos tiveram principalmente gasto em instalações de serviços, escolas e equipamento administrativo.

Quadro 17: Despesas de Investimento

Unid: Euro

	2016	2017					Tx. Cresc.
		Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução	Tx. Exec.	
Investimentos	2.109.758	4.486.357	4.302.354	4.139.120	3.470.259	77,4%	64,5%
Terrenos	75.946	92.180	84.704	29.191	29.191	31,7%	100,0%
Habitções	161.814	402.366	350.392	350.392	134.226	33,4%	-17,0%
Total Edifícios	1.040.543	2.130.982	2.044.801	2.038.901	1.965.645	92,2%	88,9%
Instalações de serviços	624.950	903.097	888.414	882.514	881.613	97,6%	41,1%
Instalações desportivas e recreativas	151.099	3.367	2.522	2.522	2.522	74,9%	0,0%
Mercado Duque de Bragança	34.904	6.195	6.160	6.160	0	0,0%	0,0%
Escolas	82.970	757.761	737.691	737.691	733.168	96,8%	783,7%
Outros Edifícios	10	460.562	410.014	410.014	348.343	75,6%	-100,0%
Total Construções Diversas	64.872	503.207	500.099	496.960	302.030	60,0%	365,6%
Iluminação pública	0	0	0	0	0	0	
Parques e jardins	30.917	136.264	136.254	136.254	12.673	9,3%	-59,0%
Captação e distribuição de água	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
Sinalização e trânsito	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
Cemitérios	0	15	0	0	0	0,0%	0,0%
Outras construções	9.224	197.452	195.990	195.990	124.640	63,1%	1251,3%
Material de transporte	135.072	180.421	176.639	169.773	169.773	94,1%	25,7%
Equipamento de informática	44.873	51.436	50.428	50.428	47.241	91,8%	5,3%
Software informático	36.771	117.331	117.016	117.016	100.771	85,9%	174,0%
Equipamento administrativo	17.013	135.636	134.962	134.962	133.808	98,7%	686,5%
Equipamento básico	427.959	724.426	703.919	612.103	472.990	65,3%	10,5%
Outros Investimentos	104.895	148.372	139.395	139.395	114.585	77,2%	9,2%
Bens de Domínio Público	1.415.422	2.335.981	1.893.656	1.835.121	1.589.964	68,1%	12,3%
Terrenos e recursos naturais	190.000	35.005	35.000	35.000	35.000	100,0%	0,0%
Reparação de Estradas, Arruamentos e Mur.	48.984	90.861	90.277	78.949	39.867	43,9%	-18,6%
Reabilitação de Arruamentos do Concelho	967.113	1.238.566	1.230.917	1.195.746	1.121.602	90,6%	16,0%
Outros	74.919	206.484	31.361	19.325	11.800	0,0%	0,0%
Total	3.525.180	6.822.338	6.196.011	5.974.241	5.060.223	74,2%	43,5%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)	(e/a)-1

Dos “Bens de Domínio Público”, que apresenta um montante global de 1,59 milhões de euros, destacam-se as despesas com “reabilitação de arruamentos do Concelho” com 1,12 milhões de euros.



Serviço da Dívida

Quadro 18: Serviço da Dívida

Unid.: Euro

	2016	2017					Tx. Cresc.
		Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução	Tx. Exec.	
Juros da dívida pública	66.008	122.388	56.534	56.534	56.534	46,2%	-14,4%
Empréstimos Bancários MLP	50.995	81.750	38.057	38.057	38.057	46,6%	-25,4%
Empréstimos Bancários MLP (comp. SRTSS)	15.013	40.638	18.477	18.477	18.477	45,5%	23,1%
Amortizações de Empréstimos	1.372.840	1.600.500	1.389.491	1.389.491	1.389.491	86,8%	1,2%
Empréstimos Bancários MLP	756.197	824.500	764.895	764.895	764.895	92,8%	1,2%
Empréstimos Bancários MLP (comp. SRTSS)	616.643	776.000	624.595	624.595	624.595	80,5%	1,3%
Total	1.438.848	1.722.888	1.446.025	1.446.025	1.446.025	83,9%	0,5%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)	(e/a)-1

A despesa do serviço da dívida divide-se em juros da dívida pública e amortizações de empréstimos, esta última é a que tem maior percentagem sobre o valor total desta despesa, com uma taxa de 96%.

Nos encargos com os “Empréstimos Bancários MLP”, encontram-se incluídos os encargos financeiros relativos à aquisição de Habitações Sociais que são comparticipados (100%) pela Secretaria Regional do Trabalho e da Solidariedade Social.

3.1.6 Despesa Estrutural

As despesas estruturais abrangem os custos com o pessoal, serviço da dívida, funcionamento de serviços e transferências e subsídios, neste conjunto os custos com o pessoal são a conta que tem maior execução, 4,46 milhões de euros. Neste grupo são as transferências e subsídios que apresentam uma maior taxa de crescimento positiva na ordem dos 26%.

Quadro 19: Despesa Estrutural

Unid.: Euro

	2016	2017					Tx. Cresc.
		Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução	Tx. Exec.	
Custos com o pessoal	4.427.251	4.734.877	4.476.978	4.476.978	4.459.065	94,2%	0,7%
Serviço da Dívida	1.438.848	1.722.888	1.446.025	1.446.025	1.446.025	83,9%	0,5%
Func. Serviços	3.163.406	4.241.301	3.995.740	3.958.194	3.150.476	74,3%	-0,4%
Transferências e Subsídios	1.865.342	2.493.090	2.466.669	2.430.320	2.352.299	94,4%	26,1%
Total	10.894.847	13.192.156	12.385.411	12.311.517	11.407.864	86,5%	4,7%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)	(e/a)-1

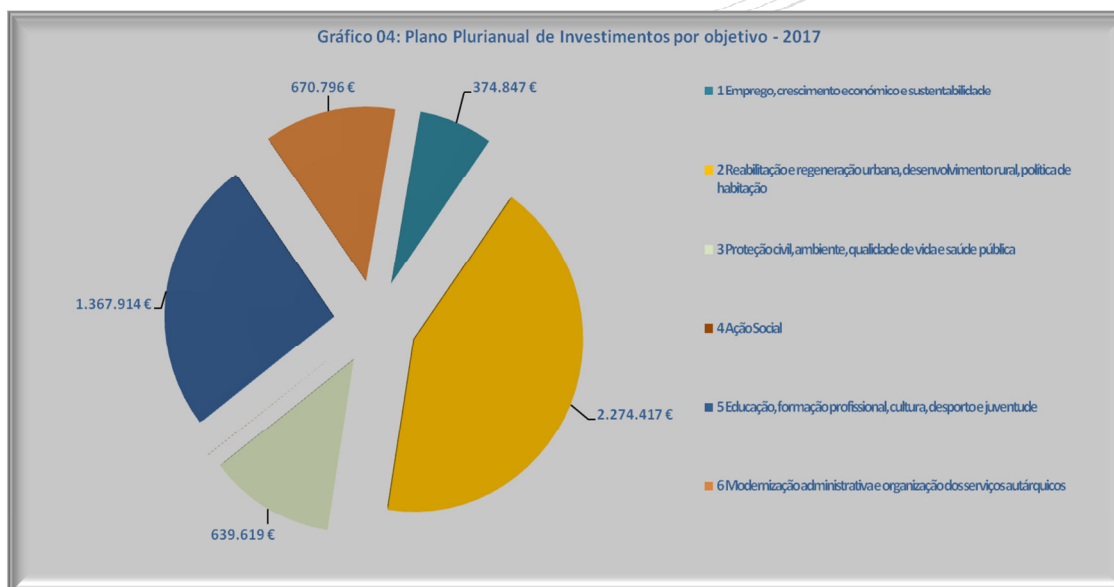
A despesa estrutural atinge 11,41 milhões de euros em 2017, com taxa de crescimento positiva (4,7%), isto é, mais 513,02 mil euros, face a 2016.

É de referir que o funcionamento de serviços registou um decréscimo (- 0,4%), com uma diminuição de 12,93 mil euros relativamente ao ano anterior.



3.2 – Execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI)

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) contém seis objetivos os quais são apresentados no gráfico inferior com o valor total realizado no ano 2017.



O objetivo dois corresponde à reabilitação e regeneração urbana, desenvolvimento rural e política de habitação, este é o objetivo que expõe o maior valor realizado total com uma taxa de execução na ordem dos 43%, sobre o valor total do balancete do Plano Plurianual de Investimentos por objetivos para o ano 2017.

3.3 – Transferências efetuadas pela CM para o Sector Empresarial Local e Serviços Municipalizados

Em 2017 não houve registo de transferências para a empresa intermunicipal, Teramb a título de subsídios e de cobertura de prejuízos, nem para os Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.

3.4 – Endividamento

A Lei 73/2013, de 3 Setembro, veio estabelecer novas regras e definições dos limites de dívida/endividamento das autarquias. A presente Lei define que a dívida total de um município, é o produto de todas as dívidas das operações orçamentais do município, dos serviços municipalizados, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais, incluindo ainda as dívidas das empresas municipais no caso de incumprimento das regras de



equilíbrio de contas (al.c) artº 54º), e, com aplicação da presente Lei, as dívidas de outras entidades de outra natureza sempre que se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município.

Na prestação de contas individual apenas se irá analisar o cumprimento dos limites de dívida com referência às contas individuais do Município. No relatório das contas consolidadas será analisado o cumprimento do endividamento do grupo Municipal conforme definido na Lei 73/2013.

Metodologia de cálculos adoptada

Média da receita corrente consolidada cobrada nos três exercícios anteriores:

- Ano 2014;
- Ano 2015;
- Ano 2016.

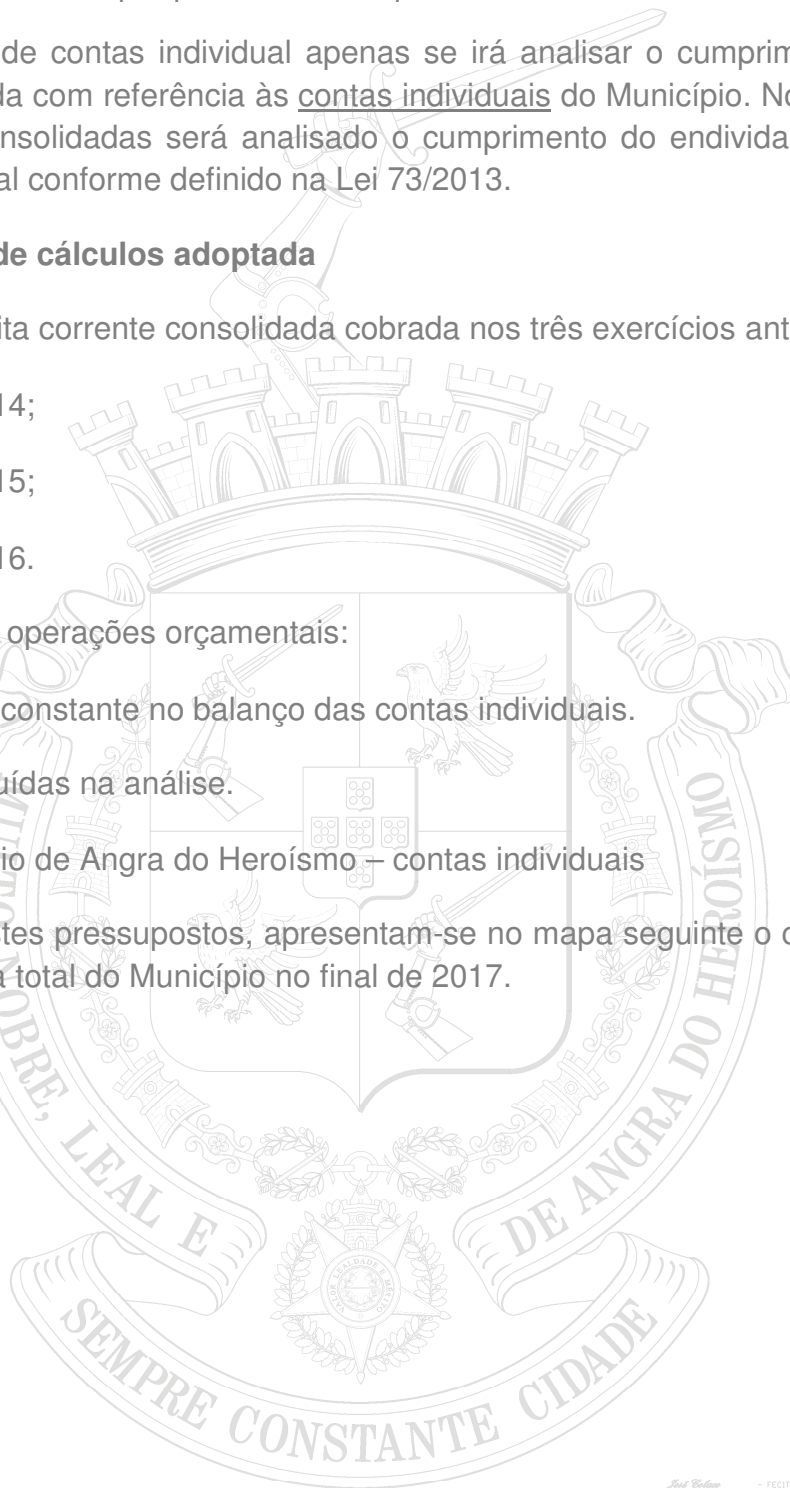
Dívida total de operações orçamentais:

- O valor constante no balanço das contas individuais.

Entidades incluídas na análise.

- Município de Angra do Heroísmo – contas individuais

Com base nestes pressupostos, apresentam-se no mapa seguinte o cálculo do limite de dívida total do Município no final de 2017.



**Situação Contas - Contas Individuais**

2017

	2014	2015	2016	Situação 2016
Receita corrente	13.741.460,31	13.799.667,32	14.403.505,67	--
Média Receita				13.981.544,43
Limite = (1,5 X Média)				20.972.316,65
Dívida Total (1+2+4)				14.771.433,07
Empréstimos bancários				
1 Excecionados (artº 84º LFL)				8.392.203,66
2 Não Excecionados				5.077.698,73
Outros créditos				
3 Excecionados (n.º 8 art 98.º Lei n.º 82-B/2014)				585.050,27
4 Não Excecionados				1.301.530,68
Margem Absoluta				6.200.883,58
Margem Utilizável				1.240.176,72
Margem Absoluta (Endiv. Excecionado)				14.593.087,24

Face ao exposto, este município no final de 2017 apresenta uma situação face ao limite da dívida total de 20,97 milhões de euros (70,43%) e uma margem de 1,24 milhões de euros.

Considerando o valor dos financiamentos excepcionados existe a possibilidade do Município ultrapassar os limites de dívida total em 14,59 milhões de euros sem que lhe seja aplicada qualquer penalização nos termos da lei.

3.5 –Saldo da Gerência**Quadro 21: Saldo da Gerência**

	2015	2016	2017	Varição homóloga	Tx. Cresc.
Unid: €uro					
Saldo Inicial	2.453.834	2.573.272	3.075.571	502.298	19,5%
Saldo Corrente	3.384.739	3.949.699	4.793.249	843.549	21,4%
Saldo Capital	-3.266.988	-3.448.479	-6.452.597	-3.004.118	87,1%
Outros	1.688	1.078	6.678	5.601	519,8%
Saldo Final	2.573.272	3.075.571	1.422.901	-1.652.670	-53,7%
	(a)	(b)	(b)	(b-a)	(b/a)-1

O saldo final da gerência em 2017 atingiu os 1,42 milhões de euros.

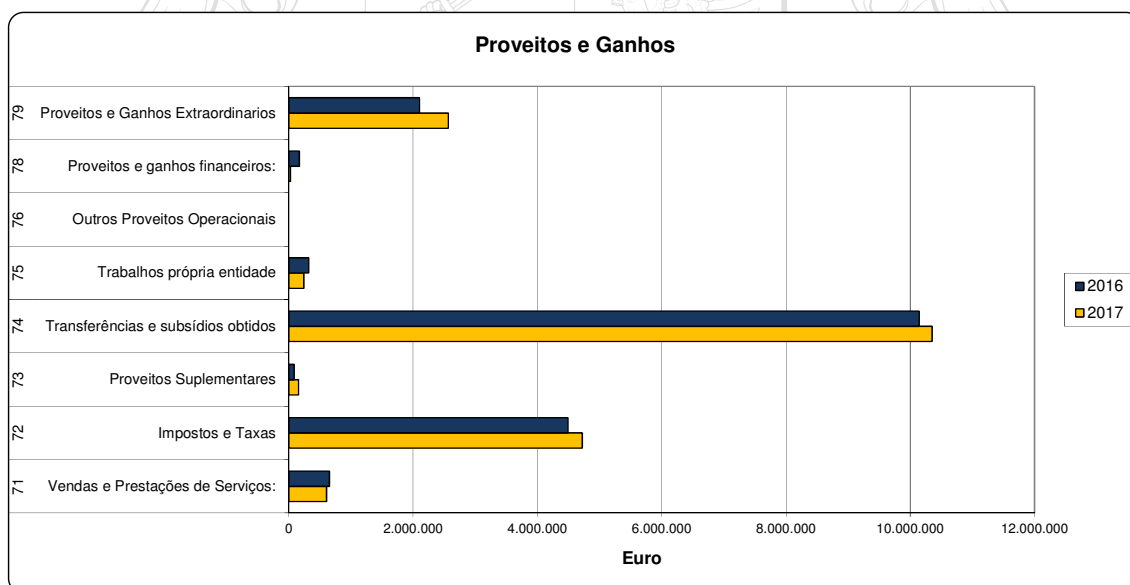


3.6 Evolução da Estrutura de Proveitos e Custos

Proveitos e Ganhos

O total de proveitos do exercício foi de 18,67 milhões de Euro, mas a estrutura dos proveitos manteve-se inalterada em relação a 2016 devido ao facto de as rubricas infra referidas apresentarem um peso relativo semelhante. Destaca-se, à semelhança de anos anteriores, as transferências e subsídios obtidos, que representam 55,51% da totalidade dos proveitos, assumindo o valor de 10,35 milhões. Esta conta regista em termos dinâmicos um acréscimo de 2,05%, face a 2016, justificado por.

Realça-se ainda os proveitos e ganhos extraordinários com um peso relativo de 13,74% e com um valor absoluto de 2,56 milhões de Euros. Este valor é em grande parte explicado pela conta 2745, devido à reintegração dos subsídios para investimentos.



Em terceiro lugar surgem os impostos e taxas que representam 25,28% com um valor absoluto de 4,72 milhões.

Realça-se ainda a conta 75, *trabalhos para a própria entidade*, com um peso relativo de 1,28% e um valor absoluto de 239,86 mil euros. Em termos dinâmicos verifica-se um decréscimo de 25,60% em relação a 2016. Este valor

só foi possível obter devido ao trabalho efetuado ao nível da contabilidade de custos.

Custos e Perdas

O total dos custos e perdas do exercício foi de 17,19 milhões de Euros.

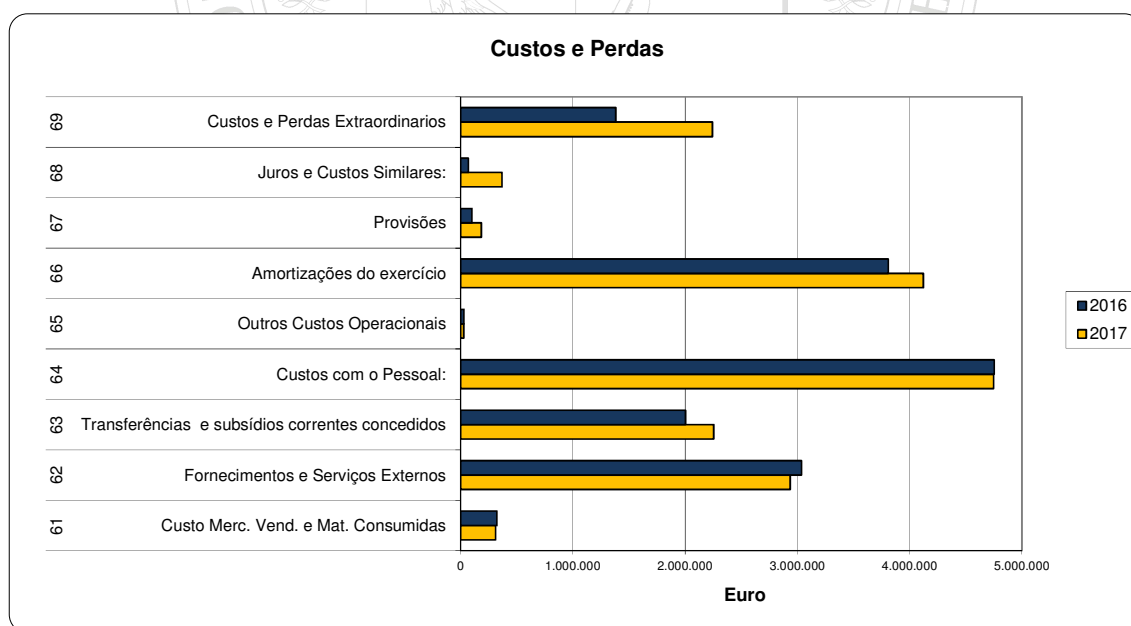
Em primeiro lugar destaca-se os custos com pessoal que assumem um peso relativo de 27,61% na estrutura de custos. Em termos dinâmicos o Município despendeu menos 5,64 milhares de euros, nesta conta, representando um decréscimo de -0,12% em relação ao ano anterior.

Em segundo lugar realça-se os custos e perdas extraordinários que atingiram em 2017 o valor de 2,24 milhões de euros representando um acréscimo de 62,35%.

Destaca-se ainda a conta 66 e a conta 67, *amortizações do exercício e provisões do exercício* respetivamente, cujo peso relativo é de 25,05%, assumindo, em 2017, o valor de 4,30 milhões.

Em termos dinâmicos estas contas têm um acréscimo de 10,21%, em relação a 2016.

O valor das provisões de 2017 inclui o reforço em relação ao ano anterior, dos valores de clientes de cobrança duvidosa.





Por último, surge a conta 63, *transferências e subsídios correntes concedidos*, que assume em 2017 um peso relativo de 13,11%, assumindo um crescimento na ordem dos 12,56%.

Resultados

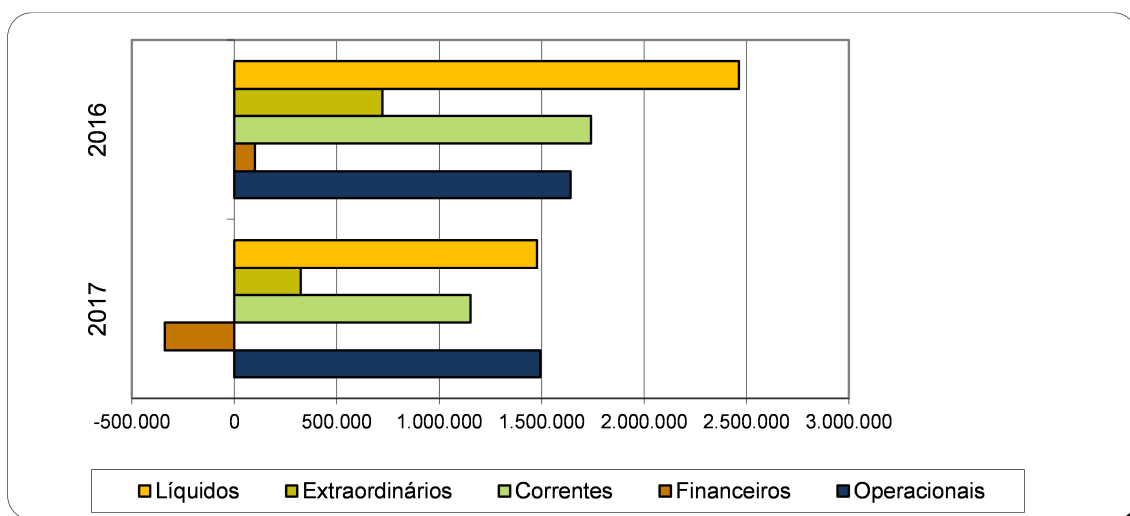
Analisando os resultados do exercício é visível um ligeiro decréscimo dos resultados operacionais. O valor dos resultados operacionais foi de 1,49 milhões.

Realça-se que o ano 2017 foi um ano muito semelhante ao nível dos resultados operacionais dado o elevado volume de transferências correntes concedidas. Assim os proveitos e ganhos registaram um crescimento de 3,78% e os custos e perdas um crescimento de 10,74%.

Resultados	2017	2016
Operacionais	1.492.878,27	1.641.175,04
Financeiros	-340.153,92	100.315,78
Correntes	1.152.724,35	1.741.490,82
Extraordinários	324.589,64	722.359,44
Líquidos	1.477.313,99	2.463.850,26

Os resultados financeiros voltaram a ser negativos, -340,15 milhares euro, sendo o principal contributo para este resultado o resultado líquido da Teramb, EEM que teve perdas em 2017 de -517,50 milhares. Este resultado afetou as contas da CMAH, via MEP (método da equivalência patrimonial), em -310,5 milhares.

A grande liquidez em depósitos à ordem proporcionou a aplicação de curto prazo em depósitos a prazo, afetando positivamente estes resultados na ordem dos 19,30 mil euros.



Os resultados extraordinários, em 2017, foram positivos e registaram um decréscimo significativo muito influenciado pelo aumento das transferências de capital concedidas (34%).

Registou-se um aumento residual dos Proveitos e Ganhos na ordem dos 5,21%.

3.7 Evolução da Estrutura Patrimonial

Análise Financeira

A partir da análise das peças contabilísticas, com especial relevância para o balanço e demonstração de resultados, pode-se verificar, em 2017, um decréscimo dos rácios de liquidez reduzida, ou seja, uma diminuição do grau de cobertura dos passivos circulantes pelas disponibilidades e pelas dívidas de terceiros. Este rácio, em termos dinâmicos, passou de 1,76 em 2016 para 0,9 em 2017. Este facto determina que o Município poderia liquidar a quase totalidade dos seus compromissos de curto prazo.

O rácio de liquidez geral é de 0,97 em 2017, demonstrando o pouco peso dos stocks existentes no ano em curso.



Financeiros	2017	2016
Liquidez reduzida	0,90	1,76
Liquidez geral	0,97	1,83
Autonomia Financeira	61,42%	60,14%
C.Permanentes+27 /Activo Fixo Liquido	104,22%	105,31%
Passivo M/L prazo/Cap. Proprios	13,6%	15,5%
Prazos Médios(dias)		
PMP - Fornecedores c/c	44,98	35,56
PMR - Clientes,contribuintes e Utentes	8,82	9,32
Tempo de Permanência das matérias prima	254,65	179,75
Stock materias primas em 31/12	216.912,70	159.393,19
Materias primas consumidas no ano	310.912,64	323.663,29

Analisando a forma de financiamento do ativo fixo líquido, poder-se-á verificar que a cobertura deste pelos capitais permanentes, adicionados da conta 27, é de aprox 104% em 2017. Confirma-se assim um correto financiamento do ativo fixo.

O peso do passivo de médio e longo prazo sobre os capitais próprios é de 13,6%, tendo-se verificado um decréscimo deste rácio entre 2016 e 2017.

O tempo médio de permanência das matérias-primas é de 254 dias, valor que embora excessivo tem a sua origem na inexistência de planos de produção, o que determina uma completa imprevisibilidade nos consumos.

De realçar que o prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores com conta corrente foi, em 31/12, de aprox. 45 dias, traduzindo-se num esforço significativo de cumprimento do máximo legal, 60 dias. O rácio poderá estar afetado por alguma sazonalidade na faturação sobre o final do ano.

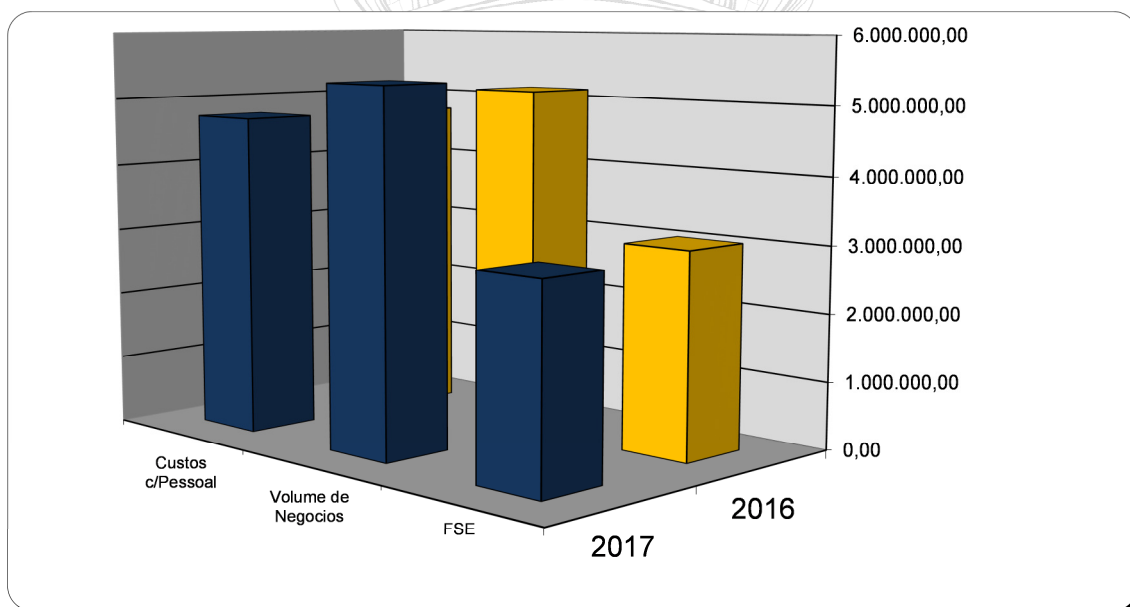
Análise Económica

A análise da situação económica demonstra uma continuidade na dependência do Município em relação aos fundos do Orçamento de Estado.



Económicos	2017	2016
Volume negócios/Activo	3,56%	2,97%
Margem Bruta	2.081.304	1.785.901
Margem Bruta/Volume negocios	39,06%	34,70%
Meios Libertos Liquidos	5.784.684,79 €	6.372.316,88 €
Meios libert Brutos/Vol. Negocios	108,57%	123,80%
Meios lib liq /Activo	3,87%	4,21%
%custos c/pessoal/ Vol Neg	89,09%	92,34%
% FSE/Vol. Neg.	55,10%	59,01%
% Desp c/pessoal+ FSE / Vol. Neg.	144,20%	151,35%
% CEVC/ Vol Neg.	5,84%	6,29%
Vol Neg. (volume de negócios) - contas 71 e 72		

A margem bruta de 2017 foi de 2,08 milhões de euros, representando 39,06% do volume de negócios.



Os meios libertos líquidos foram de 5,78 milhões o que representa 3,87% do ativo.

Conforme o quadro supra, o peso relativo dos fornecimentos e serviços externos sobre o volume de negócios foi de 55,10%. Se forem adicionados os custos com pessoal, então estes custos representam 144,20% do volume de negócios.



3.8 Análise de Centros de Custos

A criação de um sistema de Contabilidade de Custos, quer nas organizações privadas quer nas públicas, revela-se de extrema importância no contexto atual, em que as várias entidades se deparam com a necessidade de gerir adequadamente os recursos ao seu dispor, de modo a administrar a instituição de forma eficaz, eficiente e económica. O Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro, veio tornar obrigatória a Contabilidade Analítica para as entidades subordinadas às suas normas. Os vários planos que despontaram na sequência da aprovação do POCP, nos quais se salienta o POCAL, apresentam uma série de mecanismos conducentes ao efetivo apuramento de custos e proveitos. Enquanto o POCP utiliza o termo Contabilidade Analítica, o POCAL refere-se à Contabilidade de Custos.

De acordo com o ponto 2.8.3.1 do POCAL, a Contabilidade de Custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços e tem como objetivo final o apuramento do custo de cada função, de cada bem produzido e de cada serviço prestado com o intuito de proporcionar aos gestores a informação necessária para levar a cabo o planeamento e executar as funções de controlo. Efetivamente, quando direcionada para a Administração Pública, a Contabilidade de Custos é o sistema que regista e analisa, em pormenor, componentes do património da instituição para finalidades de gestão. Deste modo, com a implementação do sistema de Contabilidade de Custos nas entidades públicas pretende-se atingir os seguintes objetivos:

- Justificar o valor das taxas e preços;
- Facilitar a elaboração do orçamento;
- Medir a eficiência, eficácia, economia, sub-atividade e sobre-atividade;
- Apoiar as decisões sobre se a entidade deve continuar responsável diretamente por determinado serviço ou atividade, ou entregá-lo a entidades externas;
- Facilitar informação a entidades financiadoras de produtos, serviços ou atividades;



- Comparar custos de produtos ou serviços similares entre diferentes entidades;
- Comparar custos de produtos ou serviços similares entre diferentes exercícios económicos;
- Comparar custos reais com custos previsionais.

Todos os dados relativos à contabilidade de custos são obtidos automaticamente a partir da contabilidade geral, diretamente ou por integração automática dos módulos de faturação, gestão de compras, gestão de pessoal e imobilizado.

Nota Importante: Não é possível fazer análise aos desvios, pois aquando da abertura dos centros de custos não foi feito o respetivo orçamento, assim sendo esta análise ainda não está instituída.

A tabela dos códigos de centros de custos (que nos programas informáticos *GES* (Sistema de Gestão de Stocks) e *OAD* (Obras por Administração Direta) se designa por bens ou serviços) encontra-se construída com as seguintes categorias:

Centros de Custos – Desagregação dos centros de custos do Município de Angra do Heroísmo de acordo com a seguinte estrutura:

- Bens e Serviços Prestados (*código 11*) – Destina-se à imputação de todos os custos suportados com a venda de bens e a prestação de serviços pelos quais o Município receba compensação monetária (por exemplo, todos os custos relacionados com o transporte inter-parques);
- Obras de Grande Reparação (*código 12*) - Destina-se à imputação de todos os custos de grandes reparações do património municipal efetuadas por administração direta, sendo desagregado, obra a obra, para no final do ano se apurar o valor a ser adicionado ao património do Município. Como grandes reparações ou beneficiações consideram-se as que aumentem o valor ou a duração provável da utilização da máquina ou viatura. Em caso de dúvida, consideram-se grandes reparações ou beneficiações sempre que o respetivo custo exceda 30% do valor patrimonial líquido da máquina ou viatura (Art.º 13.º do CIBE - Portaria 671/2000, de 17 de Abril);



- Obra de Construção (*código 13*) – Destina-se à imputação de todos os custos de construções novas que sejam efetuadas por administração direta, sendo desagregado obra a obra para que no final do ano se apure o valor a ser adicionado ao património do Município;
- Pequenas Reparações (*código 14*) – Destina-se à imputação de todos os custos de pequenas reparações e conservações do património municipal;
- Atividades Municipais (*código 15*) – Destina-se à imputação dos custos das atividades culturais, desportivas, recreativas e de lazer entre outras atividades que o Município promova no âmbito das suas atribuições;
- Transferências para Entidades Terceiras (*código 16*) – Destina-se à imputação dos custos com as transferências efetuadas pelo Município para entidades terceiras no âmbito das suas atribuições;
- Atividades Operacionais (*código 17*) – Destina-se à imputação de custos de atividades de suporte às atribuições principais do Município, como por exemplo, limpeza urbana, jardinagem, transporte de pessoal, limpeza de espaços públicos, iluminação pública e apenas nos casos em que não exista um equipamento específico no código 182 – Equipamentos Municipais, tais como, as zonas balneares, os jardins públicos, sendo que a existir o custo deverá ser imputado ao equipamento;
- Custos de Estrutura (*código 18*) – Encontra-se desagregado em duas grandezas:
 - Por Serviços - em função da estrutura orgânica do Município com vista à imputação por serviço dos custos que não poderão ser imputados diretamente aos códigos acima (por exemplo, todos os custos administrativos como o serviço de contabilidade, aprovisionamento, recursos humanos, etc.);
 - Por Equipamentos Municipais – em função dos vários equipamentos municipais (escolas, espaços públicos, zonas de lazer, etc.) com vista à imputação de todos os custos decorrentes do funcionamento desses equipamentos.

Análise Comparativa das Contas de Custos com os Centros de Custos

Os gráficos seguintes mostram a comparação entre a classe 6 (Custos e Perdas), com a desagregação dos custos pela estrutura da Contabilidade de Custos.

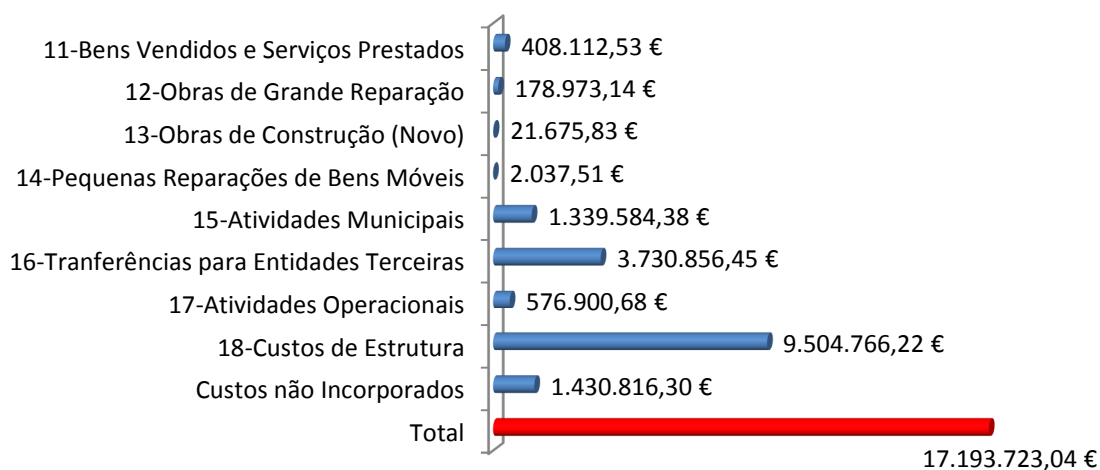
Como se pode verificar, a totalidade dos Custos e Perdas relativos ao ano de 2017 são de 17.193.723,04€.

No Gráfico relativo aos Centros de Custos a rubrica “Custos não Incorporados”, refere-se à diferença entre a totalidade dos custos e perdas e a totalidade dos centros de custos. Esta diferença deve-se a custos não incorporados.

Custos e Perdas



Centros de Custos



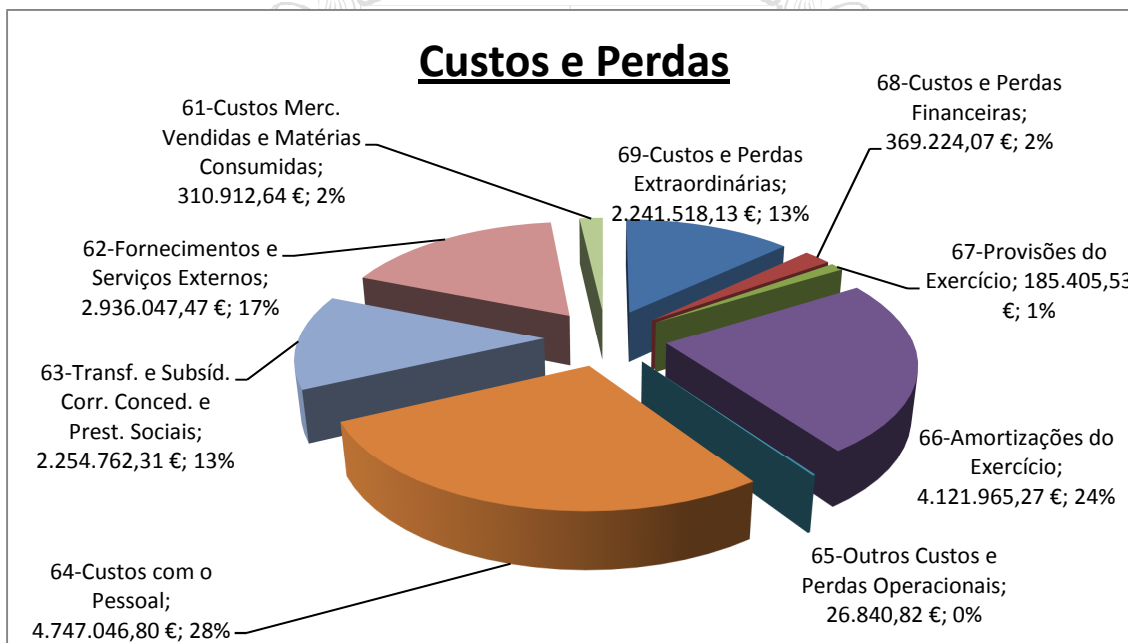


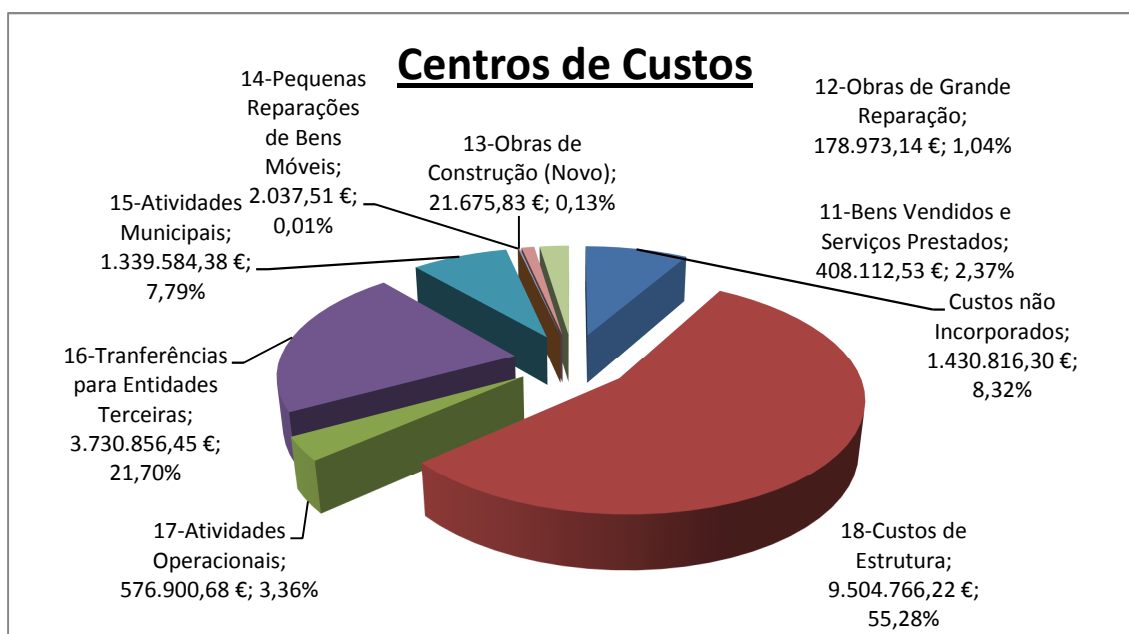
Nos dois gráficos seguintes podemos analisar em pormenor a desagregação das diversas contas da classe “custos e perdas”, bem como a desagregação das diversas rubricas de contabilidade de custos.

Da análise dos custos e perdas podemos verificar que a maior parte da despesa vai para os custos com o pessoal (4.747.046,80€), o que corresponde a 28% dos custos.

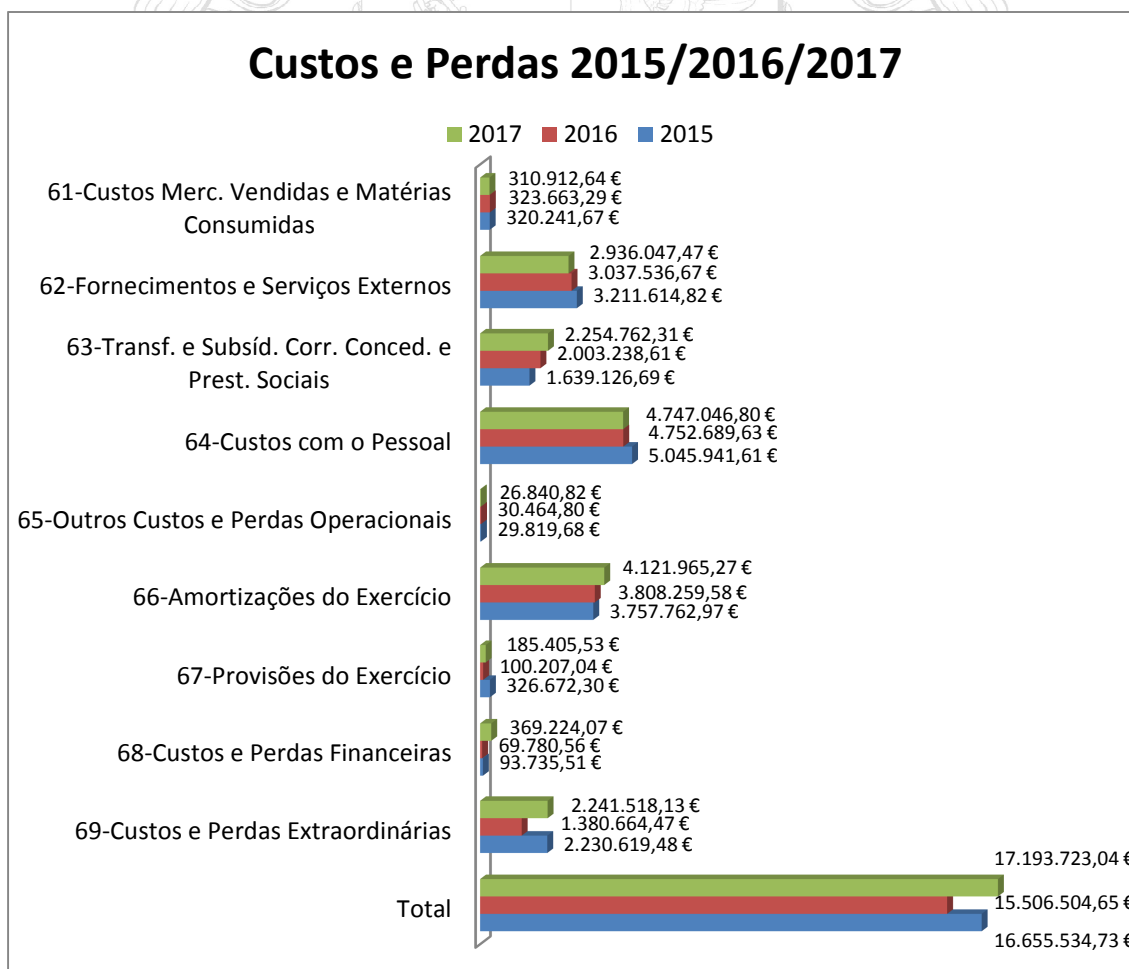
Da análise dos centros de custos verificamos que o maior parte dos custos vão para os custos de estrutura (9.504.766,22€), o que corresponde a 55,28% dos custos.

Este facto mostra os dois conceitos, o da Contabilidade Patrimonial e o da Contabilidade Analítica. No primeiro caso são registados os custos com o pessoal, no segundo caso temos os custos com o pessoal associados aos custos das estruturas, bem como distribuídos pelas restantes rubricas.



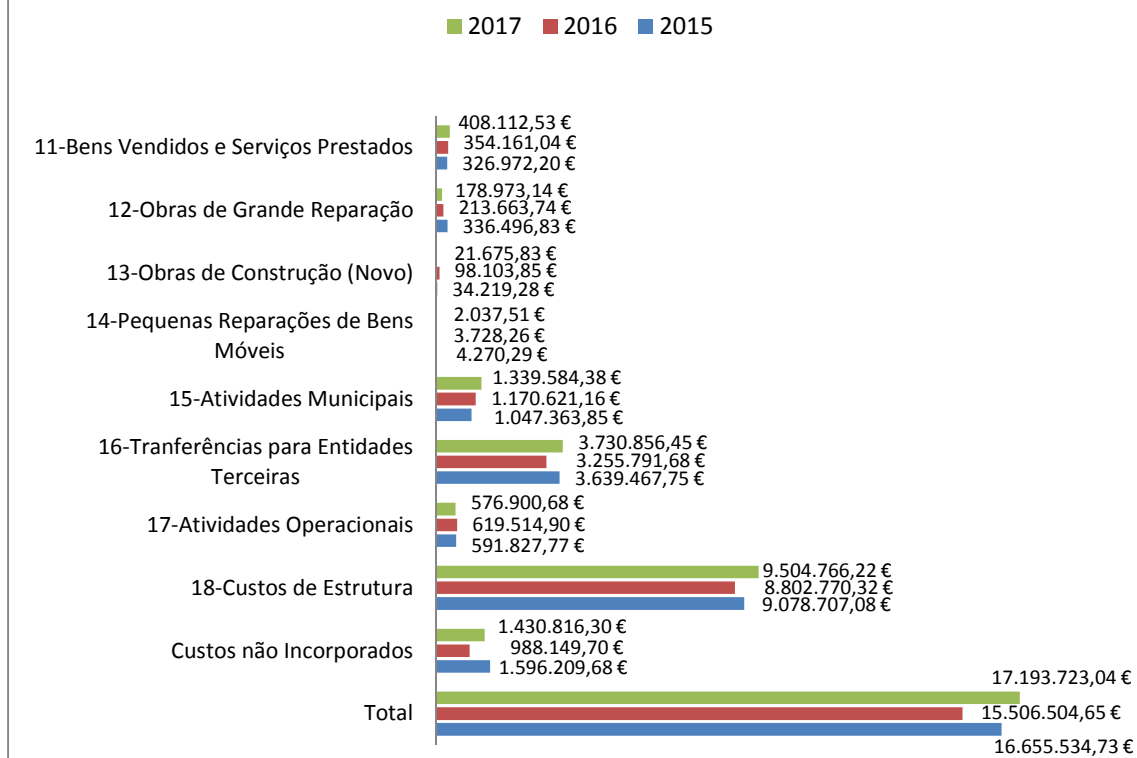


Nos dois gráficos seguintes faz-se a análise comparativa com os anos de 2015 e 2016.





Centros de Custos 2015/2016/2017



15-Atividades Municipais

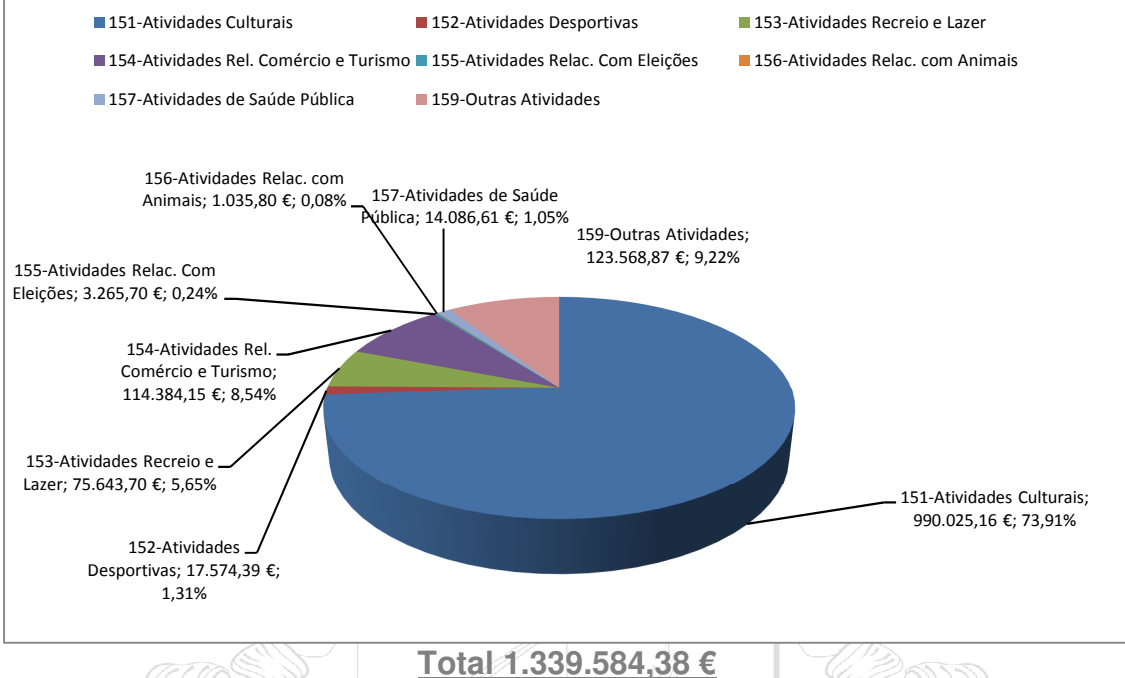
No gráfico seguinte estão distribuídos os custos com as Atividades Municipais, tais como, atividades culturais, desportivas e de lazer, promovidas no âmbito das atribuições do Município.

De notar que as atividades desportivas, neste gráfico representam uma percentagem reduzida uma vez que os custos inerentes a esta rubrica estão imputados às diversas estruturas desportivas.

Estão incluídos, neste gráfico, os custos com as Sanjoaninas (atividades culturais) e que serão analisados pormenorizadamente mais à frente.



15-Atividades Municipais

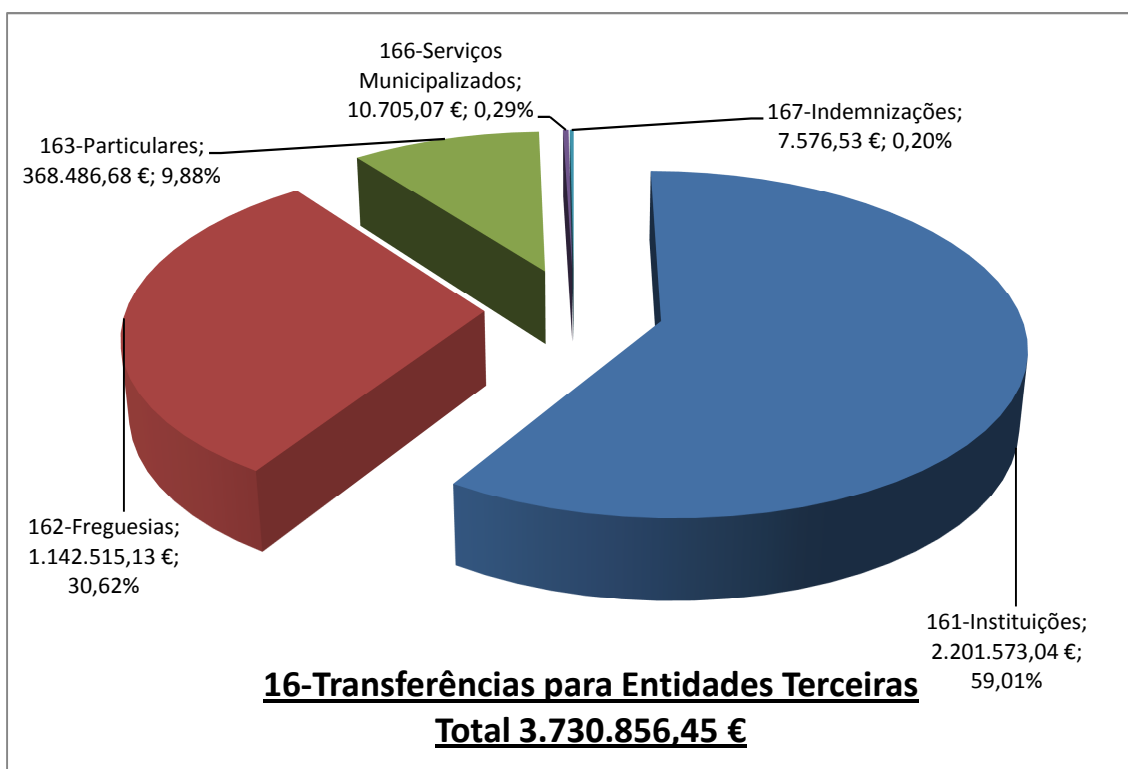


16-Transferências para Entidades Terceiras

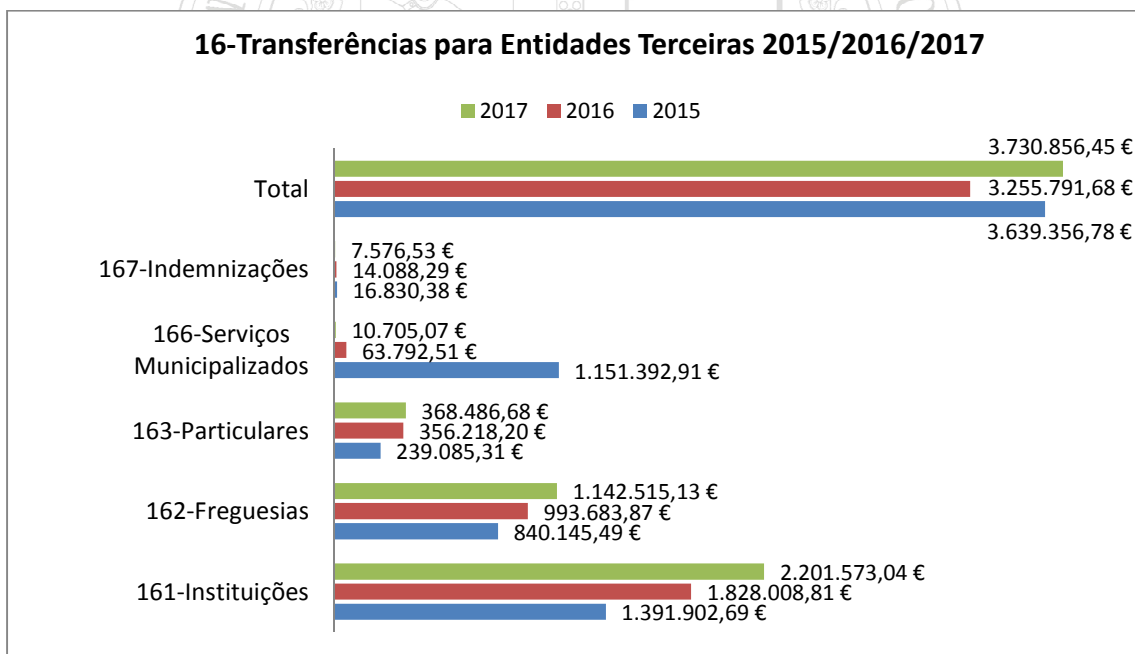
Como podemos verificar no gráfico seguinte as Transferências para Entidades Terceiras estão desagregadas por Instituições, Freguesias e outras Entidades. As Transferências para Instituições representam os subsídios e transferências atribuídos a Entidades Particulares Sem Fins Lucrativos, tais como Clubes Desportivos e outras Entidades.

A Transferências para Freguesias, representam sobretudo transferências por delegação de competências.

As restantes transferências referem-se, a Particulares, Serviços Municipalizados e Indemnizações.



No gráfico seguinte é feita a análise comparativa das Transferências para Entidades Terceiras relativamente ao ano de 2015 e 2016.

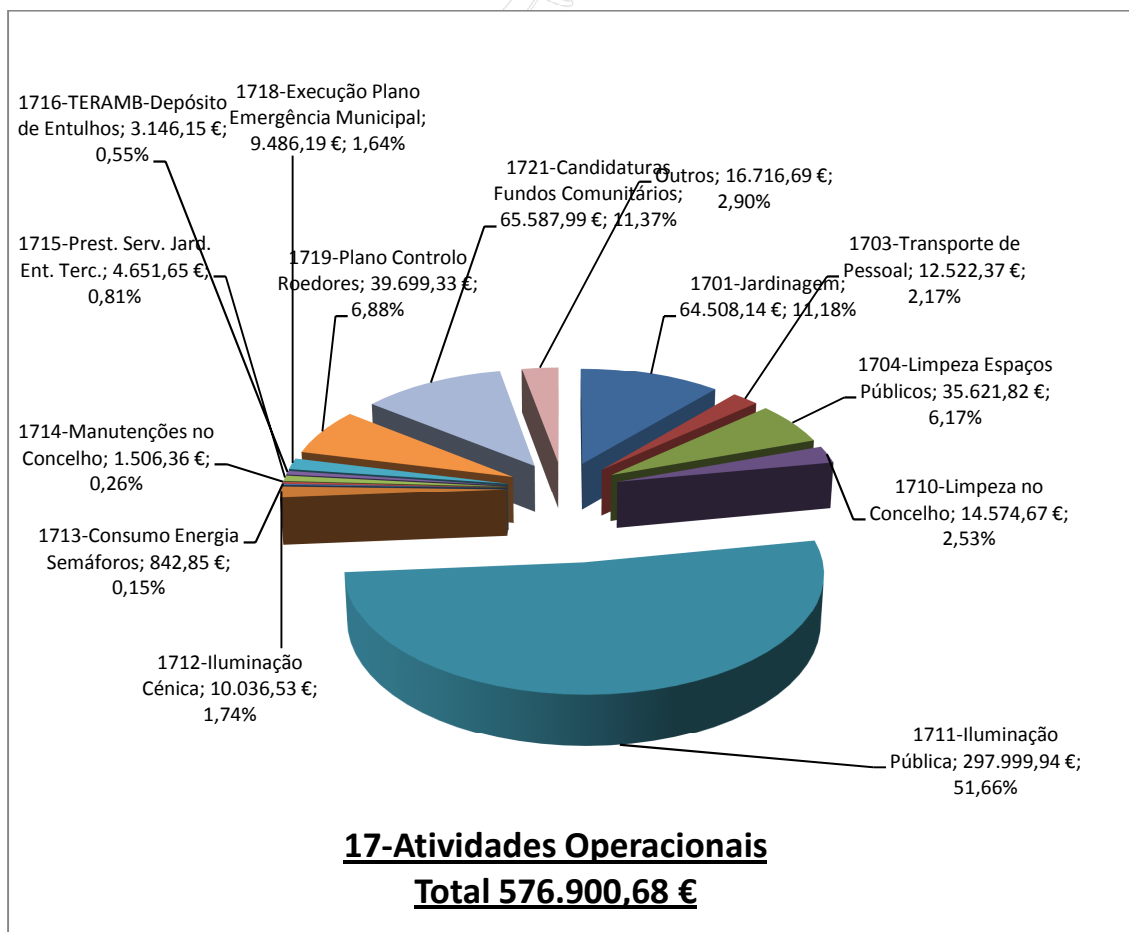




17-Atividades Operacionais

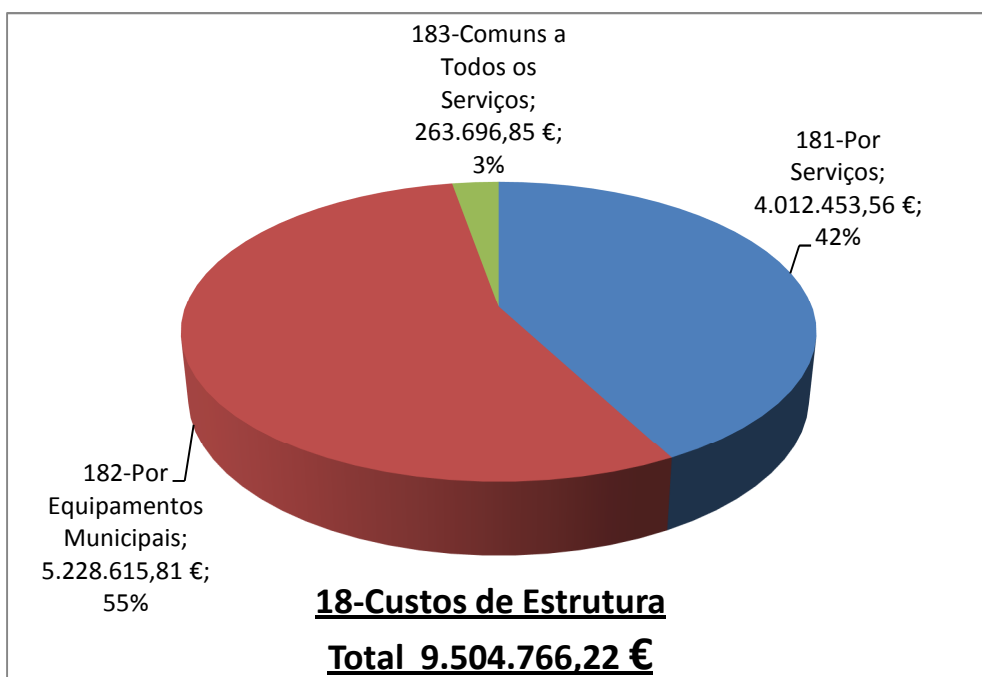
As Atividades Operacionais, representadas no gráfico seguinte, destinam-se à imputação dos custos das atividades de suporte, inerentes às atividades operacionais do Município.

De notar que nesta rubrica, os custos com a iluminação pública representam 51,66% do total dos custos e serão analisados em pormenor mais à frente.



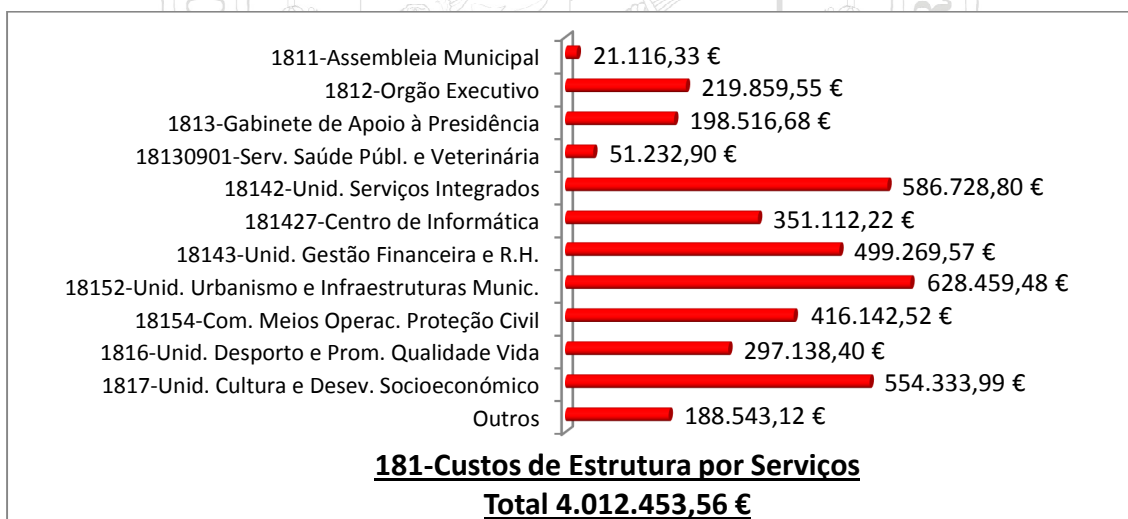
18-Custos de Estrutura

Estes custos encontram-se desagregados em três grandezas (gráfico seguinte), por Serviços, por Equipamentos Municipais e Comuns a Todos os Serviços e serão desagregados nos outros gráficos seguintes.



181-Custos de Estrutura por Serviços

Este gráfico desagrega as diversas Unidades Orgânicas do Município. Relativamente ao Comando de Meios Operacionais e Proteção Civil, não estão incluídos nestes custos os que são imputados às Infra-Estruturas Municipais, bem como, à Unidade de Desporto e Promoção da Qualidade de Vida e Unidade de Cultura e Desenvolvimento Socioeconómico.

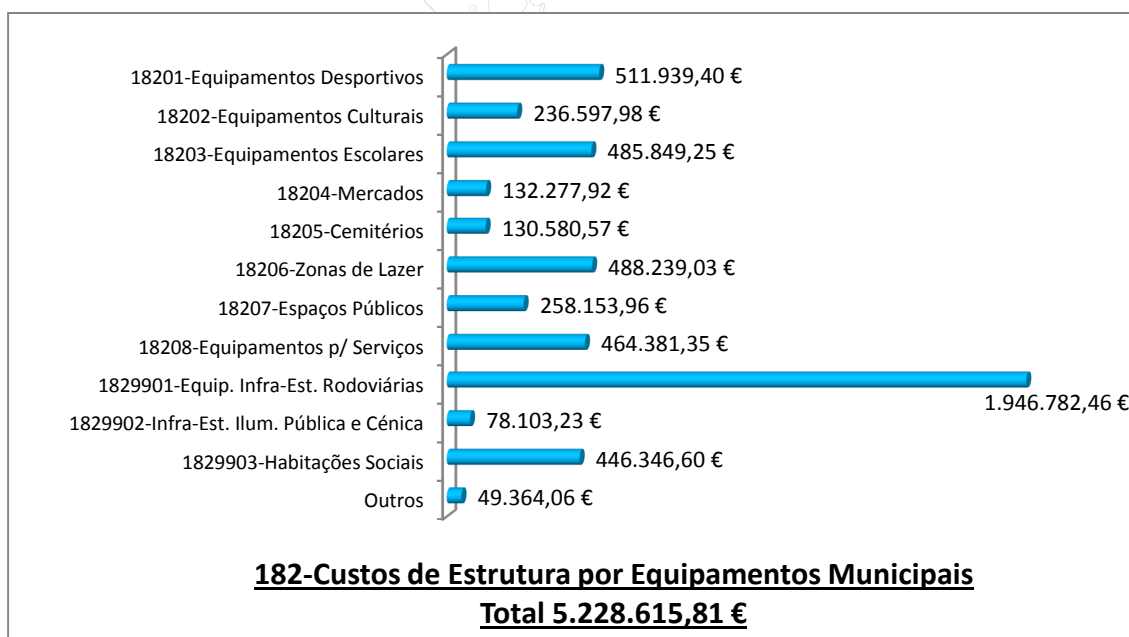




182-Custos de Estrutura por Equipamentos Municipais

O gráfico seguinte é distribuído em função dos vários Equipamentos Municipais, tais como, escolas, espaços públicos, zonas de lazer, pavilhões e parques desportivos e outros edifícios.

Os Equipamentos e Infra-Estruturas Municipais que representam o maior valor neste gráfico, bem como outros equipamentos, serão desagregados em outros gráficos seguintes.



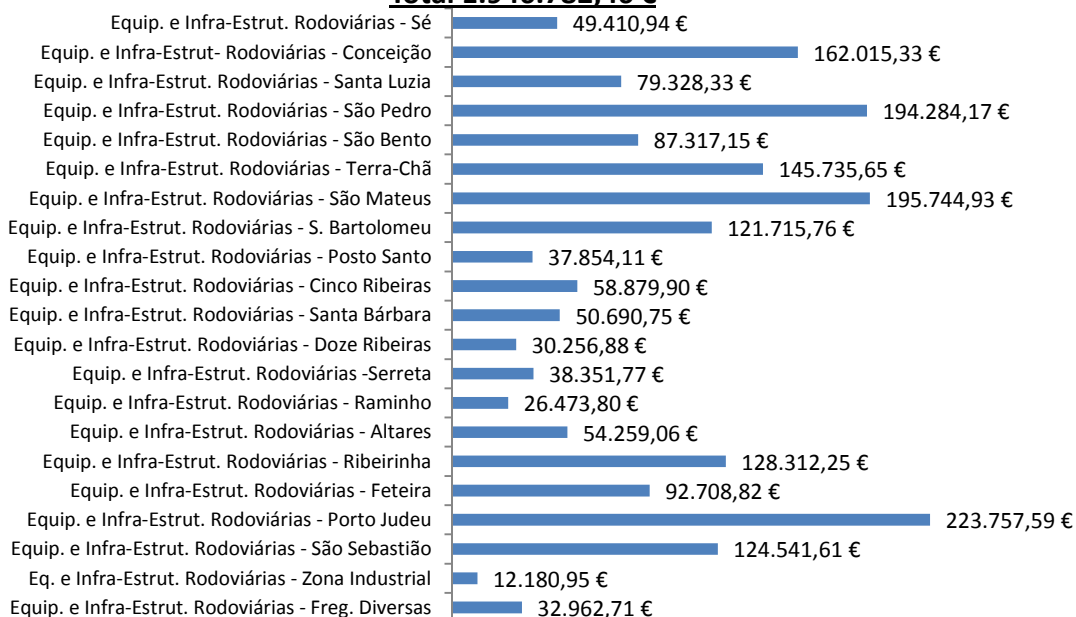
1829901-Equipamentos e Infra-Estruturas Rodoviárias

Neste gráfico os diversos equipamentos e infra-estruturas rodoviárias estão desagregados por freguesias e outras zonas.



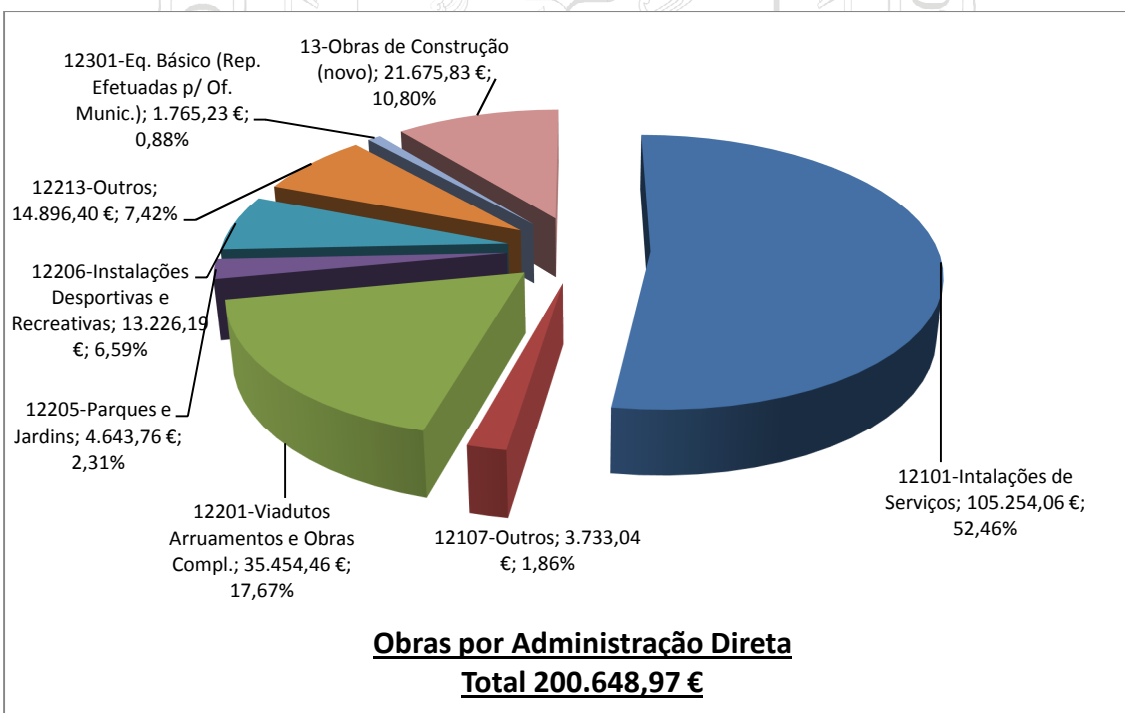
1829901-Equipamentos e Infra-Estruturas Rodoviárias

Total 1.946.782,46 €



12-13-Obras por Administração Direta

Nesta rubrica estão imputados os custos com as grandes reparações do património municipal efetuadas por administração direta e cujo valor foi adicionado ao património do Município. No gráfico seguinte os valores foram agrupados em diversas rubricas.



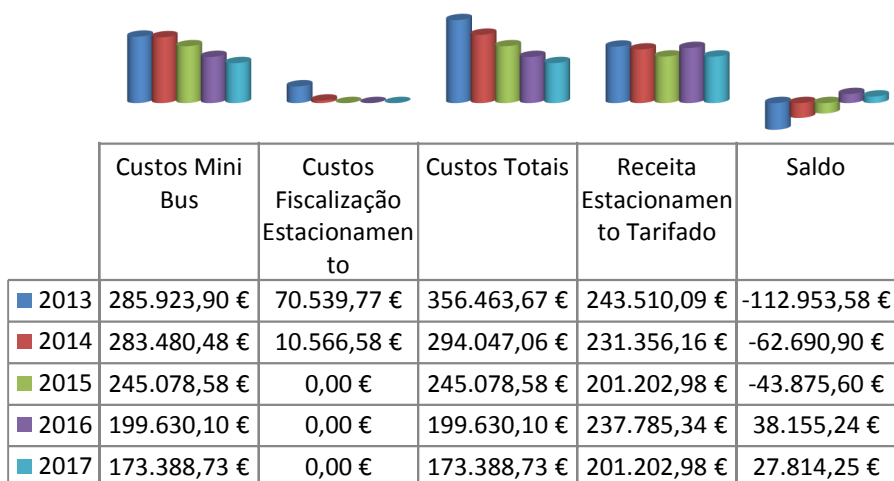


Transportes Públicos Inter-Parques

Neste gráfico, faz-se a análise dos custos com os transportes inter-parques e custos de fiscalização de estacionamento em comparação com as receitas dos anos anteriores com o ano analisado.

Relativamente ao ano de 2014 os custos de fiscalização do estacionamento tarifado foram menores que no ano anterior, uma vez que esta passou a ser efetuada pela empresa concecionada a partir do terceiro trimestre, bem como em 2015, 2016 e 2017.

Transportes Públicos Inter-Parques

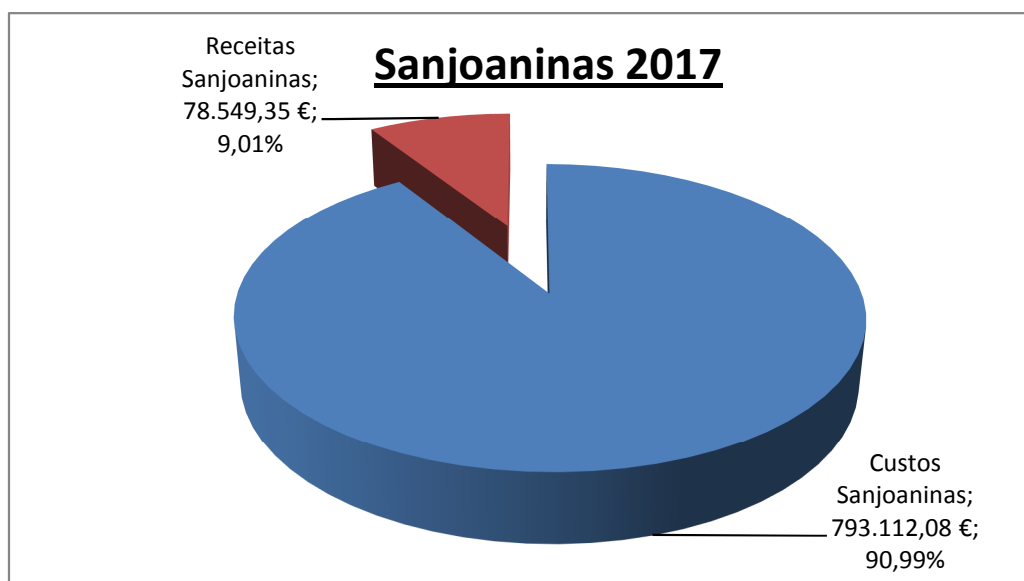


Sanjoaninas 2017

Nos gráficos seguintes são analisadas as receitas e os custos relativos às Sanjoaninas 2017.

No primeiro gráfico estão mencionados os custos e as receitas totais.

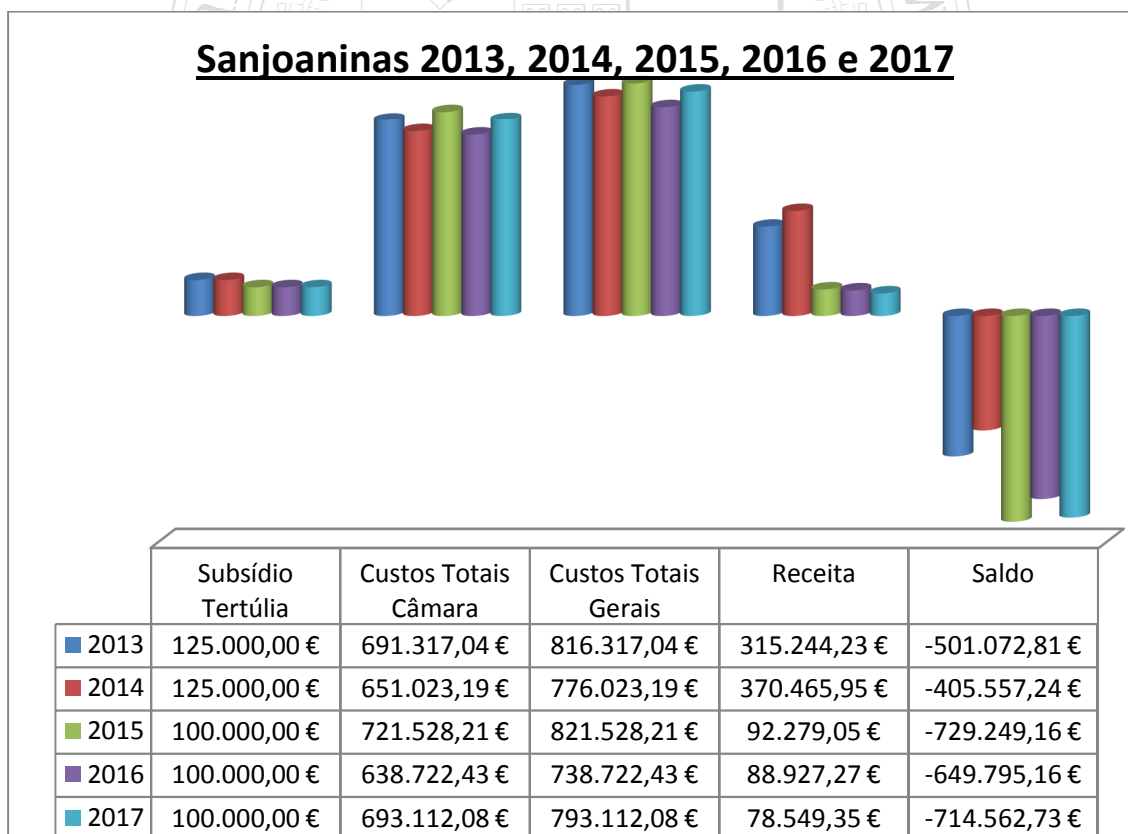
Relativamente à rubrica de custos, estão aqui incluídos também a mão-de-obra direta dos funcionários afetos à autarquia, viaturas e materiais do armazém, amortizações do equipamento, além de aquisições e serviços externos. Também está aqui incluído o subsídio à Tertúlia Tauromáquica Terceirense no valor de 100.000,00€.



Neste segundo gráfico é feita a análise dos custos e das receitas comparativamente aos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.

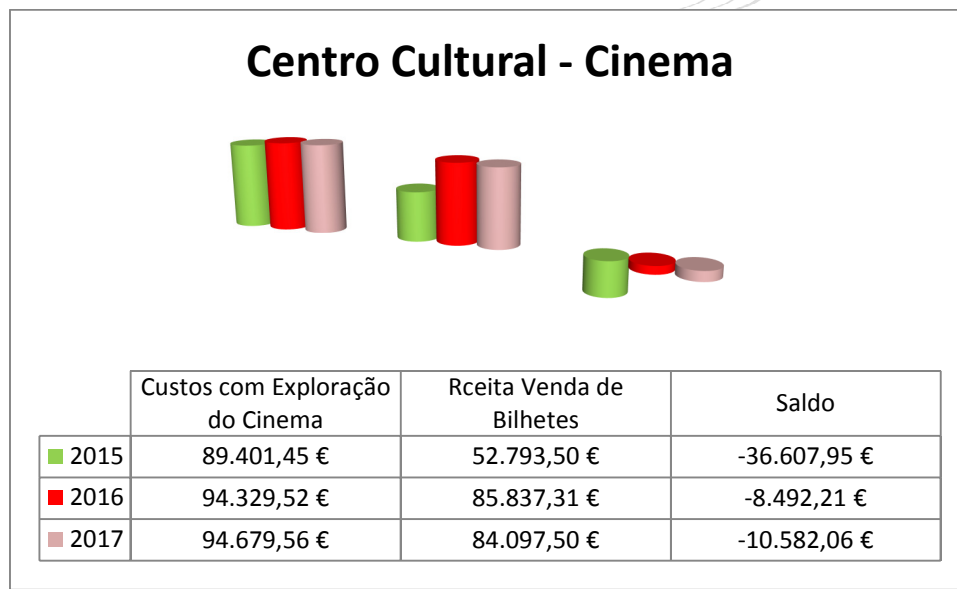
Os custos totais gerais são o somatório do subsídio à Tertúlia Tauromáquica Terceirense com os custos totais da Câmara Municipal.

O resultado final foi obtido subtraindo os Custos Totais Gerais das Receitas Totais.



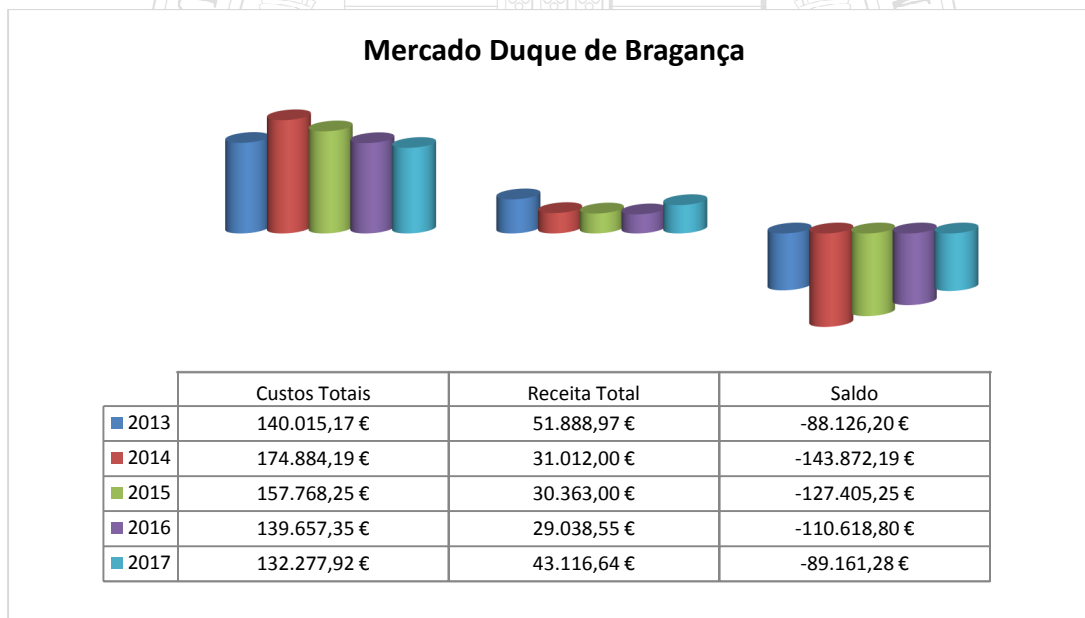
Centro Cultural – Cinema

No gráfico seguinte é feita a análise dos custos de exploração do Cinema em comparação com a receita e em comparação com 2015 e 2016.



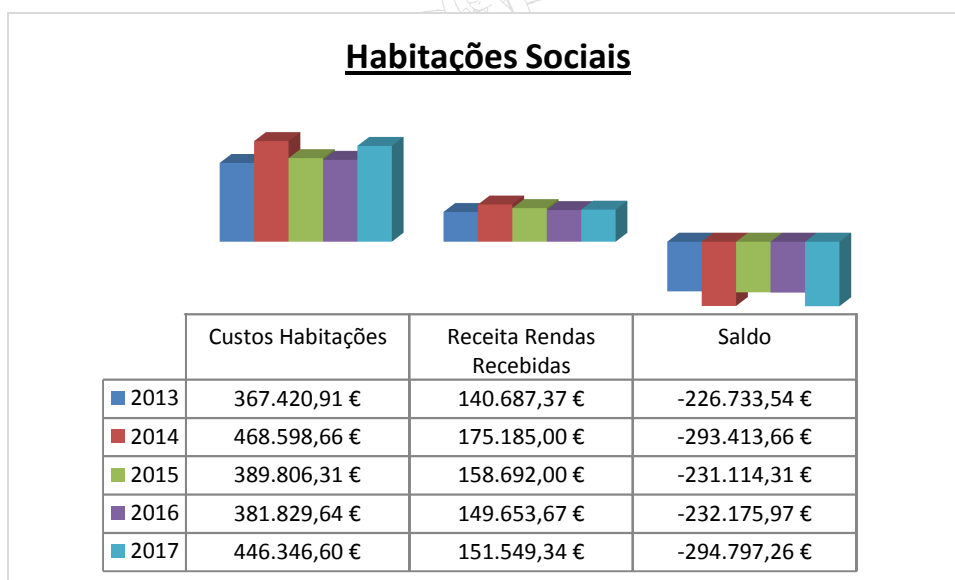
Mercado Duque de Bragança

Neste gráfico é analisada a relação entre os custos e as receitas do Mercado Duque de Bragança, comparando com 2013, 2014, 2015 e 2016.



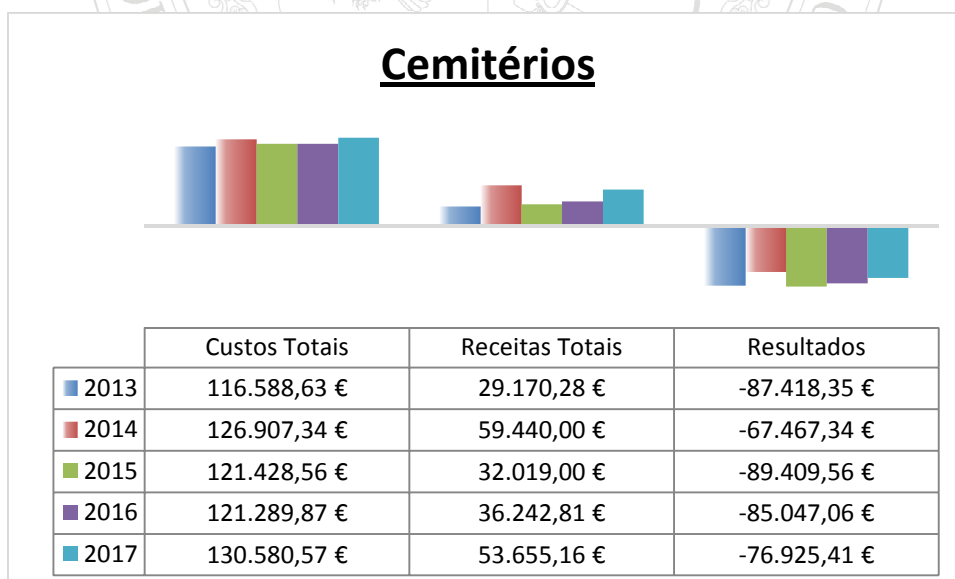
Habitações Sociais

O gráfico seguinte apresenta os custos e receitas com as Habitações Sociais, comparativamente com 2013, 2014, 2015 e 2016. Nestes custos estão incluídas as amortizações dos edifícios.



Cemitérios

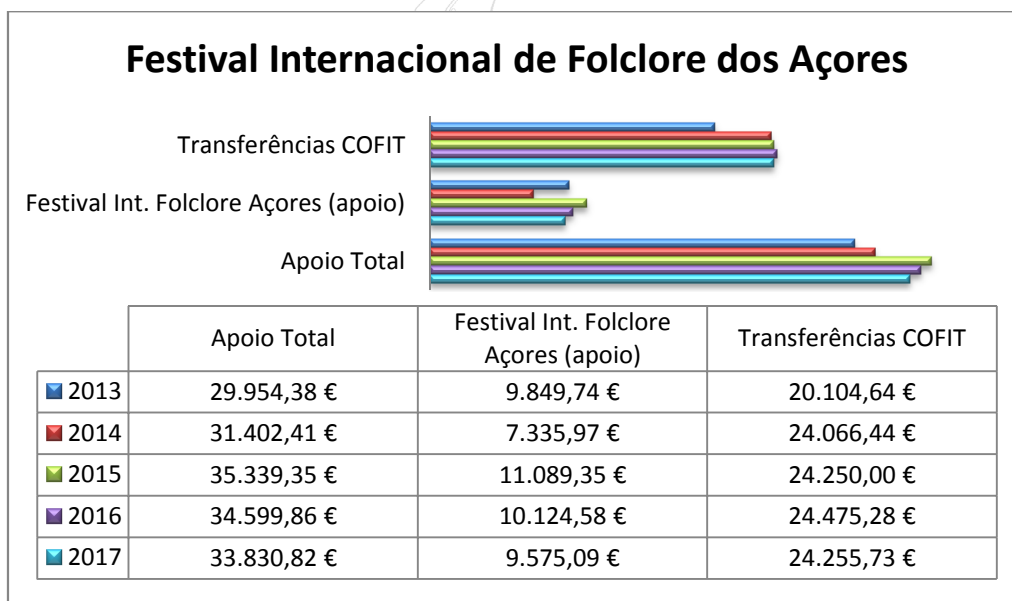
O gráfico seguinte faz a comparação dos custos totais dos cemitérios de 2013, 2014, 2015 e 2016 para 2017, das receitas totais de 2013, 2014, 2015 e 2016 para 2017 e respetivos resultados, que foram obtidos pela diferença entre as receitas e os custos.





Festival internacional de Folclore dos Açores

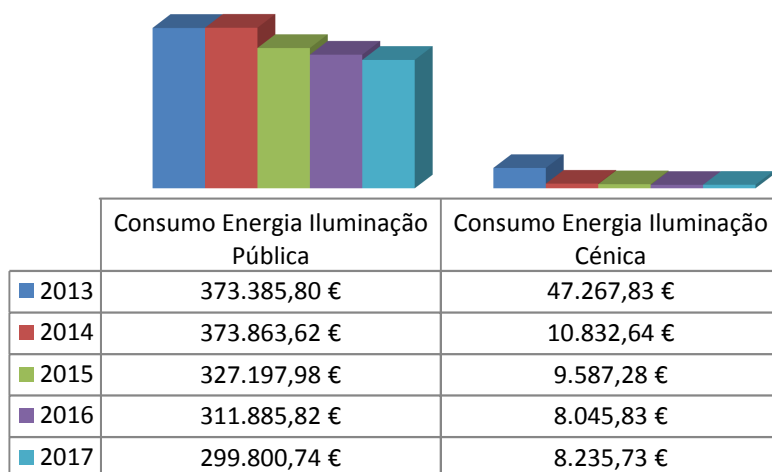
Nesta rubrica é feita a análise (gráfico seguinte), comparativamente a 2013, 2014, 2015 e 2016, do apoio dado ao *Cofit* para a realização do Festival Internacional de Folclore dos Açores. Este apoio compreende transferências em valor e apoio logístico de montagem de equipamento em mão-de-obra e viaturas, bem como materiais.



Iluminação Pública e Cénica

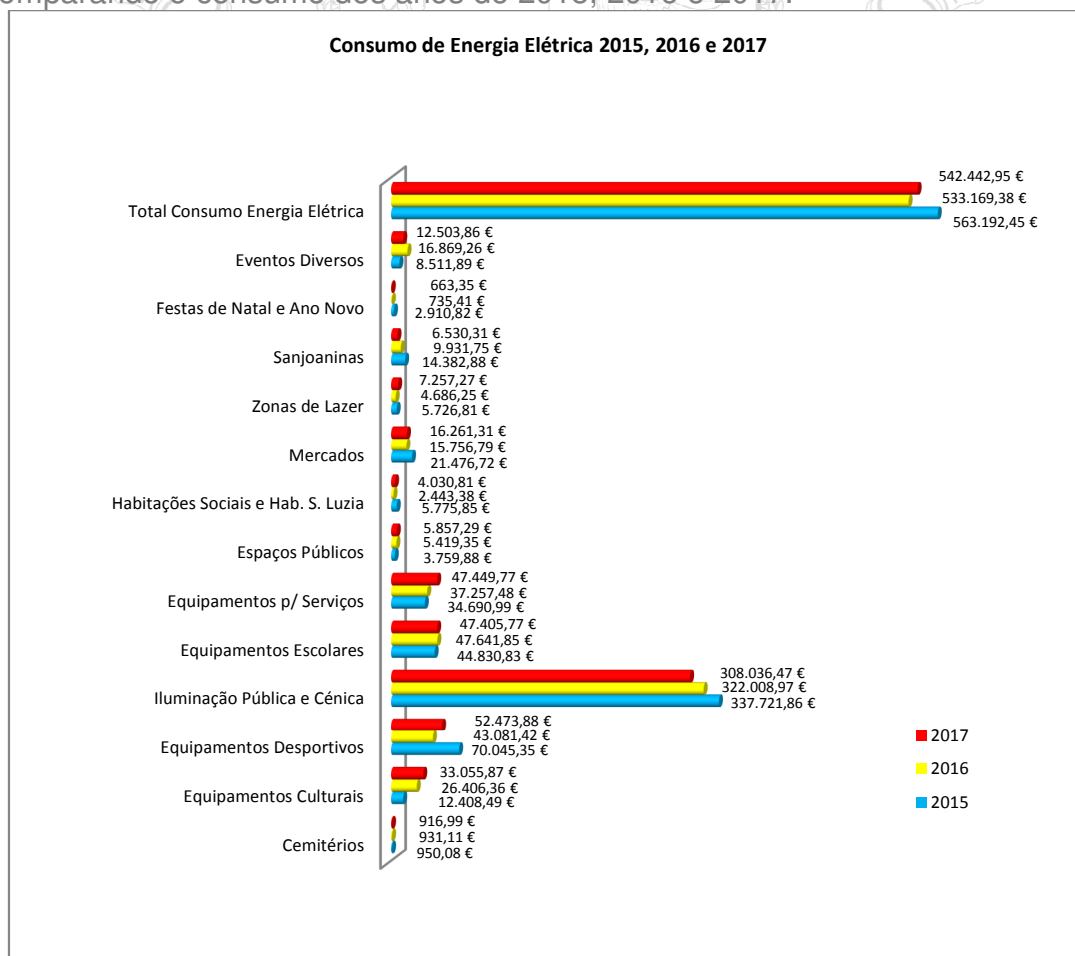
O gráfico seguinte faz a comparação entre os consumos de energia elétrica de Iluminação Pública e Iluminação Cénica de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. De notar que existem sucessivas poupanças de consumo de energia elétrica a partir de 2014.

Iluminação Pública e Cénica



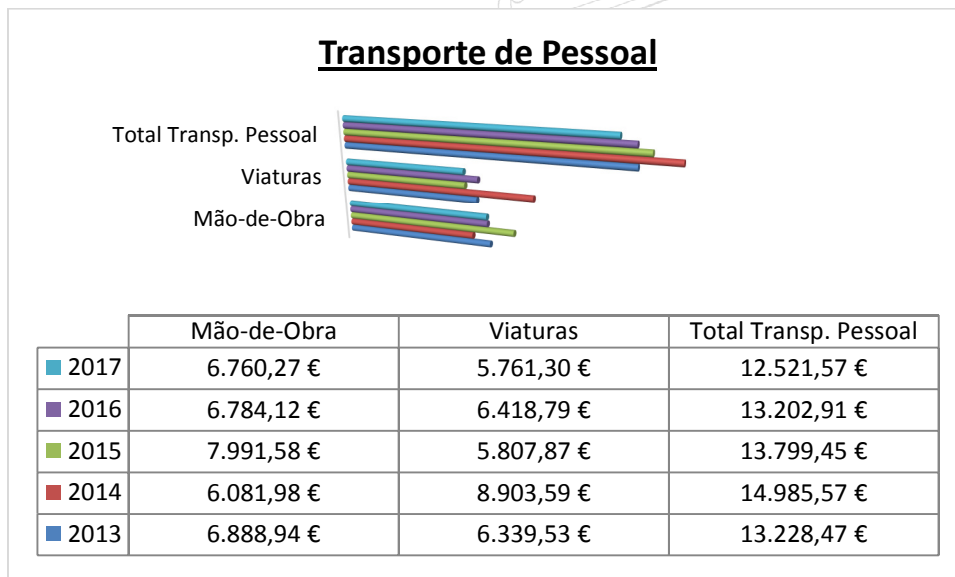
Consumo de Energia Elétrica dos Equipamentos Municipais

O gráfico seguinte representa a desagregação, do consumo total de energia elétrica consumida pelo Município, pelos diversos equipamentos e eventos, comparando o consumo dos anos de 2015, 2016 e 2017.



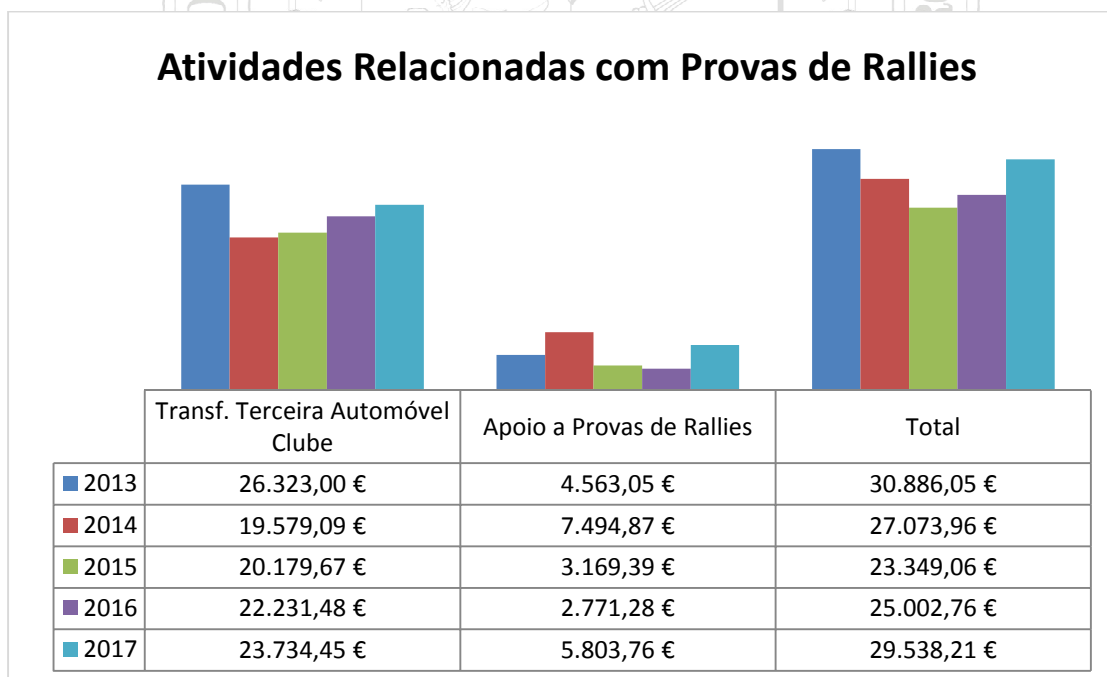
Transporte de Pessoal

No gráfico seguinte é feita a comparação dos custos com o transporte dos trabalhadores da autarquia, relativamente aos anos anteriores.



Atividades Relacionadas com Provas de Rallies

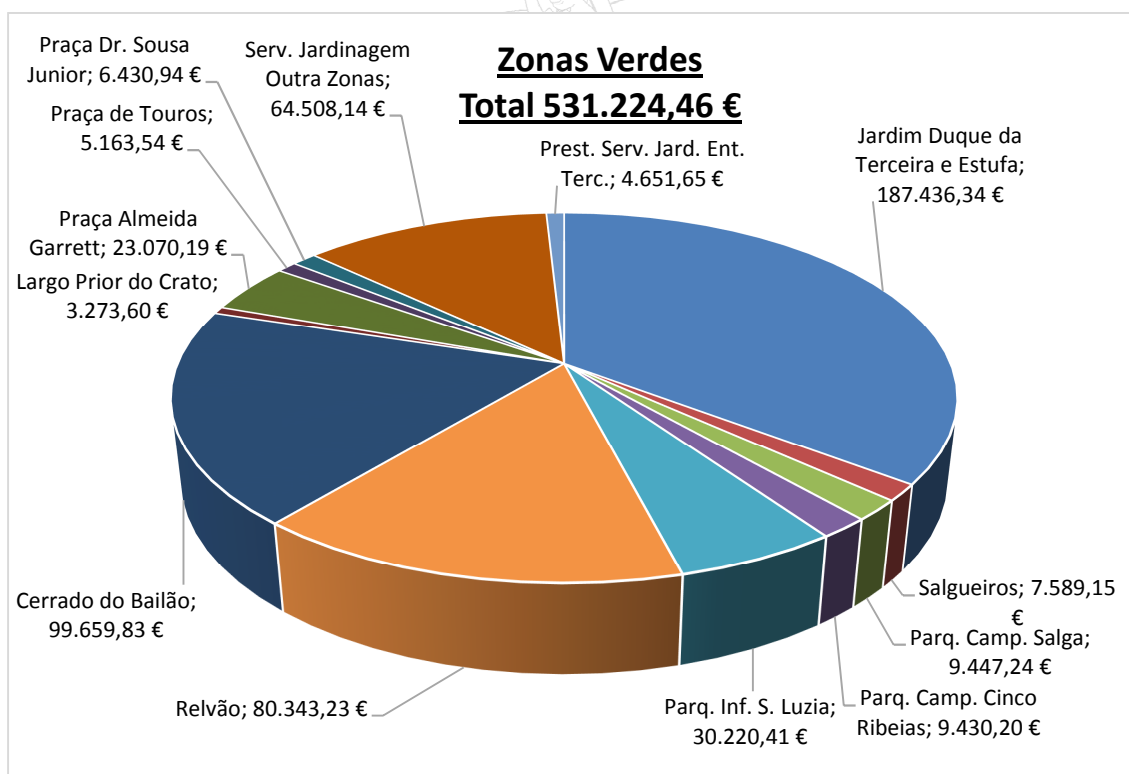
De seguida é feita a uma análise comparativa dos apoios dados pela autarquia a provas de rallies. A rubrica “apoio”, refere-se a apoio logístico em mão-de-obra, viaturas e materiais (gráfico seguinte).





Zonas verdes

No gráfico seguinte é feita uma análise dos custos afetos às zonas verdes em separado, em que se pode verificar que o Jardim Duque da Terceira alberga grande parte dos custos com um valor de 187.436,34€.

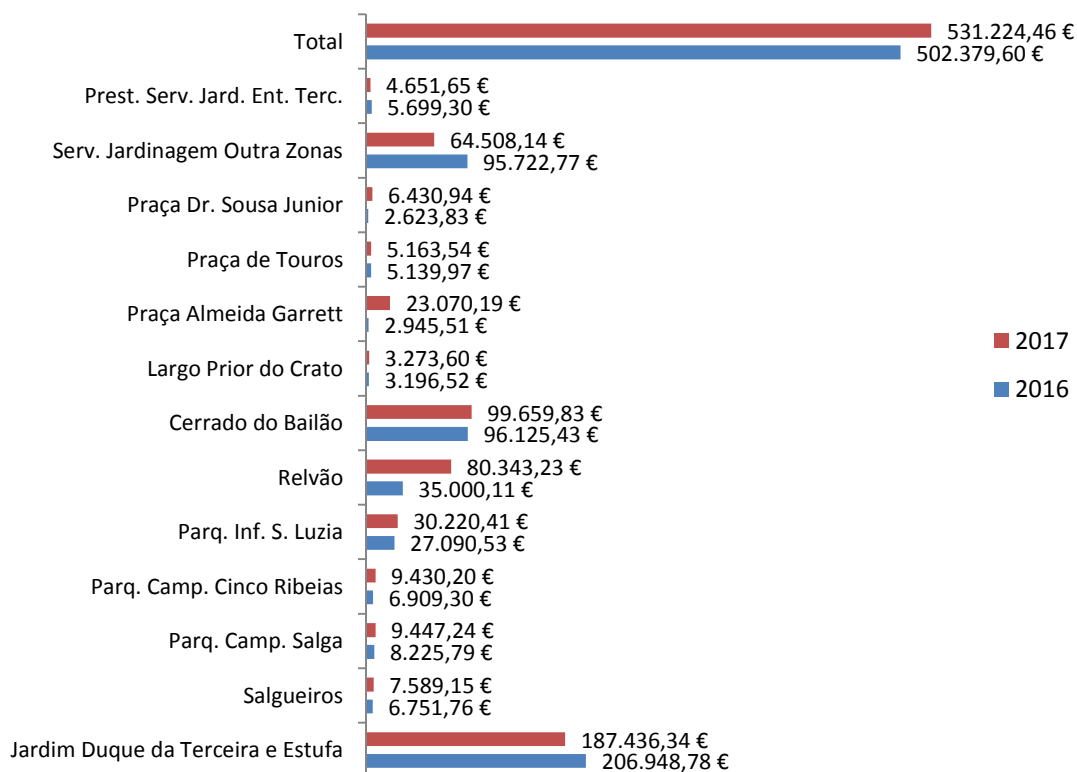


Desagregação das Zonas Verdes

No gráfico abaixo estão desagregadas as Zonas Verdes por equipamentos, comparando com 2016.

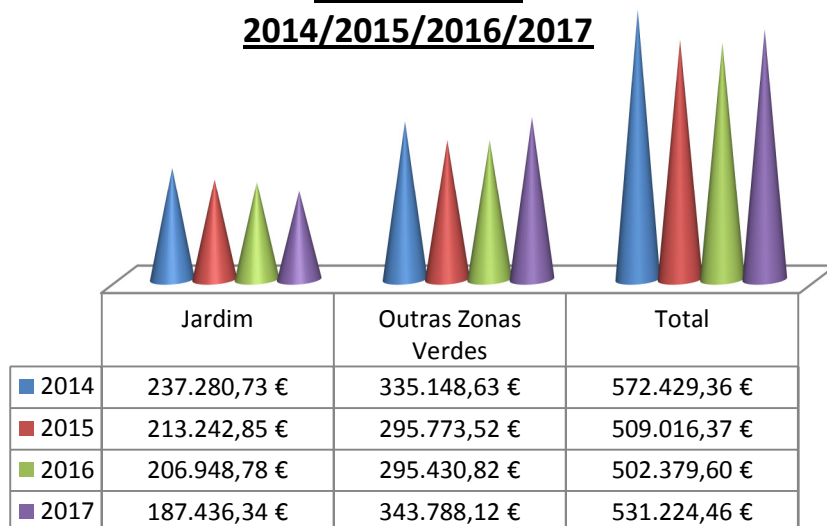


Zonas Verdes 2016 e 2017



No gráfico seguinte é feita a comparação de custos das zonas verdes relativamente a 2014, 2015, 2016 e 2017.

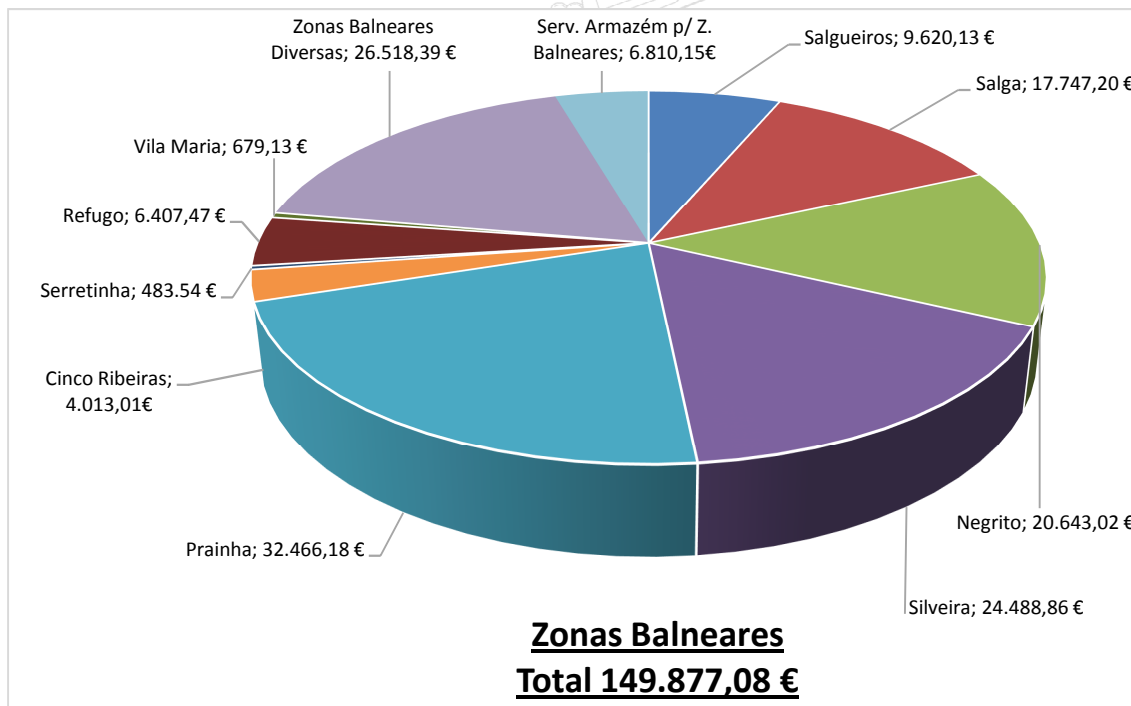
Zonas Verdes 2014/2015/2016/2017



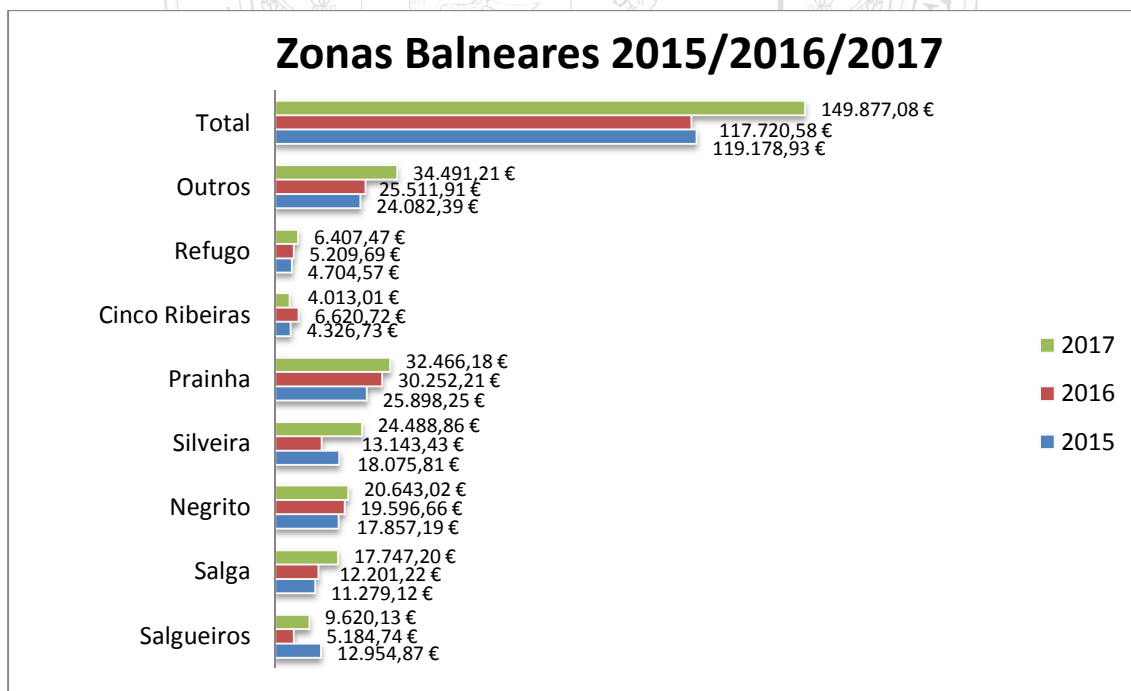


Zonas Balneares

De seguida é feita uma análise das Zonas Balneares, com um custo total de 149.877,08€. De notar que as zonas balneares do Negroito, Silveira e Prainha albergam a maior quantidade dos custos afetos a esta rubrica.



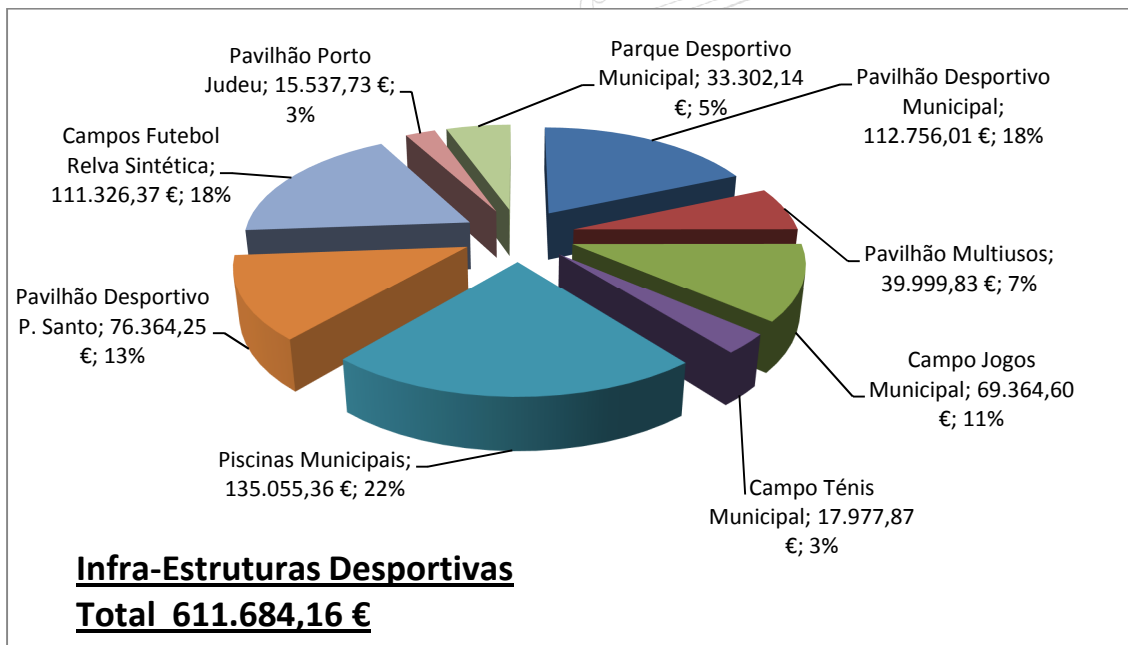
O gráfico seguinte faz a comparação de custos das Zonas Balneares relativamente a 2015 e 2016.



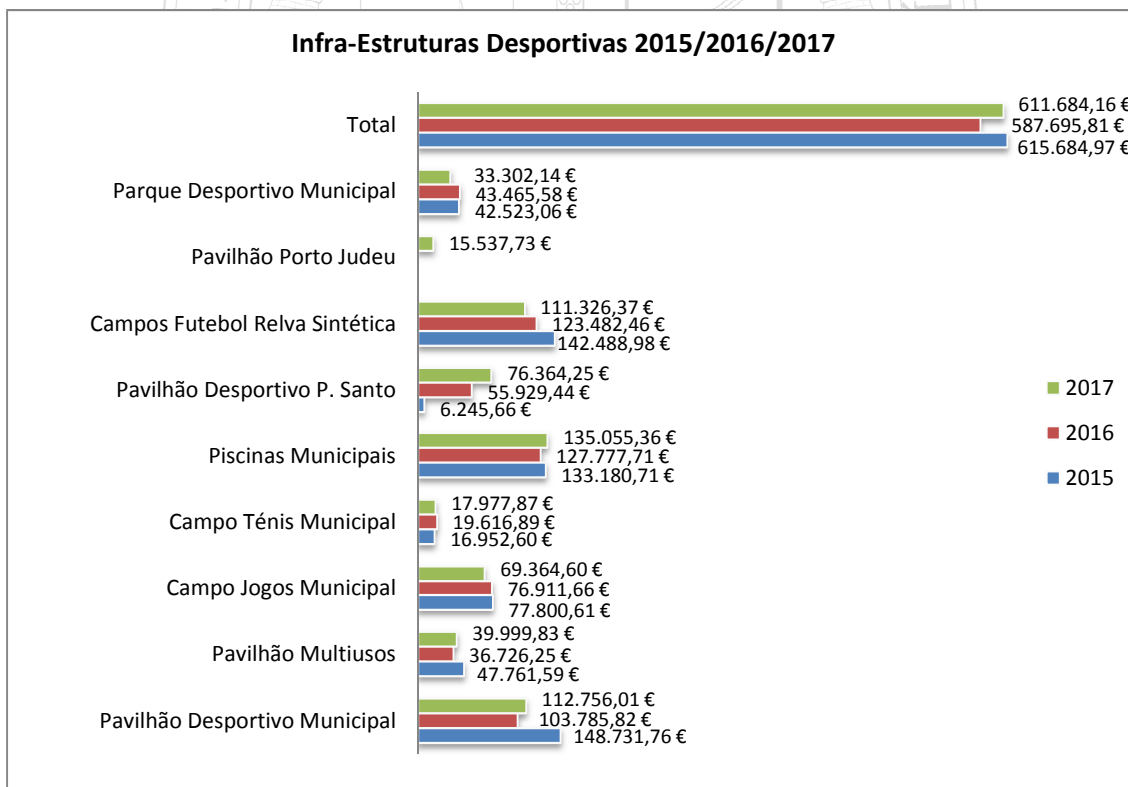


Infra-Estruturas Desportivas

O gráfico seguinte faz uma análise individual das diversas infra-estruturas desportivas municipais, com um custo global de 611.684,16€.



Em seguida são analisados os custos das Infra-Estruturas Desportivas relativamente a 2015 e 2016.





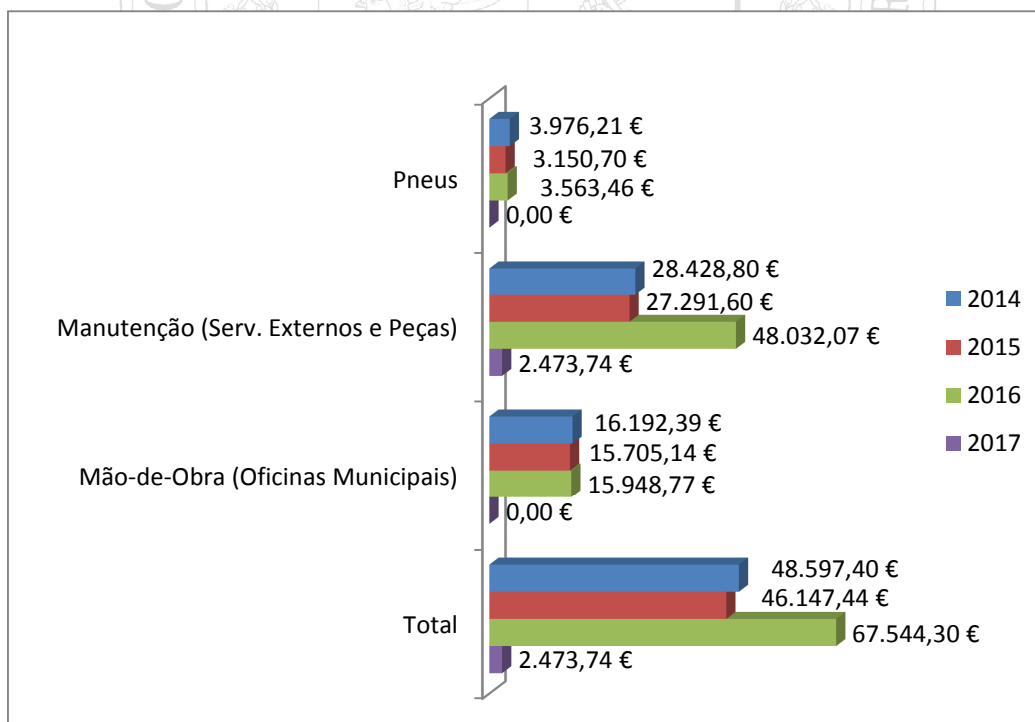
Custos Manutenção Máquinas e viaturas

No gráfico abaixo é feita uma análise dos custos de manutenção com as máquinas e viaturas da Câmara Municipal. De notar que os custos com combustíveis, amortizações e seguros não são considerados nesta análise, por não serem custos de manutenção.

No ano de 2016 a gestão da manutenção da frota automóvel e máquinas ficou a cargo dos SMAH, sendo-nos faturado posteriormente os respetivos custos. Foi-nos faturado os serviços e fornecimentos externos, não tendo no entanto sido faturado a mão-de-obra do mecânico afeto às nossas oficinas.

Em virtude da mão-de-obra do mecânico representar um custo para a Autarquia, logo um custo imputável às máquinas e viaturas, considerou-se como custo de mão-de-obra o custo médio ponderado dos últimos dois anos.

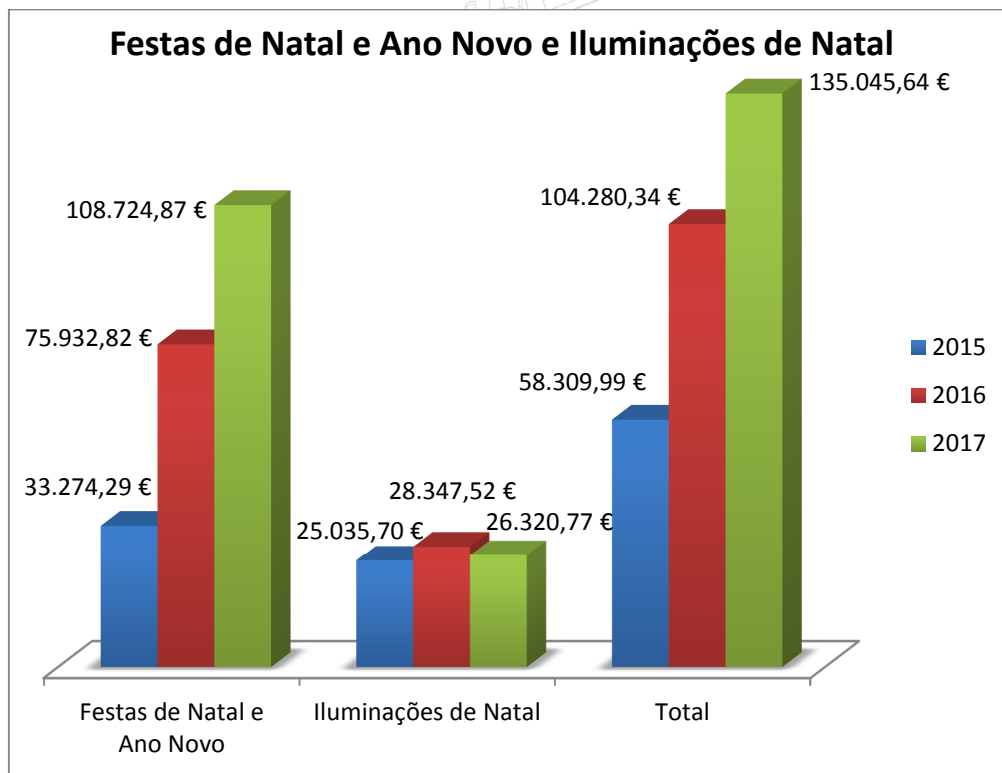
No ano de 2017 a gestão da manutenção das máquinas e viaturas continuou a cargo dos SMAH, não nos tendo sido faturado quaisquer fornecimentos e serviços externos ou mão-de-obra, tendo os SMAH assumido esse custo. Por este facto e porque não conhecemos os respetivos custos, os valores de manutenção de máquinas e viaturas são residuais.





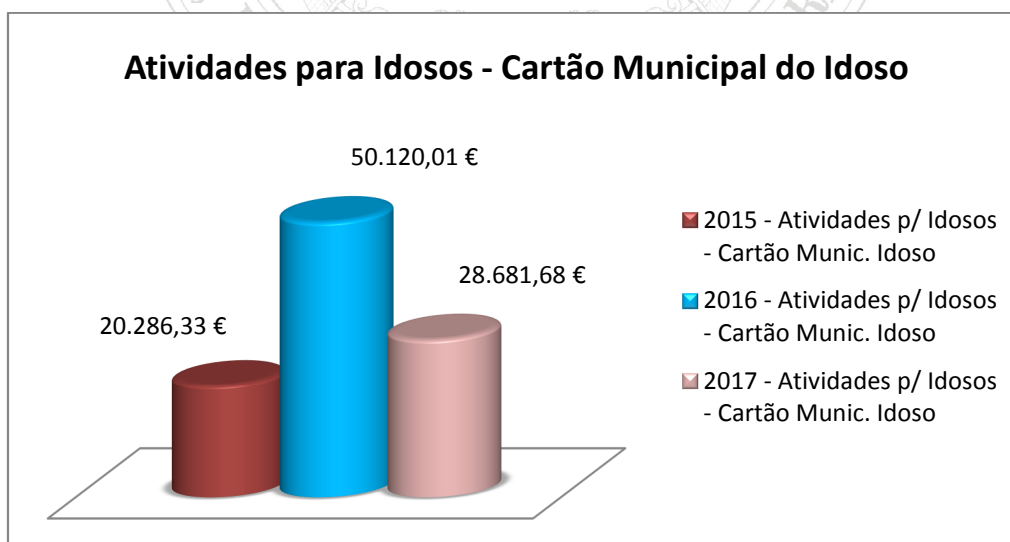
Festas de Natal e Ano Novo e Iluminações de Natal

O gráfico seguinte analisa os custos das Festas de Natal e Ano Novo e Iluminações de Natal comparativamente a 2015 e 2016.



Atividades para Idosos – Cartão Municipal do Idoso

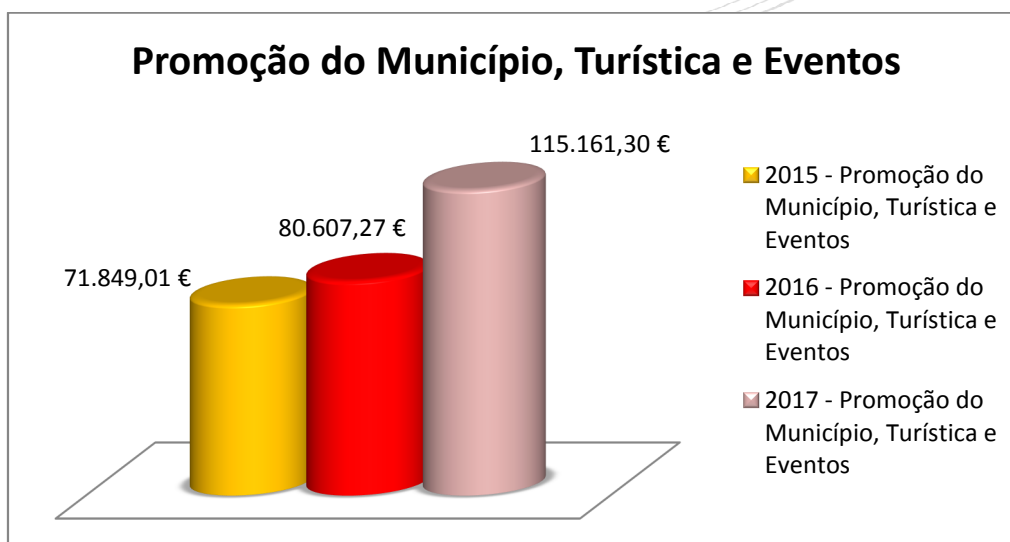
Em seguida é feita uma análise comparativa com as Atividades para Idosos – Cartão Municipal do Idoso relativamente a 2015 e 2016.





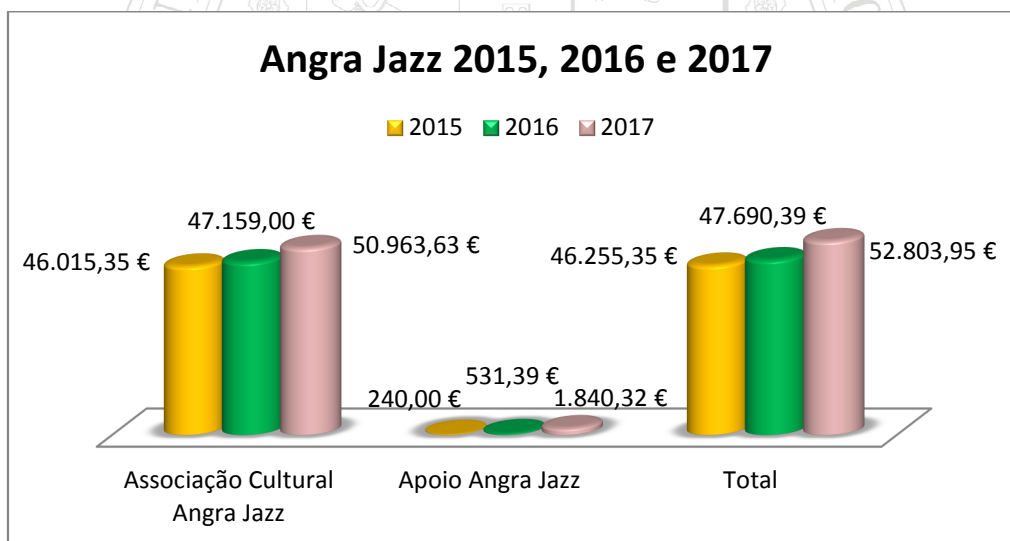
Promoção do Município, Turística e Eventos

Comparativamente a 2015 e 2016 analisa-se (gráfico seguinte), os custos com a Promoção do Município, Turística e Eventos.



Angra Jazz

De seguida é feita uma análise ao apoio ao Festival Angra Jazz relativamente a 2015 e 2016. A coluna “Apoio” diz respeito ao apoio logístico ao Festival.

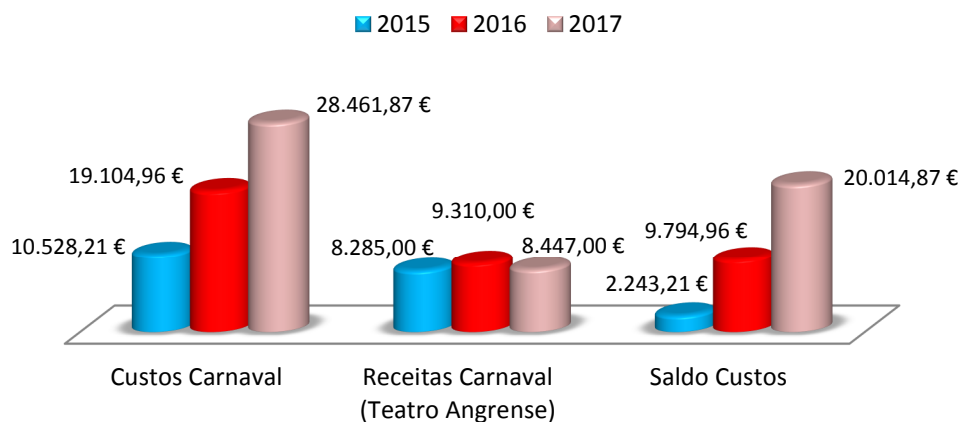


Carnaval

De seguida são analisados os custos com as atividades de Carnaval, comparativamente com 2015 e 2016. De notar que a rubrica “Custos Carnaval” inclui todos os custos com as atividades de carnaval, incluindo as atividades de rua.



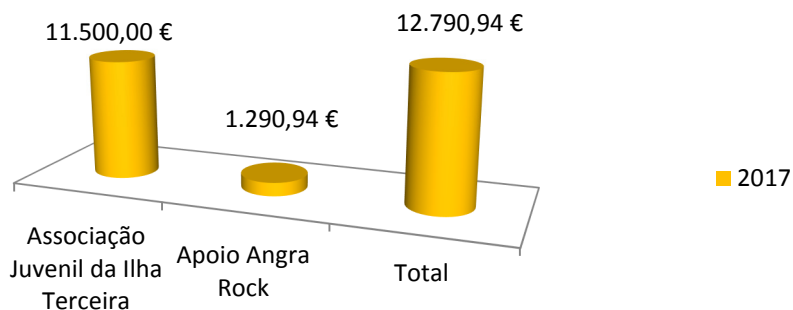
Carnaval 2015, 2016 e 2017



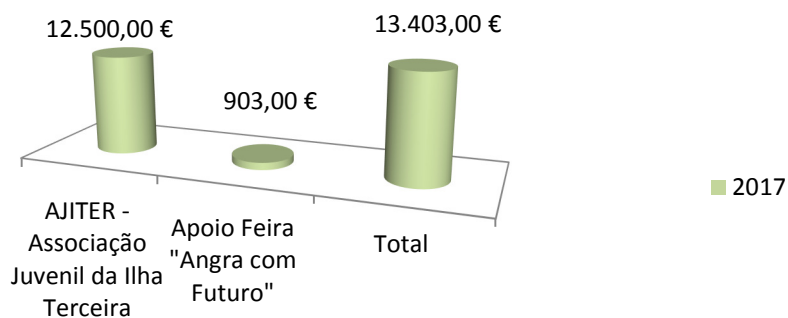
Apoio a Atividades Culturais e Recreativas

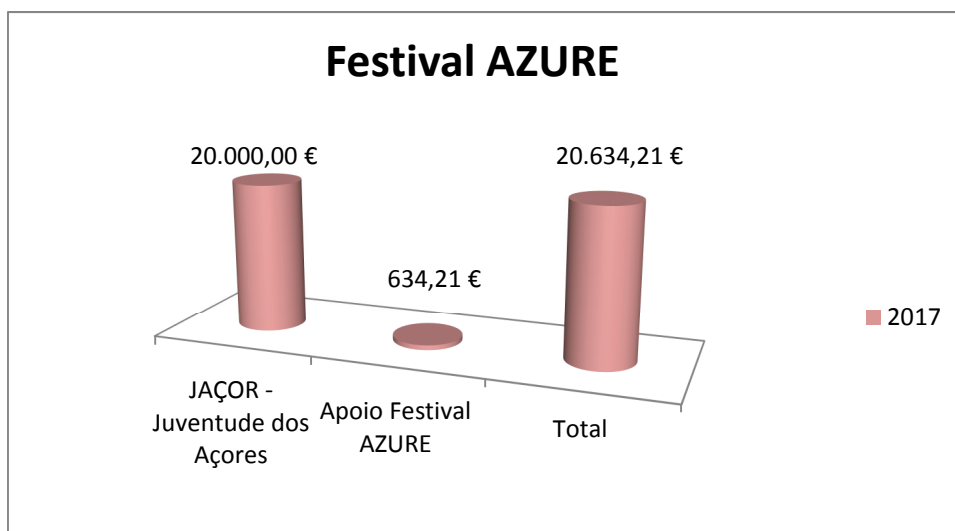
Os gráficos seguintes desagregam alguns dos apoios concedidos a associações, com a finalidade de apoiar atividades culturais e recreativas.

Angra Rock



Feira "Angra com Futuro"

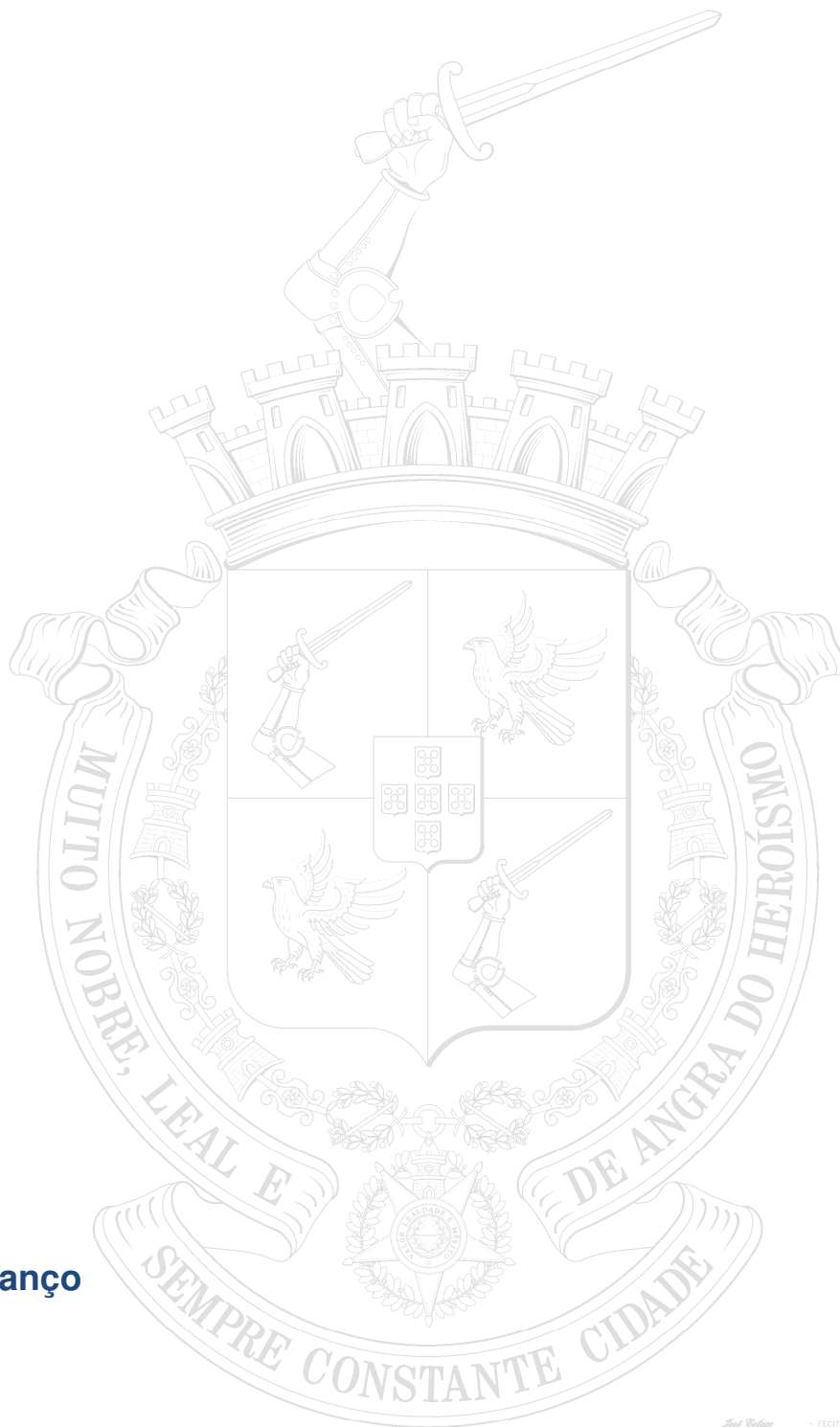




Da análise dos centros de custos atrás referidos, tentou-se em primeiro lugar fazer uma análise comparativa da contabilidade patrimonial com a contabilidade analítica.

Em seguida foi feita uma análise das todas as rubricas da contabilidade de custos, tendo-se depois desagregado estas rubricas por forma a fazer uma análise mais detalhada sobre cada uma delas.

Finalmente fez-se análises detalhadas de alguns centros de custos individualmente de modo que se possa perceber a estrutura destes, não sendo possível analisar individualmente mais centros de custos, em virtude da lista ser muito extensa.



A - Balanço

João Veloso

- FECIT-VII-MXIII



BALANÇO

ATIVO	EXERCÍCIOS			
	2017		2016	
	ATIVO BRUTO	AMORT.PROVIS.	ATIVO LIQUIDO	ATIVO LIQUIDO
IMOBILIZADO:				
Bens de domínio público				
451 Terrenos e recursos naturais	122.000,00	0,00	122.000,00	122.000,00
452 Edifícios	17.131,35	2.475,93	14.655,42	14.845,87
453 Outras construções e infra-estruturas	52.086.480,66	26.916.068,64	25.170.412,02	25.572.632,45
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	455.016,21	48.547,15	406.469,06	256.695,18
459 Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
445 Imobilizações em curso	878.684,28	0,00	878.684,28	581.061,22
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
	53.559.312,50	26.967.091,72	26.592.220,78	26.547.234,72
Imobilizações Incorpóreas:				
431 Despesas de Instalação	6.454,78	6.454,78	0,00	0,00
432 Desp.Investig.e Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
433 Prop.Indust. e Outros Direitos	1.196.371,64	1.050.243,28	146.128,36	538.024,33
443 Imobilizações em Curso	20.237,00	0,00	20.237,00	106.579,02
449 Adiant.P/Conta Imob.Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.223.063,42	1.056.698,06	166.365,36	644.603,35
Imobilizações Corpóreas:				
421 Terrenos e Recursos Naturais	23.643.870,34	5.960,78	23.637.909,56	24.398.233,62
422 Edifícios e Outras Construções	84.467.920,58	17.331.526,26	67.136.394,32	64.209.318,42
423 Equipamento Básico	4.932.743,55	3.277.990,14	1.654.753,41	1.170.839,73
424 Equipamento de Transporte	1.025.309,34	611.391,73	413.917,61	308.564,73
425 Ferramentas e Utensílios	387.394,65	314.574,44	72.820,21	83.065,82
426 Equipamento Administrativo	433.287,24	298.956,70	134.330,54	74.113,92
427 Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429 Outras Imobilizações Corpóreas	321.532,02	171.638,99	149.893,03	232.553,62
442 Imobilizações em Curso	865.051,25	0,00	865.051,25	1.766.373,56
448 Adiant.p/Conta Imob.Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	116.077.108,97	22.012.039,04	94.065.069,93	92.243.063,42
Investimentos Financeiros:				
411 Partes Capital	17.408.246,27	0,00	17.408.246,27	18.440.712,51
412 Obrigações e títulos de participação	1.023.838,27	0,00	1.023.838,27	1.023.838,27
414 Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415 Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	18.432.084,54	0,00	18.432.084,54	19.464.550,78
CIRCULANTE:				
Existências:				
36 Matérias-Primas, Subs.Consumo	217.424,35	511,65	216.912,70	159.393,19
35 Produtos e Trabalhos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34 Subprodutos, Desp.Resid.Refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33 Produtos Acabados e Intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32 Mercadorias	375,00	0,00	375,00	375,00
37 Adiantamentos p/Conta Compras	0,00	0,00	0,00	0,00
	217.799,35	511,65	217.287,70	159.768,19
Dívidas de Terceiros Médio-Longo Prazo				
264 + 268 Outros Devedores	7.451.208,79		7.451.208,79	7.941.459,17
	7.451.208,79	0,00	7.451.208,79	7.941.459,17



Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:				
28 Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211 Clientes c/c	124.250,03	0,00	124.250,03	113.778,86
212 Contribuintes c/c	4.524,95	0,00	4.524,95	17.625,20
213 Utentes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1.223.682,11	1.223.682,11	0,00	0,00
251 Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229 Adiantamentos a Fornecedores	2.829,72	0,00	2.829,72	2.829,72
2619 Adiant.Fornec.Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24 Estado e Outros Entes Públicos	0,00	0,00	0,00	1.387,53
264 Administração autárquica	170.473,25	0,00	170.473,25	167.097,41
262+263+267+268 Outros Devedores	620.008,19	0,00	620.008,19	612.465,00
	2.145.768,25	1.223.682,11	922.086,14	915.183,72
Títulos Negociáveis:				
151 Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
152 Obrig.Tít.de Part	0,00	0,00	0,00	0,00
153 Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159 Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18 Outras Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12 Depósitos em instituições financeiras	1.611.532,10	0,00	1.611.532,10	3.276.724,23
11 Caixa	4.184,99	0,00	4.184,99	4.540,00
	1.615.717,09	0,00	1.615.717,09	3.281.264,23
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271 Acréscimos e Proveitos	151.155,99	0,00	151.155,99	214.334,73
272 Custos Diferidos	16.906,43	0,00	16.906,43	13.703,14
	168.062,42	0,00	168.062,42	228.037,87
Total de Amortizações		50.035.828,82		
Total de Provisões		1.224.193,76		
Total do Activo	200.890.125,33	51.260.022,58	149.630.102,75	151.425.165,45
<div> <div>Em de</div> <div>A Câmara</div> </div> <div> <div>Em de</div> <div>A Assembleia Municipal</div> </div> <div>O responsável pelos serviços</div>				



FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		2017	2016
CAPITAL PRÓPRIO:			
51 Património		56.044.643,02	56.044.643,02
55 Ajust.Partes Cap.Filiais e Assoc.		16.396.287,98	17.042.992,18
56 Reservas de Reavaliação		0,00	0,00
Reservas:			
571 Reservas Legais		784.529,78	660.529,78
572 Reservas Estatutárias		0,00	0,00
573 Reservas Contratuais		0,00	0,00
574 Reservas livres		16.524.533,21	11.928.308,38
575 Subsídios		0,00	0,00
576 Doações		673.508,50	673.508,50
577 Reservas decorrentes de transferências de activos		0,00	0,00
59 Resultados Transitados		-261,19	2.256.374,57
Subtotal		90.423.241,30	88.606.356,43
88 Resultado Líquido do Exercício		1.477.313,99	2.463.850,26
Total do Fundo Próprio		91.900.555,29	91.070.206,69
PASSIVO:			
Provisões P/Riscos e Encargos:			
292 Provisões P/Riscos e Encargos		187.665,29	296.547,96
		187.665,29	296.547,96
Dívidas a Terceiros Médio-Longo Prazo:			
2312 Dívidas a Instituições de Crédito		12.086.616,94	13.488.774,96
262+263+265+267+268 Outros Credores		438.787,27	585.050,27
		12.525.404,21	14.073.825,23
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:			
2311 Empréstimos de curto prazo		0,00	0,00
2312 Empréstimos de M/L Prazo		1.383.285,45	1.370.618,00
269 Adiantamentos por conta Vendas		0,00	0,00
221 Fornecedores C/C		193.336,75	156.206,13
228 Forneced.-Fact.Recep.Conferência		209.605,45	174.048,59
252 Credores pela execução do orçamento		0,00	0,00
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e Utentes		103,86	0,00
2611 Fornecedores de Imobilizado C/C		282.459,17	62.763,15
2618 Fornecedores de Imobilizado -Fact.Recep.Conferência		280.662,53	180.582,89
24 Estado e Outros Entes Públicos		128.394,20	143.936,03
264 Administração autárquica		1.159,89	9.850,33
262+263+265+267+268 Outros Credores		352.071,83	285.747,33
		2.831.079,13	2.383.752,45
Acréscimos e Diferimentos:			
273 Acréscimos de Custos		686.289,98	689.649,88
274 Proveitos Diferidos		41.499.108,85	42.911.183,24
		42.185.398,83	43.600.833,12
Total do Passivo		57.729.547,46	60.354.958,76
Total do Fundo Próprio e do Passivo		149.630.102,75	151.425.165,45

José Veloso

- FECEP-VII-MKIII

Em de
A CâmaraEm de
A Assembleia Municipal

O responsável pelos serviços



B - Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO DO ANC 2017

	2017		2016	
CUSTOS E PERDAS				
61 Custo Merc. Vend. e Mat. Consumidas				
Mercadorias	0,00		0,00	
Mat.Primas e Mater.Consumidos	310.912,64	310.912,64	323.663,29	323.663,29
62 Fornecimentos e Serviços Externos		2.936.047,47		3.037.536,67
63 Transferências e subsídios correntes concedidos		2.254.762,31		2.003.238,61
64 Custos com o Pessoal:				
Remunerações (641+642)	3.644.064,65		3.558.115,47	
Encargos Sociais:				
Pensões (643+644)	9.539,18		316,90	
Outros (645/8)	1.093.442,97	4.747.046,80	1.194.257,26	4.752.689,63
66 Amortizações do exercício	4.121.965,27		3.808.259,58	
67 Provisões	185.405,53	4.307.370,80	100.207,04	3.908.466,62
65 Outros Custos Operacionais		26.840,82		30.464,80
(A)		14.582.980,84		14.056.059,62
68 Juros e Custos Similares:				
Provisões para aplicações financeiras	53.589,40		67.578,81	
Outros	0,00		0,00	
	315.634,67		2.201,75	
(C).....		369.224,07		69.780,56
		14.952.204,91		14.125.840,18
69 Custos e Perdas Extraordinários		2.241.518,13		1.380.664,47
(E).....		17.193.723,04		15.506.504,65
88 Resultado Líquido do Exercício		1.477.313,99		2.463.850,26
		18.671.037,03		17.970.354,91



		EXERCÍCIOS	
		2017	2016
PROVEITOS E GANHOS			
71 Vendas e Prestações de Serviços:			
Mercadorias	4.140,66		4.234,94
Produtos	0,00		0,00
Prestações de Serviços	301.349,96		299.717,60
713 Rendas	302.052,17		349.961,70
72 Impostos e Taxas	4.720.721,27	5.328.264,06	4.493.186,36
			5.147.100,60
Variação de Produção	0,00	0,00	0,00
75 Trabalhos própria entidade	239.864,99	239.864,99	322.393,38
			322.393,38
73 Proveitos Suplementares	155.808,16		83.909,37
74 Transferências e subsídios obtidos	10.351.921,90		10.143.831,31
76 Outros Proveitos Operacionais	0,00	10.507.730,06	0,00
			10.227.740,68
(B).....		16.075.859,11	15.697.234,66
78 Proveitos e ganhos financeiros:			
781 Juros obtidos	19.307,61		24.841,01
783 Rendimentos de imóveis	0,00		0,00
784 Rendimentos de participações de capital	842,38		
788 Outros Proveito e Ganho Financeiros	8.920,16	29.070,15	145.255,33
			170.096,34
(D).....		16.104.929,26	15.867.331,00
79 Proveitos e Ganhos Extraordinarios		2.566.107,77	2.103.023,91
(F).....		18.671.037,03	17.970.354,91
RESUMO			
Resultados Operacionais: (B)-(A)=		1.492.878,27	1.641.175,04
Resultados Financeiros: (D)-(C-A)=		-340.153,92	100.315,78
Resultados Correntes: (D)-(C)=		1.152.724,35	1.741.490,82
Resultado Líquido do Exercício: (F)-(G)=		1.477.313,99	2.463.850,26

Em de
A Câmara

Em de
A Assembleia Municipal



C - Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

(ponto 8.2 e 8.3 do Decreto-Lei 54-A/99 de 22/02)

8.2.1 - Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais e devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas.

Foi o décimo sexto ano de aplicação do POCAL.

O ano de 2017 foi o décimo ano de aplicação integral da contabilidade de custos.

8.2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Não aplicável

8.2.3 - Critérios Valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados.

No total encontram-se inventariados 18.439 bens, dos quais 16.409 são bens móveis, 40 viaturas, 1031 imóveis, 125 bens intangíveis e 834 bens do domínio público.

Os critérios utilizados na valorização do imobilizado foram, sempre que possível, o custo de aquisição ou o custo de produção, nos termos do disposto no ponto 4.1.1 do POCAL.

Os bens imóveis que constituem o domínio privado do Município desde longa data e, portanto, com valor de aquisição desconhecido, foram avaliados, no âmbito do balanço inicial, pelo Departamento Técnico desta Edilidade; os imóveis que integraram o património municipal mais recentemente assumiram o valor das respetivas obras de reparação, beneficiação ou construção, conforme o caso, ou o valor de aquisição constante das respetivas escrituras.

Os bens de domínio público foram, igualmente, objeto de avaliação para o balanço inicial, sendo efetuadas correções ao fundo patrimonial por inclusão de alguns bens de domínio público não incluídos no inventário inicial.



As ofertas ao Município foram valorizadas tendo em consideração, o valor de mercado e custo de reposição, sendo efetuado o lançamento de regularização em 31 de Dezembro.

As existências foram valorizadas tendo por base o custo de aquisição.

8.2.4 - Cotações utilizadas para a conversão de moeda estrangeira.

Efetuaram-se pagamentos de pequena monta, referentes a uma quota com uma associação estrangeira, com base em faturas referenciadas em moeda estrangeira, utilizando-se para o efeito a cotação oficial do Banco de Portugal à data do pagamento das referidas faturas.

8.2.5 - Situações em que o exercício foi afetado por valorimetrias diferentes, amortizações superiores às adequadas, provisões extraordinárias.

Não se registaram no exercício situações do género.

8.2.6 - Comentário às contas 431 e 432.

As contas acima referenciadas não registaram qualquer movimentação.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes no balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:



MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO														
Activo Bruto (Imobilizado Bruto)														2017
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustam.	Aumentos						Alienações	Sinistros	Abates	Outros ajustamentos	Transferências	Saldo Final
			Aquisições	Doações	Delegação de Competências	Trabalhos Internos	Outros ajustamentos	Total						
45 Bens de Domínio Público														
451 Terrenos e Rec Naturais	122.000,00	-	-						-	-	-		-	122.000,00
452 Edifícios	17.131,35	-	-											17.131,35
453 Outras Const. e infra-estrut	50.667.057,10		380.785,52		-		35.454,43	1.940,53	418.180,48				1.001.243,08	52.086.480,66
455 Bens de Património Histórico	279.872,18		955,56		-			174.188,47	175.144,03					455.016,21
459 Outros Bens Domínio Público	-		-											-
445 Imobilizações em Curso	581.061,22		1.263.599,64				15.168,94		1.278.768,58			9.741,12	-	878.684,28
446 Adiantamentos por conta	-		-											-
	51.667.121,85	-	1.645.340,72		-	-	50.623,37	176.129,00	1.872.093,09	-	-	9.741,12	10.356,44	53.559.312,50
43 Imobilizações Incorpóreas														
431 Despesas de Instalação	6.454,78													6.454,78
432 Despesas de Invest.&Desenv	-													-
433 Prop. Industrial e Out Dir	2.449.841,45		115.421,52						115.421,52		1.368.502,97	-	388,36	1.196.371,64
443 Imobilizações em Curso	106.579,02		10.667,20						10.667,20			-	97.009,22	20.237,00
449 Adiantamentos por conta	-		-											-
	2.562.875,25	-	126.088,72		-	-	-	-	126.088,72	-	1.368.502,97	-	97.397,58	1.223.063,42
42 Imobilizações corpóreas														
421 Terrenos e Rec Naturais	24.718.370,38		94.060,58						94.060,58		99.679,79	-	1.068.880,83	23.643.870,34
422 Edifícios e outras const.	79.909.744,56		667.900,61				142.591,74		810.492,35		295.334,30	1.386.829,70	2.656.188,27	84.467.920,58
423 Equipamento Básico	3.739.727,66		624.592,61				1.699,17		626.291,78		33.195,39	435.862,31	164.057,19	4.932.743,55
424 Equipamento Transporte	952.445,16		165.955,83						165.955,83		88.073,09	-	5.018,56	1.025.309,34
425 Ferramentas e Utensílios	374.755,02		15.654,88						15.654,88		3.015,25			387.394,65
426 Equipamento Administrativo	590.498,24		131.772,61						131.772,61		5.460,50	-	283.523,11	433.287,24
427 Taras e Vasilhame	-		-											-
429 Outras Imobilizações Corp.	482.796,80		15.725,08						15.725,08		129,71	-	176.860,15	321.532,02
442 Imobilizações em Curso	1.766.373,56		1.767.929,15				44.950,71		1.812.879,86			116.399,73	-	865.051,25
448 Adiantamentos por conta	-		-											-
	112.534.711,38		3.483.591,35		-	-	189.241,62		3.672.832,97		524.888,03	404.809,09	-	116.077.108,97
41 Investimentos Financeiros														
411 Partes de Capital	18.515.712,51										150.000,00	-	957.466,24	17.408.246,27
412 Obrigações e Tit. Part.	1.023.838,27													1.023.838,27
414 Investimentos em Imov.														
4141 Terrenos e Rec Naturais														
4142 Edifícios e outras const.														
415 Outras Aplicações Financeiras														
4151 Depósitos em Instituições														
4152 Títulos de dívida pública														
4153 Outros Títulos														
441 Imobilizações em curso														
447 Adiantamentos por conta														
	19.539.550,78				-	-	-	-			150.000,00	-	957.466,24	18.432.084,54

Unidade: Euro



MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO							
Amortizações e Provisões							2017
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço			Abates e alienações	Regularizações	Saldo Final
		Amortizações	outros ajustamentos	Total			
485 Bens de Domínio Público	-	-	-	-	-	-	-
4851 Terrenos e Rec Naturais	-	-	-	-	-	-	-
4852 Edifícios	2.285,48	190,44	-	190,45	-	-	2.475,93
4853 Outras Const. e infra-estrut	25.094.424,65	1.821.643,99	-	1.821.643,99	-	-	26.916.068,64
4855 Bens de Património Histórico	23.177,00	8.436,68	16.933,47	25.370,15	-	-	48.547,15
4859 Outros Bens Dominio Público	-	-	-	-	-	-	-
	25.119.887,13	1.830.271,11	16.933,47	1.847.204,59	-	-	26.967.091,72
483 Imobilizações Incorpóreas	-	-	-	-	-	-	-
4831 Despesas de Instalação	6.454,78	-	-	-	-	-	6.454,78
4832 Despesas de Invest.&Desenv	-	-	-	-	-	-	-
4833 Prop. Industrial e Out Dir	1.911.817,12	394.532,52	-	394.532,52	- 1.256.445,74	339,38	1.050.243,28
	1.918.271,90	394.532,52	-	394.532,52	-	339,38	1.056.698,06
482 Imobilizações corpóreas	-	-	-	-	-	-	-
4821 Terrenos e Rec Naturais	320.136,76	919,34	-	919,34	-	- 315.095,32	5.960,78
4822 Edifícios e outras const.	15.700.426,14	1.363.122,98	298.161,85	1.661.284,83	- 30.184,71	-	17.331.526,26
4823 Equipamento Básico	2.568.887,93	365.256,59	376.699,96	741.956,55	- 32.854,34	-	3.277.990,14
4824 Equipamento Transporte	643.880,43	59.777,44	-	59.777,44	- 88.073,09	- 4.193,05	611.391,73
4825 Ferramentas e Utensílios	291.689,20	25.800,30	-	25.800,30	- 2.915,06	-	314.574,44
4826 Equipamento Administrativo	516.384,32	28.800,83	-	28.800,83	- 5.460,50	- 240.767,95	298.956,70
4827 Taras e Vasilhame	-	-	-	-	-	-	-
4829 Outras Imobilizações Corp.	250.243,18	53.484,15	-	53.484,15	- 10,00	- 132.078,34	171.638,99
	20.291.647,96	1.897.161,63	674.861,81	2.572.023,44	- 159.497,70	- 692.134,66	22.012.039,04
481 Investimentos em Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
4811 Terrenos e Rec Naturais	-	-	-	-	-	-	-
4812 Edifícios e outras const.	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
49 Investimentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-
491 Partes de Capital	75.000,00	-	-	-	- 75.000,00	-	-
492 Obrigações e Tit. Part.	-	-	-	-	-	-	-
495 Outras Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
4951 Depósitos em Instituições financeiras	-	-	-	-	-	-	-
4952 Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-	-	-
4953 Outros Títulos	-	-	-	-	-	-	-
	75.000,00	-	-	-	- 75.000,00	-	-

Unidade: Euro

8.2.8 - Evidenciar com base nos mapas do ponto anterior as seguintes informações:

Descrição do ativo Imobilizado;

O ativo imobilizado do Município, que integra os bens de domínio privado da Autarquia e os bens de domínio público, decompõe-se em imobilizado corpóreo, com um peso aproximado de 67,55% do total, imobilizado incorpóreo e investimentos financeiros com um peso residual e imobilizado corpóreo de domínio público com um peso relativo de, aproximadamente, 19,10%.

Indicação dos valores dos bens adquiridos em estado de uso;

Em 2017 não foram adquiridos bens em estado de uso.

José Rodrigo

- FECT-VII-MKIII



Taxas de amortização;

Foram utilizadas as taxas de amortização inscritas no CIBE, Portaria n.º 671/2000 de 17 de Abril, e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14/09.

Amortizações do exercício;

O valor das amortizações do exercício cifrou-se nos € 3.644.064,65.

Alienações, transferências e abates;

Foi transferido de imobilizado em curso para imobilizado corpóreo do domínio público o total de 1,001 milhões de euros sendo de realçar as empreitadas de melhoria de acesso à escola Stª Bárbara no valor 352,16 mil euros, a pavimentação de sobras de estrada – pacote 2017 no valor de 101,52 milhares e a reparação da calçada do Largo Dr. Sousa Junior e Rua Frei D.Chagas no valor de 134,73 milhares euro.

Foi ainda transferido de imobilizado em curso para imobilizado corpóreo o total de 2,83 milhões de euros, sendo de realçar a construção da escola de Stª Bárbara com o valor de 1,80 milhões euro, remodelação e adaptação da Startup Angra com o valor de 188,26 mil euros ea reparação de habitações sociais no Terreiro – pacote 2016, no valor de 136,54 mil euros.

8.2.9 - Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, e que tenham sido capitalizados no mesmo período.

Não houve lugar a qualquer capitalização de juros, no decurso do exercício.

8.2.10 - Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

Não se procedeu a qualquer reavaliação dando cumprimento ao ponto 4.1.11. do POCAL.

8.2.11 - Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável, em concordância com o ponto anterior.



8.2.12 - Relativamente às imobilizações corpóreas em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas de:

a) Imobilizações em poder de terceiros;

Não existem imobilizações corpóreas em curso nesta situação.

Foram emprestadas, medidas de metrologia, datadas do século XVI, ao museu de Angra do Heroísmo, com os números de inventário 2442 a 2456 e 2215.

b) Imobilizações implantadas em propriedade alheia;

Está implantado o parque de estacionamento junto ao tribunal, NI 313, num terreno pertencente ao Estado.

c) Imobilizações reversíveis;

Não existem imobilizações corpóreas em curso nessa situação.

d) Discriminação dos custos financeiros nelas capitalizados;

Não aplicável.

8.2.13 - Indicação dos bens de imobilizado utilizados em regime de locação financeira.

Não existem bens nesta situação.

8.2.14 - Relação dos bens de imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Todos os bens identificados como pertencentes ao Município foram valorizados.

8.2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Todos os bens de domínio público estão a ser alvo de amortização de acordo com as taxas fixadas pela lei.

8.2.16 - Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades.



Denominação Social	N.P.C.*	Cap. Próp.*	Participação	Vol. Neg.*	Res. Liq.*
Associação Municípios da Região Autónoma dos Açores - AMRAA	512021333	955.907,27 €	93.679,91 €	n.d.	n.d.
Ass. Nacional Municípios Portugueses - ANMP	501627413	2.181.596,11 €	n/a	1.634.181,74 €	-2.184,70 €
Ass. Para Gestão Parque Industrial da Ilha Terceira - AGESPI	512045399	189.338,35 €	24.940,00 €	230.968,05 €	8.382,69 €
Ass. Portuguesa Municípios Com Centro Histórico	502131047	134.115,70 €	n/a	65.954,41 €	-5.158,52 €
Ass. Desenvolvimento Regional - GRATER	512041997	107.290,00 €	n/a	n.d.	n.d.
Cx. Crédito Agrícola Mútuo dos Açores	512006296	17.570,36 €	n/a	n.d.	n.d.
Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo	680018140				
TERAMB- Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental	509620515	1.950.000,00 €	1.170.000,00 €	1.734.244,17 €	-517.501,41 €
Fundo de Apoio Municipal	513319182	467.726.247,91 €	1.023.838,27 €	0,00 €	3.250.831,57 €

* N.P.C. - Número Português de Contribuinte

* Cap. Próp. - Capital Próprio

* Vol. Neg. - Volume de Negócios

* Res. Liq. - Resultado Líquido

n/a - não aplicável

n.d. - não disponível

8.2.17 - Elementos incluídos em títulos negociáveis e outras aplicações de Tesouraria.

O Município dispunha a 31/12/2017 de um depósito a prazo no montante de € 450.000,00.

8.2.18 - Discriminação da conta Outras Aplicações Financeiras.

Não existem quaisquer bens desta natureza.

8.2.19 - Indicação global, por categoria de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não existem quaisquer diferenças deste tipo.

8.2.20 - Fundamentação da atribuição a elementos do ativo circulante de valores inferiores ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não aplicável.

8.2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias referentes ao ativo circulante.

Não se efetuaram provisões extraordinárias de qualquer ordem.

8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa.

O valor global dos clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa ascende a € 1.223.682,11, proveniente, essencialmente, de rendas de habitação social e de ex-clientes da Culturangra. Realça-se que a maior parte deste valor não está em execução judicial.

8.2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da Autarquia local.

Não existe qualquer dívida.



8.2.24 - Quantidade e valor nominal das obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Não foram emitidos quaisquer tipos de títulos de dívida por parte do Município.

8.2.25 - Discriminação das dívidas incluídas na conta "Estado e outros entes públicos" em situação de mora.

Na conta acima referenciada não existem movimentos a registar relativos a situações de mora.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO							
8.2.26 - Contas de Ordem							2017
Contas		SALDO		MOVIMENTO ANUAL		SALDO	
		GERÊNCIA ANTERIOR				GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Recibos para Cobrança							
093	Garantias e Cauções de Terceiros	-	-	-	-	-	-
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	2.357.807,06	-	126.176,51	-	2.483.983,57	-
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	-	-	-	-	-	-
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	1.351.649,98	-	126.176,51	-	1.477.826,49	-
09323	Prestadas por Outros Credores	1.006.157,08	-	-	-	1.006.157,08	-
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas	-	-	-	97.799,17	-	97.799,17
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c	-	-	-	-	-	-
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado	-	-	-	97.799,17	-	97.799,17
09333	Devolvidas a Outros Credores	-	-	-	-	-	-
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Accionadas	-	-	-	-	-	-
09341	Accionadas a Fornecedores de c/c	-	-	-	-	-	-
09342	Accionadas a Fornecedores de Imobilizado	-	-	-	-	-	-
09343	Accionadas a Outros Credores	-	-	-	-	-	-
		2.357.807,06	0,00	126.176,51	97.799,17	2.386.184,40	0,00
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)	-	-	-	-	-	-
0921	A responsabilidade do Tesoureiro	-	-	-	-	-	-
0922	A responsabilidade de Outros Agentes	-	-	-	-	-	-
	Total de Recibos para Cobrança	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	2.357.807,06	0	126.176,51	97.799,17	2.386.184,40	0,00

Unidade: Euro

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas.

Foram efetuados, em 2017, reforços de provisões para riscos e encargos referentes a processos judiciais em curso, em que o Município é réu.

MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO					
Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas					2017
Contas	Saldo Inicial	Aumento	Reducao	Saldo Final	
19 Provisões para Aplicações de Tesouraria	-	-	-	-	-
291 Provisões para Cobranças Duvidosas	1.068.788,24	158.758,63	3.864,76	1.223.682,11	
292 Provisões para Riscos e Encargos	296.547,96	-	138.882,68	157.665,28	
39 Provisões para Depreciação de Existências	1.269,14	511,65	-	1.780,79	
49 Provisões para Investimentos Financeiros	75.000,00	-	75.000,00	-	

Unidade: Euro

Efetuaram-se provisões para matérias primas cuja prazo de validade foi ultrapassado, bem como para matérias primas deterioradas.

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 "Fundo patrimonial", constantes do balanço.



A conta 55, ajustamentos de partes de capital, registou o reconhecimento por parte da TERAMB, EEM, do valor do subsídio ao investimento reintegrado. Esta conta sofre assim uma diminuição de 646,70 milhares.

É ainda de realçar a correção, lançada na conta 59999, resultados transitados, com o valor de 261,19 eur, referente ao MEP da Teramb.

8.2.29 – Demonstração do custo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como se segue:

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas		Ano:	2017
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	
Existências Iniciais	375,00	160.667,33	
Compras	-	368.694,04	
Regularizações de Existências	-	1.024,38	
Existências Finais	375,00	217.424,35	
Custos no Exercício	-	310.912,64	

Unidade: Euro

8.2.30 – Demonstração da variação de produção, como se segue:

Não se registou.

8.2.31 – Demonstração de resultados financeiros

MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO							
Demonstração de Resultados Financeiros							2017
Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros suportados	53.589,40	67.578,81	781	Juros obtidos	19.307,61	24.841,01
682	Perdas em entidades participadas	310.500,85	-	782	Ganhos em entidades participadas	-	-
683	Amortizações de investimentos em imóveis	-	-	783	Rendimentos de imóveis	-	-
684	Provisões para aplicações financeiras	-	-	784	Rendimentos de participações de capital	842,38	-
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-	785	Diferenças de câmbio favoráveis	-	-
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	-	-	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
688	Outros custos e perdas financeiros	5.133,82	2.201,75	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	-	-
	Resultados Financeiros	- 340.153,92	100.315,78	788	Outros proveitos e ganhos	8.920,16	145.255,33
		29.070,15	170.096,34			29.070,15	170.096,34

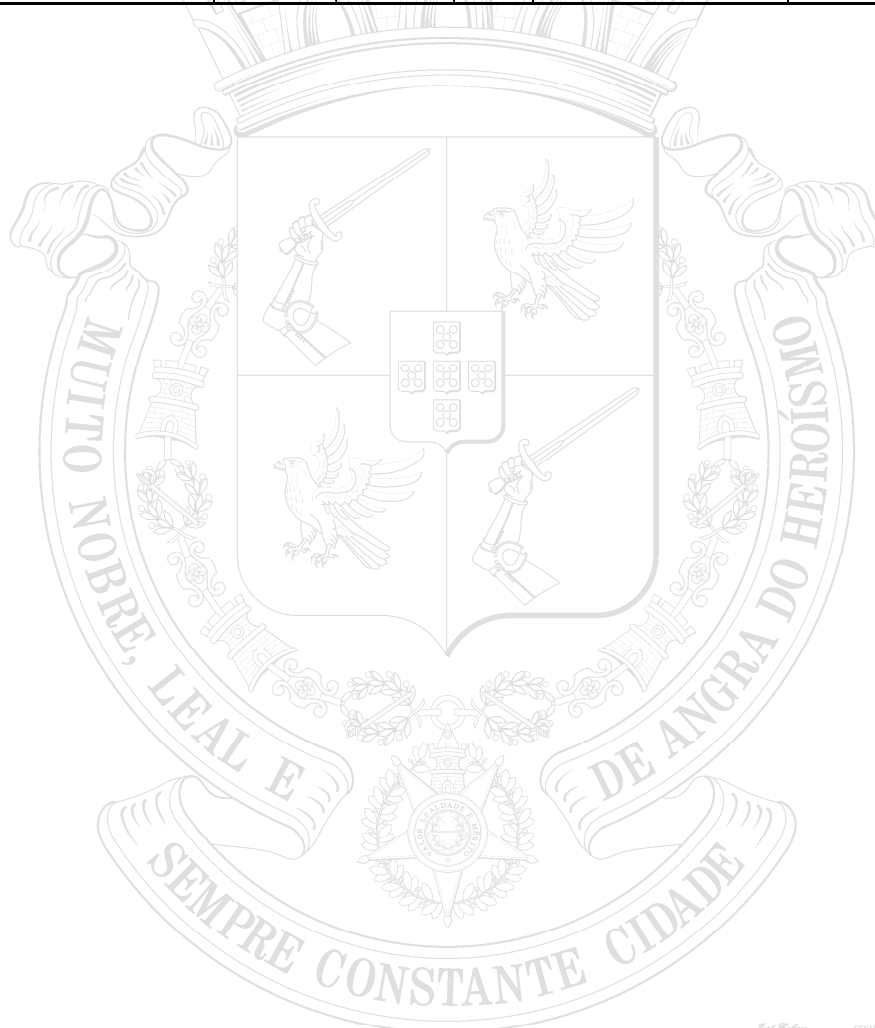
Unidade: Euro



8.2.32 – Demonstração de resultados extraordinários:

MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO							
Demonstração dos Resultados Extraordinários							2017
Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferências de capital concedidas	1.657.011,37	1.238.468,56	791	Restituições de impostos	-	-
692	Dívidas incobráveis	-	-	792	Recuperação de dívidas	-	-
693	Perdas em existências	2.928,50	17.107,39	793	Ganhos em existências	2.065,89	46,25
694	Perdas em imobilizações	455.306,78	24.975,28	794	Ganhos em imobilizações	331.022,50	114.459,35
695	Multas e Penalidades	-	288,00	795	Benefícios de penalidades	10.528,76	125.402,01
696	Aumentos de amortizações e de provisões	1.482,59	-	796	Reduções de amortizações e de provisões	140.365,27	70.872,28
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	115.671,29	83.695,24	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	251.848,55	52.528,98
698	Outros custos e perdas extraordinárias	6.817,54	15.597,05	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.830.276,80	1.739.715,04
699	Reemb e Restituições	2.300,06	532,95				
	Resultados extraordinários	324.589,64	722.359,44				
		2.566.107,77	2.103.023,91			2.566.107,77	2.103.023,91

Unidade: Euro



José Veloso

- FECIT-VII-MKIII



4. Proposta de Aplicação de Resultados e Aprovação do Saldo de Gerência

4.1 – Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido positivo é de € 1.477.313,99.

Nos termos do ponto 2.7.3.3 e 2.7.3.5 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54 – A/99, de 22 de Fevereiro, propõe-se à Assembleia Municipal, que o mencionado resultado seja utilizado para reforço das reservas legais no valor de € 74.000,00 sendo o remanescente utilizado para reforço das reservas livres.

4.2 – Proposta de aprovação do Saldo de Gerência

O saldo da Gerência de 2017 é de € 1.615.717,09 composto por € 1.422.900,96 de execução orçamental e € 192.816,13 de operações de tesouraria.

Propõe-se, de acordo com os pontos 2.6 e 2.7.5 do POCAL a sua aprovação e inclusão nos documentos previsionais de 2017.



5. Factos Relevantes ocorridos após o termo do exercício

- Continuam por receber os valores não pagos pela administração Central/Regional referentes à participação fixa no IRS, nos seguintes anos:

2009 - € 866.808,00 (valor de Março a Dezembro)

2010 - € 91.780,00 (valor de Dezembro)

Estes montantes não foram reconhecidos na dívida de terceiros.

- Continuam por receber do IHRU (Instituto Habitação e Reabilitação Urbana) as verbas referentes à comparticipação das aquisições de Habitações sociais, realizadas nos anos de 2011 a 2013, no valor de 616.734,00. Foi reclamado este valor pela via judicial.

Angra do Heroísmo, 12 de abril de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

José Gabriel do Álamo de Meneses

Os Vereadores

José Gaspar Rosa de Lima

Raquel Gomes Caetano Ferreira

Guido de Luna da Silva Teles

Paulo Alexandre Silva Lima

Marcos Duarte Machado do Couto

António Miguel Arieiro Gonçalves Bezerra



6. Auditoria Externa das Contas

6.1 – Relatório e Parecer do Fiscal Único

6.2 – Certificação Legal das Contas





7. Declarações previstas artº 15º al. a) e b) LCPA

7.1 – Declaração de compromissos plurianuais existentes

7.2 – Declaração de Pagamentos em atraso

7.3 – Declaração de Recebimentos em atraso